

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO UNIPAR CARBOCLORO S.A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

20 de abril de 2021



UNIPAR CARBOCLORO S.A.
CNPJ/ME nº 33.958.695/0001-78
NIRE 35.300.454.758
Companhia Aberta

SUMÁRIO

CONVITE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

1. PROCEDIMENTOS INERENTES À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 - 1.1. Instalação, Convocação e Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária
 - 1.2. Participação Presencial e Representação na Assembleia Geral Ordinária
 - 1.3. Participação via Boletim de Voto à Distância na Assembleia Geral Ordinária
2. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 - 2.1. Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria
 - 2.2. Destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos
 - 2.3. Instalação, se requerida, e fixação do número de membros efetivos do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2022, e eleição dos membros efetivos, e seus respectivos suplentes, do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia
 - 2.4. Fixação da remuneração global e anual dos administradores e, conforme o caso, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2021

Anexo I – Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria.

Anexo II – Comentários dos Diretores da Companhia, conforme informações apresentadas nos itens 10.1 a 10.9 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 9º, inciso III, da ICVM 481/09.

Anexo III – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, contendo, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 9-1-II da ICVM 481/09, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da ICVM 481/09.

Anexo IV – Informações dos candidatos para ocupar os cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia, conforme informações apresentadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 10, inciso I, da ICVM 481/09.

Anexo V – Proposta de remuneração dos administradores e, conforme o caso, dos membros do Conselho Fiscal, conforme item 13 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 12, inciso II, da ICVM 481/09.

CONVITE

Senhores Acionistas,

É com muita satisfação que convidamos V.Sas. a participarem da Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da UNIPAR CARBOCLORO S.A. (“Unipar” ou “Companhia”), a ser realizada, em primeira convocação, 20 de abril de 2021, às 10:30h, no edifício da sede social da Companhia, localizado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1327, CEP 04543- 011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Diante da atual crise sanitária, a Companhia incentiva que os acionistas participem por meio do boletim de voto à distância, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Não obstante a recomendação do uso do boletim de voto à distância, a Companhia ressalta que adotará medidas de prevenção de disseminação do COVID-19 no ambiente onde será realizada a AGO, conforme protocolos das autoridades públicas e sanitárias aplicáveis na data da AGO. Tais protocolos, podem incluir, mas não se limitam a, medição de temperatura dos participantes antes do seu ingresso no recinto, obrigatoriedade de utilização de máscaras de proteção e disponibilização de álcool em gel para higienização.

As matérias a serem deliberadas na AGO estão descritas no Edital de Convocação e nesta Proposta da AGO (“Proposta da Administração”).

Todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta da Administração exigidos pela lei e na regulamentação aplicável encontram-se à disposição dos acionistas, no edifício da sede social da Companhia, acima informado, assim como na página da rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia (<http://www.ri.unipar.com>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

A Companhia elaborou a presente Proposta da Administração em atendimento às boas práticas de governança corporativa e transparência, visando orientar e esclarecer aos seus acionistas sobre as matérias a serem deliberadas, colocando à sua disposição a Gerência de Relações com Investidores para eventuais esclarecimentos que se façam necessários, por meio do e- mail ri@unipar.com.



UNIPAR CARBOCLORO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 33.958.695/0001-78

NIRE 35.300.454.758

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os Srs. Acionistas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada, em primeira convocação, às 10:30h, do dia 20 de abril de 2021, no edifício da sede social da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1327, CEP: 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar acerca das seguintes matérias, objeto da ordem do dia:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria;
- (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e a distribuição de dividendos obrigatórios e extraordinários; e
- (iii) fixar a remuneração global e anual dos administradores e, conforme o caso, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2021.

Informações gerais:

1. **Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima e necessários ao exercício do direito de voto dos acionistas encontram-se à disposição na sede e no *website* da Companhia (<http://www.ri.unipar.com>), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (<http://www.b3.com.br>), conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e na Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”). O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria serão publicados, em 18 de março de 2021, no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no jornal “Diário Comercial”.

2. **Eleição em separado.** Os acionistas que votarem ou participarem da AGO, via boletim de voto à distância ou via sistema eletrônico, e desejarem solicitar e/ou votar em eleição em separado para o Conselho Fiscal da Companhia, devem encaminhar diretamente à Companhia, por meio do *e-mail* ri@unipar.com, extrato de participação acionária ininterrupta.

3. **Participação dos acionistas na AGO.** Poderão participar da AGO ora convocada os acionistas detentores de ações emitidas pela Companhia, (i) pessoalmente, (ii) por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração; ou (iii) por meio de envio de boletim de voto à distância, conforme abaixo indicado.

4. **Participação Presencial e Representação.** No caso de acionistas que optarem por participar presencialmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme aplicável, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, também, deverão observar os seguintes requisitos formais de participação previstos no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia: (a) documento de identidade com foto; (b) o comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, no máximo, 2 (dois) dias antes da AGO; e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A.

Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos deverão enviar à Companhia: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na AGO, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à AGO ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos no item “b” deste parágrafo, a ele relativos.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AGO, dispensará a necessidade de depósito das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas, relacionados acima, na sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização, o apostilamento dos instrumentos de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos ao endereço eletrônico ri@unipar.com, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas a contar da hora marcada para a realização da AGO. As procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico deverão ter sido assinadas digitalmente mediante certificados emitidos pela ICP-Brasil.

Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGO, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09.

5. **Participação via Boletim de Voto à Distância.** Nos termos da ICVM 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância, conforme modelo disponibilizado no *website* da Companhia, (i) por meio de seus respectivos

agentes de custódia, (ii) via a instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., ou, (iii) diretamente à Companhia. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto à distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na ICVM 481/09, bem como as orientações e prazos constantes do próprio boletim de voto, na Proposta da Administração.

Diante da atual crise sanitária, a Companhia incentiva que os acionistas participem por meio do boletim de voto à distância, nos termos da ICVM 481/09.

Não obstante a recomendação do uso do boletim de voto à distância, a Companhia ressalta que adotará medidas de prevenção de disseminação do COVID-19 no ambiente onde será realizada a AGO, conforme protocolos das autoridades públicas e sanitárias aplicáveis na data da AGO. Tais protocolos, podem incluir, mas não se limitam a, medição de temperatura dos participantes antes do seu ingresso no recinto, obrigatoriedade de utilização de máscaras de proteção e disponibilização de álcool em gel para higienização.

São Paulo, 17 de março de 2021.

FRANK GEYER ABUBAKIR

Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

1. PROCEDIMENTOS INERENTES À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A fim de facilitar a compreensão e a participação dos Senhores Acionistas à AGO ora convocada, a Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Unipar”) discorre, a seguir, sobre algumas informações relevantes referentes aos procedimentos de instalação, convocação, participação e representação do conclave.

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”), todas as informações e documentos necessários à instrução do direito de voto dos acionistas encontram-se disponíveis, nesta data, na sede social da Companhia e na página da rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia (www.ri.unipar.com), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

1.1. Instalação, Convocação e Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária

Para a instalação da AGO, em primeira convocação, será necessária a presença de acionistas que representem 1/4 (um quarto) do capital com direito a voto da Companhia. Caso este quórum não seja alcançado, haverá uma segunda convocação para a AGO, em data a ser oportunamente definida.

Nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., a AGO será convocada por edital a ser publicado nos dias 18, 19 e 20 de março de 2021, nos jornais: “Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo” e “Diário Comercial”, sendo também disponibilizado no *website* da Companhia.

As matérias a serem deliberadas na AGO ora convocada são:

- (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria;
- (b) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e a distribuição de dividendos obrigatórios e extraordinários; e
- (c) fixar a remuneração global e anual dos administradores e, conforme o caso, dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2021.

1.2. Participação Presencial e Representação na Assembleia Geral Ordinária

O acionista poderá participar da AGO (i) pessoalmente, ou (ii) por meio de procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei das S.A.

No caso de acionistas que optarem por participar presencialmente ou por meio de procurador, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, também deverão ser observados os seguintes requisitos formais de participação, conforme previsto no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia: (a) documento de identidade com foto; (b) o comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, no máximo, 2 (dois) dias antes da AGO; e, se for o caso,

(c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A.

Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos deverão enviar à Companhia: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na AGO, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à AGO ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos no item “b” deste parágrafo, a ele relativos.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AGO, dispensará a necessidade de depósito das vias físicas dos documentos relacionados acima na sede da Companhia bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização e o apostilamento do instrumento de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos ao endereço eletrônico ri@unipar.com, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas a contar da hora marcada para a realização da AGO. A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico assinadas digitalmente por meio de certificados emitidos pela ICP-Brasil.

Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGO, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578), os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados na AGO por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade representada e conforme as regras do Código Civil ou da Lei das S.A., a depender do tipo societário do acionista, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

1.3. Participação via Boletim de Voto à Distância na Assembleia Geral Ordinária

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a ser obrigada a adotar o procedimento de voto à distância diante da realização de determinadas assembleias gerais, nos termos do artigo 11, inciso III da Instrução da CVM nº 561, de 07 de abril de 2015, conforme alterada (“ICVM 561/15”).

O boletim de voto à distância (“Boletim”) será disponibilizado oportunamente nos termos da regulamentação em vigor, não fazendo parte da presente Proposta da Administração.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim, deverá fazê-lo por uma das seguintes opções:

- (i) transmitir as instruções de preenchimento a qualquer dos Agentes (conforme abaixo indicados); ou
- (ii) preencher e enviar este Boletim diretamente à Companhia.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio dos Agentes (conforme abaixo definidos) deverá **(1)** transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia (“Agente de Custódia”) ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador”, e, em conjunto com o Agente de Custódia, “Agentes”), conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, e **(2)** observar eventuais regras determinadas pelos Agentes.

Caso o acionista escolha transmitir suas instruções de voto por meio do seu Agente de Custódia, deverá observar as regras adotadas pelo seu subcustodiante, que deverá encaminhar as suas manifestações de voto à central depositária da B3. Os acionistas devem entrar em contato com seu respectivo Agente de Custódia ou Agente Escriturador para verificarem os procedimentos a serem adotados.

A instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários é a Itaú Corretora de Valores S.A., devendo o acionista direcionar seu Boletim para o endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, CEP: 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e/ou enviá-lo para o *e-mail* atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br, ou ainda pelo *website* <https://www.itau.com.br/investmentservices/assembleia-digital/>.

Para votar pelo website é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no *website* <https://www.itau.com.br/investmentservices/assembleia-digital/>. O telefone para atendimento aos acionistas é (11) 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 720 9285 (demais localidades). O horário de atendimento é realizado exclusivamente em dias úteis, das 9h às 18h.

O acionista que optar por enviar o Boletim diretamente à Companhia deverá encaminhar para o *e-mail* ri@unipar.com, e/ou para o endereço da sede da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, 22º andar, CEP 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores, com o assunto “Boletim de Voto a Distância”, e com solicitação de confirmação de recebimento:

- (i)** Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado (sendo possível assinatura por certificado digital emitido pela ICP-Brasil);
- (ii)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária, com a quantidade de ações que consta como titular, observado, caso aplicável, a necessidade de comprovação do disposto no artigo 141, § 6º, da Lei das S.A.; e
- (iii)** cópia simples dos seguintes documentos, conforme a seguir:
 - (1)** Se acionista pessoa física:
 - (A)** documento de identidade, com foto, e CPF do acionista (e, em caso de procurador, instrumento de mandato, além de tais documentos do próprio procurador).
 - (2)** Se acionista pessoa jurídica:
 - (A)** documento de identidade, com foto, e CPF do(s) representante(s) legal(is) e, em caso de procurador, instrumento de mandato, além de tais documentos do próprio procurador; e

- (B) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista.
- (3) Se acionista constituído sob a forma de fundo de investimento:
 - (A) documento de identidade, com foto, e CPF do(s) representante(s) legal(is) e, em caso de procurador, instrumento de mandato, além de tais documentos do próprio procurador;
 - (B) último regulamento consolidado do fundo; e
 - (C) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A excepcionalidade dos termos e condições acima descritos no item “1.2.” acima da presente Proposta da Administração, referentes ao reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, à notariação, à consularização e ao apostilamento do instrumento de procuração, aplicam-se, também, aos documentos que deverão ser apresentados aos acionistas que desejarem votar por meio do Boletim. A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico assinadas digitalmente por meio de certificados emitidos pela ICP-Brasil.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Para que o Boletim seja considerado válido e por consequência os votos sejam contabilizados na AGO: **(1)** todos os campos deverão ser devidamente preenchidos, conforme aplicável; **(2)** todas as suas páginas deverão ser rubricadas pelo acionista ou por seu(s) representante(s) legal(is); e **(3)** ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, deverá(ão) assiná-lo.

Além disso, os acionistas poderão solicitar a inclusão de candidatos a membros do Conselho Fiscal no Boletim, que deverá ser enviada, por escrito, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores, para o e-mail ri@unipar.com com o assunto “Indicação de Candidatos”, observando-se o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481/09.

Será admitido o Boletim que for recebido pelos Agentes e/ou pela Companhia no prazo de até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO.

Observado o prazo acima, os acionistas poderão enviar o boletim e a documentação ao e-mail ri@unipar.com com o assunto “Boletim de Voto a Distância”.

No caso de entrega deste Boletim diretamente à Companhia, a Unipar comunicará o acionista, em até 3 (três) dias, **(1)** a respeito do recebimento deste Boletim, **(2)** se o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que os votos sejam considerados válidos, ou **(3)** acerca da necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância, sendo certo que eventual retificação ou reenvio deverá ser feita em até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, 14 de abril de 2021 (inclusive).

Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto à distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na ICVM 481/09, bem como as demais orientações no próprio Boletim.

2. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Administração da Unipar vem apresentar aos Senhores Acionistas a proposta acerca das matérias a serem submetidas à apreciação de V.Sas. na AGO ora convocada, nos termos a seguir:

2.1. Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria

Conforme manifestação favorável do Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia 17 de março de 2021, nos termos do artigo 22, inciso V, de seu Estatuto Social, a Administração da Companhia submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, tendo sido elaborados pela Diretoria da Companhia e auditados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Todos estes documentos foram disponibilizados pela Companhia na presente data e serão publicados, em 18 de março de 2021, no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no jornal “Diário Comercial”, sendo dispensada a publicação dos anúncios de que trata o artigo 133 da Lei das S.A., por força do § 5º do mesmo artigo.

O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável em 16 de março de 2021, opinando pelo encaminhando dos referidos documentos para aprovação dos acionistas da Companhia na AGO. Da mesma forma, o Comitê de Auditoria emitiu parecer favorável em 16 de março de 2021, opinando pelo encaminhamento dos referidos documentos para aprovação em AGO.

O **Anexo I** desta Proposta da Administração contém cópia dos seguintes documentos: o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria.

O **Anexo II** à presente Proposta da Administração contém o comentário dos Diretores da Companhia nos termos dos itens 10.1 a 10.9 do Anexo 24 da Instrução da CVM no 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Formulário de Referência” e “ICVM 480/09”, respectivamente), nos termos do artigo 9º, inciso III, da ICVM 481/09.

Adicionalmente, nos termos do artigo 133 da Lei das S.A., artigo 9º da ICVM 481/09 e artigo 25, §1º da ICVM 480/09, os seguintes documentos são disponibilizados para a análise dos Srs. Acionistas:

- (i) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;
- (ii) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes; e

(iii) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Os documentos acima referidos, bem como as atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que sobre eles deliberaram, conforme aplicável, também se encontram disponíveis para consulta dos Srs. Acionistas no escritório da Companhia localizado no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, 22º andar, CEP 04543-011, no seu website (www.ri.unipar.com) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

Assim, com base nos documentos e informações, a Administração da Unipar propõe à AGO a aprovação integral das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria.

2.2. Destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos

A Administração da Companhia propõe aos acionistas deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e da seguinte forma:

Lucro Líquido	R\$367.666.128,17
Reserva Legal (5%)	(R\$18.383.306,41)
Dividendos Obrigatórios (25%)	(R\$87.320.705,44)
Reserva Especial de Dividendos	(R\$18.383.306,41)
Reserva Estatutária (art. 32, VI, e §4º)	(R\$243.578.809,91)
Dividendos Obrigatórios (25%)	R\$87.320.705,44
Dividendos Intermediários Distribuídos em 2020	(R\$72.000.000,00)
Dividendos Adicionais à conta de Reserva de Lucros a Realizar	R\$96.346.408,94
Total de Dividendos a serem declarados	R\$183.667.114,38
Total de Dividendos a serem pagos	R\$111.667.114,38

As demais informações acerca dessa matéria encontram-se detalhadas no **Anexo III** à presente Proposta da Administração.

2.3. Instalação, se requerida, e fixação do número de membros efetivos do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se-á em 2022, e eleição dos membros efetivos, e seus respectivos suplentes, do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia

Caso haja pedido de acionistas para a instalação do Conselho Fiscal para o exercício de 2021, nos termos da Lei das S.A., a Administração propõe, então, que o número de membros efetivos do Conselho de Fiscal seja fixado em 05 (cinco).

Caso os acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto requeiram a instalação do Conselho Fiscal, os acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente e os acionistas titulares de ações ordinárias que representem, em conjunto, pelo menos, 10% (dez por cento) do total das ações ordinárias da Companhia poderão eleger outro membro e respectivo suplente. Com isso, o acionista controlador terá o direito de eleger os 03 (três) membros remanescentes do Conselho Fiscal.

Em conformidade com a ICVM 481/09, o Anexo IV à presente Proposta da Administração traz a lista e informações dos candidatos indicados pelo acionista controlador da Companhia, considerando o número atual de membros fixado para o Conselho Fiscal.

Caso qualquer acionista queira indicar membro para eleição do Conselho Fiscal (neste caso, se for instalado), tal acionista deverá encaminhar as informações do **Anexo IV**, incluindo currículo, à Companhia, ou, alternativamente, apresentar tais informações no início da AGO.

A Administração propõe que a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal no limite mínimo de 10% (dez por cento) da média de remuneração fixa mensal da Diretoria Estatutária da Companhia. Nesse caso, os membros do Conselho Fiscal receberão 12 (doze) salários mensais e não haverá benefícios, verbas de representação e participação nos resultados.

2.4. Fixação da remuneração global e anual dos administradores e, conforme o caso, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2021

Para o exercício social de 2020, a Administração da Companhia propõe à AGO a fixação da remuneração global em até R\$ 28.085.175,00 (vinte e oito milhões, oitenta e cinco mil, cento e setenta e cinco reais) para os administradores e, conforme o caso, para os membros do Conselho Fiscal da Companhia. Caberá ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 22, inciso VII, do Estatuto Social da Companhia, fixar e ratear as remunerações individuais de seus membros e dos membros da Diretoria, dentro do limite ora proposto, se aprovado.

O valor da remuneração global ora proposto compreende a remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no período de janeiro a dezembro de 2021, e inclui remuneração fixa e variável (considerando o patamar máximo atingível), direta e indireta, bem como benefícios de qualquer natureza. Estão excluídos tributos e contribuições para a previdência social oficial.

As informações referentes à fixação da remuneração dos administradores e, se instalado, de seu Conselho Fiscal encontram-se detalhadas no **Anexo V** à presente Proposta da Administração, nos termos do artigo 12 da ICVM 481/09.

Conforme acima exposto, as propostas a serem deliberadas na AGO têm como objetivo atender aos legítimos interesses da Companhia, motivo pelo qual a Administração propõe que sejam aprovadas na íntegra pelos Senhores Acionistas.

Permanecemos à disposição de V. Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

São Paulo, 17 de março de 2021.

Cordialmente,

FRANK GEYER ABUBAKIR

Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA
COMPANHIA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020, ACOMPANHADAS DAS NOTAS EXPLICATIVAS, DO PARECER
DOS AUDITORES INDEPENDENTES, DO PARECER DO CONSELHO FISCAL E DO
PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

(este anexo inicia-se na próxima página)

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2020
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Índice

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14
Relatório da Administração	64
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras	73
Declaração da Diretoria sobre o Parecer dos Auditores Independentes	74
Parecer do Comitê de Auditoria	75
Parecer do Conselho Fiscal	76

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Unipar Carbocloro S.A. – e Controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unipar Carbocloro S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, onde a Administração divulga diferenças na interpretação de cláusulas contratuais de “*covenants*” requeridas em contrato de dívida entre um credor e a Indupa Argentina e a Indupa Brasil, subsidiárias da Companhia, que são objetos de disputa perante uma corte estadual do estado de Nova Iorque. Tal dívida está classificada no passivo não circulante, e caso a conclusão deste tema seja desfavorável à Companhia poderia ocorrer o vencimento antecipado da dívida. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25, a Companhia reconheceu receitas no montante de R\$1,2 bilhão (“Controladora”) e R\$3,8 bilhões (“Consolidado”) em 31 de dezembro de 2020.

O reconhecimento de receitas requer que os seguintes aspectos no processo de venda das mercadorias sejam atendidos: (a) as partes devem aprovar o contrato de compra e venda (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e devem estar comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (b) a entidade deve identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos; (c) a entidade deve identificar os termos de pagamento para os bens a serem transferidos; (d) o contrato deve possuir substância comercial; (e) deve ser provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Como o assunto foi conduzido pela auditoria

- Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade das atividades de controles relacionadas ao reconhecimento de receitas pela Companhia, os quais incluíram o seguinte:
- Determinação e aprovação de preços de acordo com política interna vigente;
- Análise e aprovação de crédito de clientes, bem como estabelecimento dos limites de crédito aplicáveis;
- Análise e aprovação de pedidos de venda e ordens de carregamento;
- Asseguração de que as mercadorias transferidas estão de acordo com pedido de venda, ordem de carregamento e respectiva emissão de nossa fiscal antes da conclusão da transação comercial (“*three-way-match*”);
- Análise de evidências de transferências das mercadorias ao cliente para efetivação do respectivo reconhecimento contábil das receitas, incluindo análises de “*cut-off*”;
- Acompanhamento e assegurar de recebimento das contraprestações aplicáveis.
- Efetuamos a análise do perfil da carteira de clientes e vendas ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 através de ferramentas de “*Data Analytics*”, com o objetivo de identificar e avaliar individualmente possíveis “*outliers*” ou transações não usuais.
- Inspecionamos, em base amostral, as documentações-suporte das vendas ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com o objetivo de certificar que:
- As transações possuíam substância comercial e estavam alinhadas com as práticas usuais de negócios da Companhia;
- As partes (Companhia e clientes) aprovaram as transações de compra e venda de acordo com as práticas usuais de negócios da Companhia;
- A Companhia identificou os direitos de cada parte envolvida nas transações comerciais, bem como os termos de pagamento para os bens transferidos aos seus clientes;
- A Companhia cumpriu as suas obrigações de entrega da mercadoria, e os clientes cumpriram as obrigações pecuniárias aplicáveis, ou, quando aplicável, obtivemos evidências de auditoria que demonstram que é provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual tem direito em troca dos bens transferidos aos seus clientes.

Com base em nossos procedimentos de auditoria descritos acima, consideramos que os critérios adotados para o reconhecimento de receitas e as suas respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que

lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC nº 1 SP 218398/O-1

Unipar Carbocloro S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	371.734	286.994	924.852	301.525
Aplicações financeiras	6	52.646	129.581	188.908	213.158
Contas a receber de clientes	7	105.132	130.696	534.092	381.822
Impostos a recuperar	8	8.938	19.005	29.165	48.858
Estoques	9	39.446	37.935	189.238	209.591
Despesa antecipada	-	875	1.067	1.876	2.479
Outros	-	5.862	5.599	12.488	50.347
		584.633	610.877	1.880.619	1.207.780
Não circulante					
Contas a receber de clientes	7	28.644	-	-	-
Impostos a recuperar	8	7.867	4.070	15.073	11.318
Estoques	9	22.041	20.403	69.714	52.923
Depósitos judiciais	10	53.321	47.264	53.361	47.305
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	142.971	172.339
Créditos com Empresas Ligadas	11	213.500	161.226	-	-
Outros	-	9.692	-	32.310	22.619
		335.065	232.963	313.429	306.504
Investimentos	12	937.817	639.741	66.961	13.325
Imobilizado	13	867.712	865.665	1.949.684	1.890.717
Intangível	14	278.566	279.628	297.604	300.495
		2.084.095	1.785.034	2.314.249	2.204.537
		2.419.160	2.017.997	2.627.678	2.511.041
Total do ativo		3.003.793	2.628.874	4.508.297	3.718.821

Unipar Carbocloro S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	39.692	31.841	238.342	182.468
Empréstimos e financiamentos	16	325.894	151.547	340.730	177.566
Salários e encargos sociais	-	36.951	18.161	120.632	63.002
Imposto de renda e contribuição social	-	45.971	32.013	117.336	40.476
Outros impostos e contribuições a pagar	-	28.705	17.342	97.870	32.822
Dividendos a pagar	30	23.459	54.437	23.459	54.437
Demandas judiciais	18	2.831	-	4.999	-
Energia elétrica	17	105.696	101.890	185.386	174.180
Débito com terceiros	20	-	-	1.950	300
Passivo ambiental	19	-	-	14.492	13.542
Outros	-	24.979	12.400	74.963	46.284
		634.178	419.631	1.220.159	785.077
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	331.978	460.000	372.810	499.982
Salários e encargos sociais	-	3.683	4.281	3.779	4.315
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	261.104	248.179	317.912	296.628
Outros impostos e contribuições a pagar	-	27.491	-	46.454	-
Obrigações com benefícios aos empregados	22	4.377	4.765	56.318	50.250
Demandas judiciais	18	15.561	18.965	35.731	41.392
Passivo ambiental	19	-	-	4.581	6.566
Débito com terceiros	20	-	-	711.015	551.388
Outros	-	414	-	499	-
		644.608	736.190	1.549.099	1.450.521
Patrimônio líquido					
Capital social	23	699.002	699.002	699.002	699.002
Ações em tesouraria	23(d)	(1.154)	(101.459)	(1.154)	(101.459)
Reservas de lucros	24	804.599	736.249	804.599	736.249
Outros resultados abrangentes	-	222.560	139.261	222.560	139.261
Atribuído à participação dos controladores		1.725.007	1.473.053	1.725.007	1.473.053
Participação dos não controladores		-	-	14.032	10.170
Total do patrimônio líquido		1.725.007	1.473.053	1.739.039	1.483.223
Total do passivo e patrimônio líquido		3.003.793	2.628.874	4.508.297	3.718.821

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	25	1.124.217	1.043.565	3.868.223	3.048.730
Custo dos produtos vendidos	26	(630.311)	(596.203)	(2.533.636)	(2.231.876)
Lucro bruto		493.906	447.362	1.334.587	816.854
Despesas com vendas	26	(51.689)	(55.740)	(175.387)	(153.097)
Despesas administrativas	26	(208.511)	(150.739)	(381.393)	(280.737)
Resultado de equivalência patrimonial	12	193.647	(32.619)	(2.342)	(6.507)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(2.686)	43.322	(26.945)	21.018
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		424.667	251.586	748.520	397.531
Receitas financeiras	28	74.724	88.115	140.132	140.157
Despesas financeiras	28	(34.902)	(68.997)	(287.495)	(281.078)
Resultado financeiro líquido		39.822	19.118	(147.363)	(140.921)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		464.489	270.704	601.157	256.610
Imposto de renda e contribuição social	21	(96.823)	(97.199)	(230.942)	(84.252)
Lucro líquido do exercício		367.666	173.505	370.215	172.358
Lucro (prejuízo) atribuído a:					
Participação dos controladores				367.666	173.505
Participação dos não controladores				2.549	(1.147)
Lucro por ação (expressos em reais)	29				
Ordinárias		3,62	1,74	3,62	1,74
Preferenciais "A"		3,98	1,92	3,98	1,92
Preferenciais "B"		3,98	1,92	3,98	1,92

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	367.666	173.505	370.215	172.358
Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	83.299	68.089	84.612	69.109
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas	(4.184)	(6.402)	(4.250)	(6.504)
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	1.353	2.212	1.374	2.246
Ganhos (Perda) atuariais de plano de benefícios pós emprego	442	(1.662)	442	(1.662)
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	(150)	565	(150)	565
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	90.572	39.146	92.007	39.768
Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior - líquido dos efeitos tributários	(4.734)	34.230	(4.811)	34.696
Total do resultado abrangente do exercício	450.965	241.594	454.827	241.467
Resultado abrangente total atribuível a:				
Participação dos controladores			450.965	241.594
Participações de não controladores			3.862	(127)
			454.827	241.467

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	474.415	(33.221)	872.230	34.096	-	1.347.520	98.422	1.445.942
Aumento do capital social (em 18/06/2019)	224.587	-	(224.587)	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 23 (d))	-	44.191	(44.191)	-	-	-	-	-
Recompra de ações em tesouraria (Nota 23 (d))	-	(112.429)	-	-	-	(112.429)	-	(112.429)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	173.505	173.505	(1.147)	172.358
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	500	-	-	500	-	500
Dividendos propostos (Nota 30)	-	-	-	-	(41.208)	(41.208)	-	(41.208)
Constituição de reservas (Nota 24)	-	-	132.297	-	(132.297)	-	-	-
Compra de participação de acionistas não controladores em controlada - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	25.285	-	25.285	(70.260)	(44.975)
Efeito de transações com acionistas - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	11.791	-	11.791	(17.865)	(6.074)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	68.089	-	68.089	1.020	69.109
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas	-	-	-	(6.402)	-	(6.402)	(103)	(6.505)
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	-	-	-	2.212	-	2.212	35	2.247
Ganhos (Perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	-	-	-	(1.662)	-	(1.662)	-	(1.662)
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	-	-	-	565	-	565	-	565
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	39.146	-	39.146	622	39.768
Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	34.230	-	34.230	466	34.696
Em 31 de dezembro de 2019	699.002	(101.459)	736.249	139.261	-	1.473.053	10.170	1.483.223

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019	699.002	(101.459)	736.249	139.261	-	1.473.053	10.170	1.483.223
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 23 (d))	-	219.736	(219.736)	-	-	-	-	-
Recompra de ações em tesouraria (Nota 23 (d))	-	(144.201)	-	-	-	(144.201)	-	(144.201)
Plano de outorga de ações restritas	-	24.770	3	-	-	24.773	-	24.773
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	367.666	367.666	2.549	370.215
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	7.738	-	-	7.738	-	7.738
Dividendos intermediários (Nota 30)	-	-	-	-	(72.000)	(72.000)	-	(72.000)
Dividendos propostos (Nota 30)	-	-	-	-	(15.321)	(15.321)	-	(15.321)
Constituição de reservas (Nota 24)	-	-	280.345	-	(280.345)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	83.299	-	83.299	1.313	84.612
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas	-	-	-	(4.184)	-	(4.184)	(66)	(4.250)
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	-	-	-	1.353	-	1.353	21	1.374
Ganhos (Perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	-	-	-	442	-	442	-	442
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	-	-	-	(150)	-	(150)	-	(150)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	90.572	-	90.572	1.435	92.007
Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(4.734)	-	(4.734)	(77)	(4.811)
Em 31 de dezembro 2020	699.002	(1.154)	804.599	222.560	-	1.725.007	14.032	1.739.039

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa líquido Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	367.666	173.505	370.215	172.358
Depreciação e amortização	87.448	92.552	197.951	183.082
Efeito da Aplicação do IAS 29 (Hiperinflação)	-	-	(6.830)	(62.631)
Baixas de ativos	340	95	968	118
Provisões (Reversão) para demandas judiciais	(2.400)	(4.561)	(674)	2.066
Provisões de contingências ambientais	-	-	12.045	6.083
Provisão (Reversão) de juros, variações cambiais e outros encargos sobre empréstimos e débitos com terceiros	(21.206)	8.850	246.897	190.975
Provisão (Reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(3.771)	(2.127)	(1.554)	897
Provisão (Reversão) para ajustes de estoques	-	-	-	3.471
Provisão (Reversão) de encargos de energia elétrica	1.433	(7.305)	3.627	(5.729)
Resultado de equivalência patrimonial	(193.647)	32.619	2.342	6.507
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.720	(2.689)	29.155	(45.037)
Pagamento baseado em ações	24.770	-	24.770	-
Provisão de Receitas com Contrato de Servidão	(1.600)	-	(1.600)	-
	270.753	290.939	877.312	452.160
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	692	(23.300)	(150.716)	81.544
Impostos a recuperar	6.270	(5.118)	15.937	25.410
Estoques	(3.149)	(1.388)	2.843	(18.122)
Outros ativos	(8.163)	14.797	34.414	(30.154)
Fornecedores	(2.560)	(930)	30.760	(37.827)
Salários e encargos sociais	18.192	(17.221)	57.095	(24.963)
Impostos, taxas e contribuições	38.853	845	111.501	(20.585)
Imposto de Renda e Contribuição Social	76.112	94.191	159.671	123.699
Obrigações de benefícios aos empregados	54	(364)	(142)	(5.386)
Outros passivos	1.566	10.521	8.111	25.370
	127.867	72.033	269.474	118.986
Caixa gerado pelas operações	398.620	362.972	1.146.786	571.146
Imposto de renda e contribuição social pagos	(62.964)	(113.020)	(78.150)	(117.556)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	335.656	249.952	1.068.636	453.590
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras líquida de resgates	76.934	356.042	24.249	446.782
Recebimento na aquisição de ações de minoritários	-	6.175	-	6.175
Compras de imobilizado e intangível	(45.298)	(38.976)	(132.264)	(159.422)
Aquisição de participação em empresa controlada	-	(38.152)	-	-
Aquisição de participação em empresa controlada em conjunto	(30.547)	-	(30.547)	-
Aporte de capital em empresa investida	(12.500)	-	(12.500)	-
	(11.411)	285.089	(151.062)	293.535
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(11.411)	285.089	(151.062)	293.535
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de Empréstimos/ Debêntures	(157.156)	(548.922)	(228.357)	(868.177)
Créditos com empresas ligadas	-	38.193	-	-
Pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos	(30.586)	(72.905)	(68.743)	(223.890)
Dividendos pagos	(110.562)	(24.985)	(110.562)	(24.985)
Captação de empréstimos e financiamentos	203.000	310.222	263.705	512.653
Aquisição de participação em empresa controlada	-	-	-	(38.152)
Recuperação de ações em tesouraria	(144.201)	(112.429)	(144.201)	(112.429)
	(239.505)	(410.826)	(288.158)	(754.980)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(239.505)	(410.826)	(288.158)	(754.980)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior	-	-	(6.089)	107.838
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	84.740	124.215	623.327	99.983
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	286.994	162.779	301.525	201.542
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	371.734	286.994	924.852	301.525

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços	1.454.674	1.351.169	4.831.339	3.827.624
Resultado na venda de ativos imobilizados e outros	(149)	204	(3.377)	(5.479)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.771	2.127	1.554	(897)
	<u>1.458.296</u>	<u>1.353.500</u>	<u>4.829.516</u>	<u>3.821.248</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(538.652)	(508.821)	(2.398.263)	(2.133.049)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(255.190)	(230.758)	(520.609)	(484.316)
	<u>(793.842)</u>	<u>(739.579)</u>	<u>(2.918.872)</u>	<u>(2.617.365)</u>
Valor adicionado bruto	<u>664.454</u>	<u>613.921</u>	<u>1.910.644</u>	<u>1.203.883</u>
Depreciação e amortização	(87.448)	(92.552)	(197.951)	(183.082)
Outras	-	-	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>577.006</u>	<u>521.369</u>	<u>1.712.693</u>	<u>1.020.801</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	193.647	(32.619)	(2.342)	(6.507)
Receitas financeiras	74.724	88.115	140.132	140.157
Outros	7.377	4.462	7.377	3.810
Valor adicionado total a distribuir	<u>852.754</u>	<u>581.327</u>	<u>1.857.860</u>	<u>1.158.261</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(109.323)	(68.502)	(328.883)	(201.584)
Benefícios	(24.605)	(24.992)	(68.904)	(66.277)
FGTS	(7.410)	(6.370)	(45.480)	(30.806)
	<u>(141.338)</u>	<u>(99.864)</u>	<u>(443.267)</u>	<u>(298.667)</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(193.422)	(178.276)	(486.405)	(264.897)
Estaduais	(102.050)	(94.696)	(218.950)	(151.352)
Municipais	(2.436)	(2.420)	(16.338)	(12.439)
	<u>(297.908)</u>	<u>(275.392)</u>	<u>(721.693)</u>	<u>(428.688)</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	(33.655)	(66.392)	(282.231)	(271.938)
Aluguéis	(1.804)	(1.726)	(1.828)	(1.748)
Outros	(10.383)	35.552	(38.626)	15.138
	<u>(45.842)</u>	<u>(32.566)</u>	<u>(322.685)</u>	<u>(258.548)</u>
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	(87.321)	(41.208)	(87.321)	(41.208)
Prejuízos (lucros) retidos	(280.345)	(132.297)	(280.345)	(132.297)
Participação de não controladores	-	-	(2.549)	1.147
	<u>(367.666)</u>	<u>(173.505)</u>	<u>(370.215)</u>	<u>(172.358)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>(852.754)</u>	<u>(581.327)</u>	<u>(1.857.860)</u>	<u>(1.158.261)</u>

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A. ("Unipar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sobre os códigos UNIP3, UNIP5 e UNIP 6.

A Unipar tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica.

A Unipar é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações ("Vila Velha"). Em 31 de dezembro de 2020 a Vila Velha possuía 21,5% do capital total da Unipar (19,99% em 31 de dezembro de 2019) e 61,5% de suas ações ordinárias (57,62% em 31 de dezembro de 2019).

A Unipar é controladora da Unipar Indupa S.A.I.C. ("Indupa Argentina") e detém ações que representam 98,44% do capital votante desta Companhia. Em sua operação, a Indupa Argentina possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca com capacidade instalada para produção de 240 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda ("Informação não auditada pelos auditores independentes"). A empresa também é detentora de 58% do capital social total da Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Indupa Argentina também detém ações representativas de 100% do capital social votante e total da Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Indupa Brasil"), proprietária de uma planta localizada na cidade de Santo André – SP, com capacidade de produção de 300 mil toneladas de PVC e 180 mil toneladas de soda, ("Informação não auditada pelos auditores independentes").

Aquisição Tucano III

Conforme mencionado na nota explicativa nº4, em 3 de setembro de 2020 a Companhia concluiu a formação da Joint Venture com a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê") através da aquisição de 50% das ações da Tucano III como controle compartilhado com a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê"). O Acordo de Investimento tem o objetivo a geração total de 155 MW de energia eólica, equivalentes a 78 MW médios de energia assegurada. A fazenda eólica está em construção e faz parte do complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia.

COVID - 19

A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus ("COVID-19"), coordenado por um Comitê de Crise, reforçou os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde ("OMS"), cancelando eventos internos e viagens adotando meios eletrônicos de comunicação, flexibilizando rotinas de trabalho para evitar aglomerações, adesão de trabalho remoto para diversos grupos de profissionais, dentre outras iniciativas.

No segundo semestre a Administração da Companhia identificou uma normalização da demanda da resina de PVC. Os produtos cloro e soda da Companhia fazem parte da cadeia de abastecimento de itens de primeira necessidade para a população, relacionados ao segmento alimentício, produtos de limpeza, higiene pessoal e hospitalar e para estes mercados foram mantidos suas previsões de produção e vendas. Em todas as análises, sendo de forma consolidada ou por planta, a administração ressalta que não há risco na continuidade de seus negócios.

Em relação as volatilidades do mercado financeiro, incluindo os efeitos de desvalorização da moeda nacional frente ao dólar americano, a Companhia conta com robusta posição de caixa e perfil de dívida alongado e controlado. Adicionalmente, a despeito dos efeitos cambiais apurados no

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

“Resultado Financeiro” nas referidas demonstrações financeiras, conforme análise de exposição, esse efeito não afeta o caixa da Companhia visto que está atrelado substancialmente as operações de empréstimos e financiamento em moeda estrangeira de longo prazo a serem realizadas em períodos futuros, assim como o fluxo de caixa projetado de receitas, dos quais contribuem para compensar o fluxo de pagamento dos respectivos passivos. Os *covenants* financeiros são monitorados frequentemente, independente da crise gerada pelo COVID-19 e todas as cláusulas estão sendo cumpridas.

Diante do atual cenário, a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na recuperabilidade dos seus ativos e afetar a mensuração das provisões apresentadas nas referidas demonstrações financeiras por aumento de perdas esperadas ou alteração significativa aos riscos que a Companhia está exposta.

Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia e controladas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira da Companhia e das controladas são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

2.3.2. Conversão das demonstrações financeiras da Indupa Argentina

As demonstrações financeiras da Indupa Argentina, incluídas na consolidação foram elaboradas em pesos argentinos, que é sua moeda funcional e foram convertidas para reais conforme a seguir:

- Os saldos ativos e passivos foram convertidos à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019;
- As contas de resultado foram convertidas pela taxa final para os exercícios apresentados;
- Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação das transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Taxa final	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Peso argentino	0,06	0,07

2.4. Consolidação e aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária

As demonstrações financeiras individuais da Unipar estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações financeiras consolidadas estão identificadas como "Consolidado".

Nas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram considerados os resultados da controlada direta Indupa Argentina e indireta Indupa Brasil.

- Nas demonstrações financeiras anuais, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aplicou o CPC 42 (IAS 29) – "Contabilidade em economia hiperinflacionária" como prática contábil para fins de Contabilidade e Evidenciação de Economia Altamente Inflacionária, seguindo a metodologia aplicada para estas demonstrações financeiras.

O índice utilizado para cálculo do ajuste por inflação é divulgado pela *Federación de Consejos Profesionales de Argentina* (FACPCE). A variação acumulada da inflação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de 36,14%.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

2.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2021.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Tais ativos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.2.1. Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados da seguinte forma:

a) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras – receita de equivalentes de caixa e Títulos e Valores mobiliários” (nota explicativa nº 28).

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo conforme descrito na nota explicativa nº 2.2.

A Companhia não designou instrumentos da dívida ao valor justo por meio do resultado.

Note-se que a Companhia também não possui ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.2.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*"Impairment"*).

Uma provisão para *"Impairment"* é reconhecida na ocorrência de um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial dos ativos, que possam afetar negativamente seus fluxos de caixa futuros estimados. O efeito negativo nesses fluxos de caixa deve ser estimado de maneira confiável.

Os principais indicadores usados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *"Impairment"* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que afete negativamente os fluxos de caixa esperados para o ativo; e
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por *"Impairment"* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados. Na determinação destes fluxos de caixa, excluem-se os prejuízos de crédito futuro ainda não incorridos e é utilizada a taxa de desconto original dos ativos financeiros. No caso de empréstimos e recebíveis, a provisão para *"Impairment"*, também chamada de provisão para créditos de liquidação duvidosa, é registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de arrecadar todos os valores devidos na transação.

Se, em um período subsequente, uma melhoria nos indicadores apontar para a diminuição ou mesmo eliminação da perda por *"Impairment"*, a reversão dessa perda registrada anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado.

Além da prática citada acima a Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (*"PCE"*) sobre valores a receber de clientes. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro.

A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos dos devedores. Historicamente, a perda de crédito da Companhia mostra-se irrelevante, havendo perdas para clientes que eventualmente decretam falência ou recuperação judicial. Para esses casos pontuais, a Companhia reconhece PCE de 100% do saldo em aberto e cessa vendas de produtos.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

3.2.3. Baixa de ativo financeiro

Um ativo financeiro é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”.

3.2.4. Passivos Financeiros

Os instrumentos da dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado consideram o método da taxa de juros efetiva. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

3.2.5. Passivo financeiro subsequentemente mensurado ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

3.2.5.1. Ganho ou perda de variação cambial

Para passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e mensurados ao custo amortizado no final de cada período de relatório, os ganhos ou as perdas de variação cambial são determinados com base no custo amortizado dos instrumentos. Esses ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na rubrica “Variações cambiais” no resultado financeiro (nota explicativa nº 28) para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada. Para aqueles designados como instrumento de hedge para proteção contra o risco de câmbio, os ganhos e as

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

perdas de variação cambial são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados em um componente separado do patrimônio.

Valor justo dos passivos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado naquela moeda estrangeira e convertido com base na taxa à vista no encerramento do exercício. Para passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, o componente de câmbio é parte integrante dos ganhos ou perdas de valor justo e é reconhecido no resultado para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

3.2.5.2. Baixa de passivo financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, substituída, cancelada, alterada ou expirar.

A companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando a Companhia e suas controladas permutam com o credor existente um instrumento da dívida por outro com termos e condições substancialmente diferentes, essa permuta é contabilizada como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo financeiro. Igualmente, a Companhia e suas controladas contabilizam a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. Os termos e as condições são considerados substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos e condições, incluindo eventuais honorários pagos líquidos dos honorários recebidos e descontados usando a taxa original efetiva, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa remanescente do passivo financeiro original. Se a modificação não for substancial, a diferença entre: (1) o valor contábil do passivo antes da modificação; e (2) o valor presente dos fluxos de caixa após a modificação é reconhecido no resultado como ganho ou perda de modificação em “Outros ganhos e perdas”.

3.3. Estoques

São registrados ao custo de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda, utilização na operação ou por ajuste a valores de mercado.

3.4. Tributos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

3.5. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais feitos para garantir disputas nas quais a Companhia encontra-se no polo passivo e cuja probabilidade de perda da causa é provável encontram-se apresentados no grupo de provisões para demandas judiciais, como contas redutoras dos passivos constituídos. Os demais depósitos encontram-se classificados no ativo da Companhia.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

3.6. Ativos intangíveis de vida útil definida

Os principais ativos classificados nesta categoria referem-se aos softwares e representam os gastos diretamente associados e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. As taxas de depreciação e amortização estão descritas na nota explicativa 14.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear durante a vida útil do ativo. Os custos de aquisição/construção incluem gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições necessárias para seu uso. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos.

As Taxas de depreciação de cada grupo de itens do ativo imobilizado são demonstradas na nota explicativa nº 13.

3.8. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização. Tais ativos são testados anualmente para verificar se há evidências de perdas não recuperáveis (*Impairment*) de seu valor. Para os ativos que estão sujeitos à amortização, o teste de *Impairment* é feito sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O teste de *Impairment* compara o valor contábil do ativo com seu valor recuperável. Este último é definido como o maior montante entre preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Quando o valor recuperável de um ativo é menor do que seu valor contábil, é constituída provisão para perdas, em contrapartida ao resultado do exercício. No caso do ágio, qualquer provisão para perdas constituída é irreversível. Para os demais ativos não financeiros, caso os testes indiquem que a provisão para *Impairment* não é mais necessária, essa provisão pode ser revertida.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, resultante de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar esta obrigação. Além dos pré-requisitos já citados, uma provisão deve ser constituída somente quando uma estimativa confiável do valor da saída de recursos puder ser preparada.

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para reestruturação são reconhecidas quando a Companhia traça um plano formal detalhado para a reestruturação e cria naqueles afetados pelo plano uma expectativa válida de que a reestruturação será iniciada com a implementação do plano ou o anúncio dos seus principais aspectos. A mensuração da provisão para reestruturação inclui apenas os gastos diretos resultantes da reestruturação, que são aqueles valores necessariamente resultantes da reestruturação e não associados às atividades em andamento da entidade.

3.10. Benefícios aos empregados

3.10.1. Benefícios de curto prazo a empregados

3.10.1.1. Participação nos lucros

A Companhia provisiona o valor estimado da participação de empregados nos lucros, em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores e os resultados atingidos pela Companhia.

3.10.2. Benefícios pós emprego

3.10.2.1. Benefícios na modalidade de contribuição definida

A Companhia possui plano de pensão na modalidade de contribuição definida segundo o qual faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar eventuais benefícios futuros esperados pelos empregados. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

3.10.2.2. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia possui planos com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil utilizada para os planos de pensão de benefício definido. A Companhia tem obrigações legais para suportar em caso de déficit destes planos. As obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado.

3.10.3. Benefícios de longo prazo

3.10.3.1. Gratificação por Tempo de Serviço

A Companhia possui plano de gratificação por tempo de casa com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das reavaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

3.10.4. Benefícios rescisórios

3.10.4.1. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia possui plano com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das reavaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado.

3.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

3.11.1. Impostos Correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

3.11.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em joint ventures, exceto quando a Companhia for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida (ou a receber) pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

São reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e a Companhia entende que cumpriu as obrigações com seus clientes, sendo provável que os benefícios econômicos serão recebidos e os riscos e os benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

3.13. Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis, há expectativa de saídas de recursos para saná-los e o custo pode ser razoavelmente estimado, através de discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida.

O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

3.14. DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data de sua aprovação, em Assembleia Geral de Acionistas, ou na data de seu pagamento, se for anterior. Na demonstração de fluxo de caixa apresentamos como componente das atividades de financiamento.

3.16. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. O valor contábil desses investimentos inclui o desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as controladas são integralmente consolidadas e a participação de não controladores é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle foi obtido.

Quando necessário, as demonstrações financeiras de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações e saldos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

Controlada em conjunto (joint venture) é um acordo conjunto por meio do qual as partes, que detêm o controle em conjunto do acordo contratual, têm direitos sobre os ativos líquidos desse acordo.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, o investimento em controlada em conjunto é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado pelo método de aquisição e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

O investimento na controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se tornou uma controlada em conjunto. Na aquisição do investimento de controlada em conjunto, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida deve ser reconhecido como ágio, que deve ser incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

As exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia em uma controlada. Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

Quando uma entidade da Companhia realizar transação com coligada do grupo, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a coligada serão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia somente na extensão das participações na coligada que não estejam relacionadas ao grupo.

- **Aquisição de investimento controlado em conjunto**

Conforme mencionado acima, a aquisição de investimento em controlada em conjunto foi contabilizada pelo método de aquisição. A contraprestação transferida foi mensurada ao valor justo na data de aquisição do controle compartilhado. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis foram reconhecidos pelo valor justo.

3.17. Transações com pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga do acordo de pagamento baseado em ações concedido ao empregado é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que o empregado adquire incondicionalmente o direito ao benefício conforme detalhada na nota explicativa nº23.

3.18. Pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos

A Companhia, com base no CPC 3, optou em reconhecer os juros pagos sobre empréstimos nas atividades de financiamento em sua demonstração de fluxo de caixa, considerando que são custos de obtenção de recursos financeiros e não relacionados como forma de retorno para sua operação.

3.19. Informação por segmento

A Administração da Companhia, responsável por tomar decisões operacionais, alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada das decisões estratégicas, analisa a Companhia

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

como segmento operacional único, considerando principalmente que os processos de produção e natureza dos produtos são semelhantes.

3.20. IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência à IFRS 9 e IFRS 7

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses *benchmarks*. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de hedge para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. As alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19

Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento.

O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

Estas alterações não impactaram nas demonstrações financeiras da Companhia.

Impacto da adoção inicial das outras normas IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, A Companhia adotou as alterações a seguir às Normas e Interpretações IFRS emitidas pelo IASB em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. A

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

adoção dessas Normas e Interpretações não teve nenhum impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS

A Companhia adotou as alterações incluídas nas Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS pela primeira vez no exercício corrente. As alterações incluem as alterações subsequentes às Normas afetadas de modo que elas se referem à nova Estrutura. Porém, nem todas as alterações, atualizam esses pronunciamentos com relação às referências e citações contidas na Estrutura de modo que elas se referem à Estrutura Conceitual revisada.

Alguns pronunciamentos são atualizados apenas para indicar a qual versão da Estrutura eles se referem (a Estrutura do IASC adotada pelo IASB em 2001, a Estrutura do IASB de 2010, ou a nova Estrutura revisada de 2018) ou para indicar que as definições na Norma não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas na Estrutura Conceitual revisada.

As Normas alteradas são IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, e SIC-32.

Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios

A Companhia adotou as alterações à IFRS 3 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações esclarecem que ainda que os negócios normalmente apresentem *outputs* (“produtos”), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos.

As alterações excluem a avaliação sobre se os participantes de mercado são capazes de substituir quaisquer insumos ou processos em falta e continuar a produzir produtos. As alterações também introduzem orientações adicionais que ajudam a determinar se um processo substantivo foi adquirido.

As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares.

As alterações são aplicáveis prospectivamente a todas as combinações de negócios e aquisições de ativos para os quais a data de aquisição cai em ou após 1º de janeiro de 2020.

Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 e IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição do que é material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de ‘ocultação’ de informações materiais com o conceito de informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.

O limite de materialidade que influencia os usuários foi alterado de ‘possível influência’ para ‘possível influência razoável’.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1.

Adicionalmente, o IASB alterou outras Normas e a Estrutura Conceitual que contém uma definição de material ou faz referência ao termo 'material' para garantir consistência.

3.20.1. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

IFRS 17 - Contratos de Seguro

A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).

A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios.

O Modelo Geral utiliza premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.

Em junho de 2020, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 17 para endereçar os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17. As alterações postergam a data de adoção inicial da IFRS 17 (incorporando as alterações) para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Ao mesmo tempo, o IASB emitiu a Prorrogação da Isenção Temporária de Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4) que prorroga a data de vencimento fixa da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 na IFRS 4 para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 deve ser adotada retrospectivamente a menos que sua adoção seja inviável; nesse caso, será aplicável a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem de valor justo.

Para fins das exigências de transição, a data de adoção inicial corresponde ao início do período anual no qual a entidade adota a norma pela primeira vez, e a data de transição corresponde ao início do período imediatamente anterior à data de adoção inicial.

Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Alterações à IAS 37 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

3.21. Principais julgamentos contábeis e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos anualmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando da apuração dos resultados reais estão apresentadas a seguir:

a) Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

b) Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

c) Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem como às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *Impairment* são os ativos imobilizado e intangível.

d) Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

4. Aquisição de participação em investimento controlado em conjunto

Em 3 de setembro de 2020 foi celebrado acordo de investimento entre a Companhia e a AES Tietê Energia S.A. ("Grupo AES Tietê") para a produção e posteriormente o consumo de energia limpa. Como resultado deste acordo, a Companhia adquiriu a participação de 50% das ações da Tucano Holding III S.A. ("Tucano III" ou "Joint Venture") pelo montante de R\$ 40.119, dos quais R\$ 30.547 foram pagos em dinheiro na data da assinatura do contrato e o saldo remanescente de R\$ 9.572 será pago nos próximos doze meses, sendo registrado na rubrica de "outros" no passivo circulante.

O objetivo desta parceria é construção de uma fazenda eólica com a capacidade de geração 155 MWs de energia eólica, tendo a expectativa de início das operações para o exercício de 2023, sendo que a geração inicial assegurada pelo plano de negócio é de 78MW. Também é objeto deste projeto fornecer para a Companhia parte da geração desta energia, pois é um dos principais insumos no processo produtivo da Companhia, como resultado deste acordo de investimento, será garantido a Companhia a partir do início das operações de sua coligada o montante de 60 MW ou aproximadamente 80% da geração inicial garantido por este projeto, onde foram celebrados contratos de fornecimentos de energia entre o Grupo AES e a Companhia pelo prazo de vinte anos, prazo este que será o da concessão obtida pela coligada com o Governo. Os preços negociados entre a Companhia, Tucano III e AES apresentam uma variação de aproximadamente 4%.

Caso haja rescisão contratual do contrato de fornecimento de energia entre a AES e a Companhia antes dos vinte anos de vigência, a parte que der causa à rescisão deverá pagar multa rescisória de 30% do total da energia contratada do período remanescente na data da rescisão. Além de multa, a parte que rescindir o contrato deverá também pagar indenização calculada a partir das quantidades e valores remanescentes.

Reconhecimento e mensuração da parcela de participação adquirida

Os valores justos preliminares dos ativos líquidos da coligada, que embasam o reconhecimento do investimento na rubrica "investimentos" na Controladora e no Consolidado, foram estimados com base em laudo preliminar de avaliação preparado por especialistas, e são conforme segue:

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Caixa e equivalentes de caixa	39
Adiantamentos (1)	45.780
Imobilizado	6.088
Intangível (2)	29.230
Fornecedores	(899)
Ativos líquidos adquiridos	80.238
Participação adquirida (50%)	40.119

(1) Refere-se a adiantamentos a fornecedores para a construção de turbinas eólicas.

(2) Refere-se a ágio integralizado pelo Grupo AES Tietê previamente à transação com a Companhia. Este ágio teve origem na aquisição dos projetos eólicos de terceiros no final de 2019 e início de 2020. A mensuração dos valores pagos pelos projetos adquiridos pela AES teve como base a estimativa do fluxo de caixa descontado destes projetos e calculados pelo período de 24 anos, prazo da concessão.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	1.533	1.155	10.852	2.044
Aplicações financeiras de curto prazo	370.201	285.839	914.000	299.481
	371.734	286.994	924.852	301.525

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estão sujeitos a um risco insignificante de mudança em seu valor e têm possibilidade de resgate a qualquer momento. O aumento no caixa da Companhia e de suas controladas está relacionada principalmente ao melhor desempenho operacional no ano de 2020.

6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cotas de Fundos de Investimentos	52.646	77.949	188.908	127.301
Certificado de Depósitos Bancários - CDBs / Letras Financeiras - LF	-	51.632	-	85.857
Circulante	52.646	129.581	188.908	213.158

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs / Letras financeiras - LF possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI com baixo risco de crédito.

Os fundos de investimentos no consolidado representam 22% da carteira de aplicações financeiras, sendo 2% investido em fundo multimercado e 20% representado por fundos referenciados ao CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento.

Os fundos de investimentos na controladora representam 13% da carteira de aplicações financeiras, sendo 5% investido em fundo multimercado e 8% representado por fundos referenciados ao CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Nacionais	106.278	108.293	572.724	415.848
Exterior	-	928	21.759	30.494
Partes relacionadas (Nota 11)	34.684	32.432	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.186)	(10.957)	(60.391)	(64.520)
	133.776	130.696	534.092	381.822
Circulante	105.132	130.696	534.092	381.822
Não circulante	28.644	-	-	-

A composição das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Títulos a vencer	97.460	95.663	517.176	358.242
Títulos vencidos:				
Até 90 dias	1.270	2.158	10.516	16.724
De 91 a 180 dias	1.392	10	2.509	2.288
A partir de 180 dias	6.156	11.390	64.282	69.088
	106.278	109.221	594.483	446.342
Partes Relacionadas	34.684	32.432	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.186)	(10.957)	(60.391)	(64.520)
Total da carteira de clientes	133.776	130.696	534.092	381.822

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") para contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(10.957)	(13.084)	(64.520)	(182.228)
Adições	(1.705)	(136)	(4.443)	(3.168)
Reversões	21	2.263	542	2.271
Baixa	5.455	-	5.455	102.705
Ajustes de conversão	-	-	2.575	15.900
Saldo Final	(7.186)	(10.957)	(60.391)	(64.520)

Historicamente o percentual de perda de crédito esperada da Companhia e suas controladas, para os títulos vencidos até 90 dias aproxima-se de zero. Para os títulos vencidos acima de 90 dias não renegociados e ou clientes que eventualmente decretam falência ou entram em recuperação judicial, a Companhia reconhece perdas de crédito esperadas de 100% do saldo em aberto. A parcela mais significativa de PCLD é composta de casos excepcionais de poucos clientes que decretaram falência ou entraram em recuperação judicial.

No último trimestre do exercício de 2019 foi declarada a falência de um dos clientes da controlada Indupa Brasil, que estava em recuperação judicial ocasionando uma baixa relevante no saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As adições e reversões da PCLD são registradas no resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRRF/ IRPJ e CSLL a recuperar	3.054	12.859	15.004	22.818
ICMS	10.204	6.760	22.551	19.145
PIS e COFINS	-	-	-	99
INSS a compensar	1.874	1.208	1.874	1.208
Títulos de precatórios	1.373	1.639	1.373	1.639
IVA e outros créditos fiscais - Argentina	-	-	1.744	11.388
Restituições a exportações - Argentina	-	-	1.287	1.210
Outros	300	609	405	2.669
	16.805	23.075	44.238	60.176
Circulante	8.938	19.005	29.165	48.858
Não circulante	7.867	4.070	15.073	11.318

IRRF/ IRPJ/CSLL: Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre operações financeiras e antecipação/ saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, realizáveis com imposto de renda e contribuição a pagar sobre os lucros ou compensáveis com outros tributos federais no caso dos saldos negativos.

ICMS: Referem-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante com prazo de amortização de 1/48 avos.

INSS a compensar: Refere-se a pagamentos realizados para liquidação do parcelamento de débitos previdenciários conforme adesão da reabertura do REFIS, artigo 17 da Lei nº 12.865/2013, porém devido ao indeferimento da consolidação do parcelamento, solicitamos a restituição dos valores pagos.

PIS e COFINS: Referem-se basicamente a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado e insumos, os quais estão reconhecidos no ativo circulante.

Restituições a exportações: Refere-se à restituição de impostos alfandegários cobrados pela importação da matéria-prima utilizada pela controlada Indupa Argentina para a fabricação do produto exportado.

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Matérias-primas	13.138	11.354	47.262	38.947
Produtos em processo	3.935	3.116	19.318	24.698
Produtos acabados	7.638	13.039	62.022	94.063
Provisão para desvalorização	-	-	-	(3.471)
Materiais auxiliares e embalagens	5.279	2.959	30.921	24.317
Materiais de manutenção e reparos	31.497	27.870	99.429	83.960
	61.487	58.338	258.952	262.514
Circulante	39.446	37.935	189.238	209.591
Não circulante	22.041	20.403	69.714	52.923

Os materiais de manutenção e reposição são itens mantidos para assegurar a continuidade das operações das plantas em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção e em função do giro são classificados como circulante ou não circulante.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

10. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Tributários	52.161	46.210	52.161	46.210
Cíveis	-	-	40	41
Trabalhistas	1.160	1.054	1.160	1.054
	53.321	47.264	53.361	47.305
Não circulante	53.321	47.264	53.361	47.305

Controladora	2018	Baixas	Transferências de depósitos sobre demandas judiciais estornadas	Atualização monetária	2019
Tributários	40.277	(1.099)	6.521	511	46.210
Trabalhistas	1.054	-	-	-	1.054
	41.331	(1.099)	6.521	511	47.264

Controladora	2019	Atualização monetária	2020
Tributários	46.210	5.950	52.160
Trabalhistas	1.054	107	1.161
	47.264	6.057	53.321

Consolidado	2018	Baixas	Transferências de depósitos sobre demandas judiciais estornadas	Atualização monetária	2019
Tributários	40.341	(1.099)	6.457	511	46.210
Trabalhistas	1.054	-	-	-	1.054
Cíveis	41	-	-	-	41
	41.436	(1.099)	6.457	511	47.305

Consolidado	2019	Adições	Baixas	Atualização monetária	2020
Tributários	46.210	-	-	5.950	52.160
Trabalhistas	1.054	-	-	107	1.161
Cíveis	41	46	(47)	-	40
	47.305	46	(47)	6.057	53.361

Na Controladora o montante dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 é composto, substancialmente, pelos seguintes processos:

a) PER/DCOMPS não homologadas pela Receita Federal

R\$ 28.117 (R\$ 26.045 em 31 de dezembro de 2019) para garantir disputa de causa de natureza passiva com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como remota.

b) Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas ("Goyana")

R\$ 14.444 (R\$ 13.330 em 31 de dezembro de 2019) de cinco causas de sua ex-controlada Goyana onde a Companhia é colocada no polo passivo e solicita sua exclusão, avaliadas pelos consultores jurídicos como possível.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

c) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)

R\$ 9.095 (R\$ 6.341 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à correção monetária das parcelas do IRPJ, Imposto de Renda sobre o Lucro Distribuído e Contribuição social sobre Lucro Líquido, todos apurados no exercício de 1990.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

11. Partes Relacionadas

	2019					2019				
	Saldos					Transações				
	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	Passivo Circulante						Receita Financeira
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Créditos com Empresas ligadas	Fornecedores	Outros Passivos	Vendas	Compras	Gastos compartilhados		(Juros / Variação Cambial)
Na Controladora										
Controlada direta - Indupa Argentina	13.967	-	161.226	(209)	(2.247)	-	(8.894)	6.536		53.467
Controlada indireta - Indupa Brasil	18.465	-	-	(29)	-	20.575	-	8.165		-
No Consolidado										
Controlada em conjunto - Solalban	-	2.423	-	(17.142)	-	12.252	(109.645)	-		-
	2020					2020				
	Saldos					Transações				
	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	Passivo Circulante						Receita Financeira
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Contas a receber de clientes	Créditos com Empresas ligadas	Fornecedores	Outros Passivos	Vendas	Compras	Gastos compartilhados	(Juros / Variação Cambial)
Na Controladora										
Controlada direta - Indupa Argentina	-	-	28.644	213.500	-	(3.774)	-	(5.514)	14.677	52.274
Controlada indireta - Indupa Brasil	6.040	-	-	-	(181)	-	18.359	-	23.457	-
No Consolidado										
Controlada em conjunto - Solalban	-	3.049	-	-	(18.643)	-	12.177	(78.697)	-	-

A controlada em conjunto Tucano III, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não realizou nenhum tipo de operação com a Companhia.

A venda de produtos a partes relacionadas é feita de acordo com a lista de preços normalmente usada pelo grupo Unipar. As aquisições são feitas pelo preço de mercado descontado para refletir a quantidade de produtos adquiridos e o relacionamento entre as partes. Os valores em aberto não são segurados e serão liquidados em caixa. Não foram dadas nem recebidas garantias. Nenhuma provisão para devedores duvidosos foi reconhecida com relação aos valores devidos pelas partes relacionadas.

A Companhia incorre em determinadas despesas corporativas, principalmente com remuneração de alguns colaboradores, que são rateadas entre a Controladora Unipar Carbocloro S.A. e suas controladas direta e indireta.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Créditos com empresas ligadas referem-se a conversão do aporte de capital em mútuo originalmente no valor de US\$ 46 milhões em 2019, amortizado parcialmente e demais pagamentos vinculados a dívida com a Solvay Vinyls reconhecida no balanço patrimonial na rubrica débito com terceiros conforme nota explicativa 20.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está a seguir demonstrada:

	2020	2019
Salários e benefícios de curto prazo	29.578	23.117
Remuneração baseada no plano de outorga de ações restritas	24.770	-
Encargos oriundos da remuneração baseada no plano de outorga de ações restritas	16.233	-
	<u>70.581</u>	<u>23.117</u>

O plano de outorga de ações restritas está descrito conforme nota explicativa nº 23.

A Companhia possui contratos para a prestação de serviços de consultoria econômica e assessoramento financeiro com a Essentia Partners Assessoria Ltda. ("Essentia Partners"). Um dos integrantes do conselho da administração da Companhia, faz parte do quadro societário da Essentia Partners, e os valores das transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizam R\$ 4.807 (R\$ 6.811 em 31 de dezembro de 2019).

Transações ou relacionamentos com acionistas referentes a arrendamento de imóveis

A Companhia mantém um contrato de locação de imóvel administrativo com empresa Locuncatun Serviços Financeiros Ltda pertencente a um acionista e membro do conselho de administração. O valor do aluguel reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 381 e o saldo a pagar em R\$ 11. O contrato foi aprovado pelo Conselho de Administração e teve início em fevereiro de 2019 com vencimentos até 2024.

12. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Investimento em controladas e coligada	525.565	320.222	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	52.355	-	66.961	13.325
Mais valia de ativos (1)	160.236	187.813	-	-
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	199.661	131.706	-	-
	<u>937.817</u>	<u>639.741</u>	<u>66.961</u>	<u>13.325</u>

- (1) O saldo da mais valia de ativos no consolidado é reclassificado para o imobilizado distribuído entre as linhas de terrenos, edificações e construções, equipamentos e instalações, veículos e móveis e utensílios.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2020:

<u>Investidas</u>	<u>Participação</u>	<u>% Participação</u>	<u>Lucro (Prejuízo) líquido</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
Em controladas					
Indupa Argentina	Direta	98,44	196.984	85.135	736.719
Indupa Brasil	Indireta	98,44	148.092	302.753	463.342
Em controladas em conjunto					
Solalban	Indireta	57,10	(3.583)	35.808	25.184
Tucano Holdings III	Direta	50,00	(824)	105.535	104.711

Informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2019:

<u>Investidas</u>	<u>Participação</u>	<u>% Participação</u>	<u>Lucro (Prejuízo) líquido</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
Em controladas					
Indupa Argentina	Direta	98,44	(33.135)	85.135	459.091
Indupa Brasil	Indireta	98,44	40.682	293.091	343.252
Em controladas em conjunto					
Solalban	Indireta	57,10	(11.219)	35.808	22.974

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Controladora	2018	Ajustes de conversão	Adição	Equivalência patrimonial		Amortização	Conversão de AFAC em Mútuo	Recebimento	2019
				No resultado	No patrimônio Líquido				
Investimento em controladas e coligada	412.499	-	16.363	(38.357)	57.805	-	(128.088)	-	320.222
Mais valia de ativos e passivos e ativos indenizáveis	215.757	(14.419)	32.431	-	-	(39.781)	-	(6.175)	187.813
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	77.403	39.145	9.420	5.738	-	-	-	-	131.706
Total	705.659	24.726	58.214	(32.619)	57.805	(39.781)	(128.088)	(6.175)	639.741

(1) Refere-se a conversão de AFAC em mútuo, conforme evidenciado na nota 11.

(2) Valor referente à aquisição de participação de minoritários realizada através de oferta pública de ações ("OPA").

Controladora	2019	Ajustes de conversão	Adição	Equivalência patrimonial		Amortização	2020
				No resultado	No patrimônio Líquido		
Investimento em controladas e coligada	320.222	-	-	216.528	(11.185)	-	525.565
Investimento em controlada em conjunto	-	-	52.619	(264)	-	-	52.355
Mais valia de ativos e passivos e ativos indenizáveis	187.813	5.485	-	-	-	(33.062)	160.236
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	131.706	90.572	-	(22.617)	-	-	199.661
Total	639.741	96.057	52.619	(3)	193.647	(33.062)	937.817

(3) Refere-se a aquisição da Tucano III, sendo o investimento inicial de R\$ 40.119 e aportes no montante de R\$ 12.500, conforme divulgado na nota explicativa 4.

Consolidado	2018	Ajustes de conversão	Equivalência patrimonial		Efeito de Aplicação da IAS 29	2019
			No resultado			
Investimentos em controladas em conjunto	12.679	(4.397)	1.325			9.607
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	(85)	-	(7.832)		11.635	3.718
Total	12.594	(4.397)	(6.507)		11.635	13.325

Consolidado	2019	Ajustes de conversão	Adição	Equivalência patrimonial		Efeito de Aplicação da IAS 29	2020
				No resultado			
Investimentos em controladas em conjunto	9.607	(1.068)	52.619	496		-	61.654
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	3.718	-	-	(2.838)		4.427	5.307
Total	13.325	(1.068)	52.619	(2.342)		4.427	66.961

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

13. Imobilizado

Controladora	Taxa de depreciação média		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
	2020	2019			2020	2019
Terrenos	-	-	247.550	-	247.550	247.550
Edificações e Construções	3,45% a 6,67%	3,45% a 6,67%	153.379	(69.136)	84.243	87.104
Equipamentos e Instalações	5% a 6%	5% a 6%	1.242.423	(757.348)	485.075	478.848
Veículos	20%	20%	362	(340)	22	68
Móveis e Utensílios	10%	10%	13.813	(11.629)	2.184	2.536
Demais bens	10%	10%	15.201	(10.449)	4.752	5.579
Imobilizado em andamento			43.886	-	43.886	43.980
			1.716.614	(848.902)	867.712	865.665

Consolidado	Taxa de depreciação média		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
	2020	2019			2020	2019
Terrenos	-	-	290.468	-	290.468	283.913
Edificações e Construções	3,33% a 6,67%	3,33% a 6,67%	503.623	(247.805)	255.818	249.203
Equipamentos e Instalações	5% a 10%	5% a 10%	3.529.784	(2.318.234)	1.211.550	1.177.699
Veículos	20%	20%	3.477	(3.087)	390	515
Móveis e Utensílios	10%	10%	29.696	(24.416)	5.280	4.351
Demais bens	10%	10%	34.263	(23.907)	10.356	7.975
Imobilizado em andamento	-	-	175.822	-	175.822	167.061
			4.567.133	(2.617.449)	1.949.684	1.890.717

Os investimentos em andamento estão principalmente relacionados a melhoria das plantas e modernização dos sistemas de gestão integrada.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	2018	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	2019
Terrenos	247.550	-	-	-	247.550
Edificações e Construções	90.435	836	-	(4.167)	87.104
Equipamentos e Instalações	493.741	29.337	(39)	(44.191)	478.848
Veículos	167	-	(30)	(69)	68
Móveis e Utensílios	2.989	129	(1)	(581)	2.536
Demais bens	3.845	2.541	(25)	(782)	5.579
Imobilizado em andamento	41.734	2.246	-	-	43.980
	<u>880.461</u>	<u>35.089</u>	<u>(95)</u>	<u>(49.790)</u>	<u>865.665</u>

Controladora	2019	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	2020
Terrenos	247.550	-	-	-	247.550
Edificações e Construções	87.104	1.335	-	(4.196)	84.243
Equipamentos e Instalações	478.848	53.417	(142)	(47.048)	485.075
Veículos	68	-	-	(46)	22
Móveis e Utensílios	2.536	197	-	(549)	2.184
Demais bens	5.579	91	(9)	(909)	4.752
Imobilizado em andamento	43.980	(94)	-	-	43.886
	<u>865.665</u>	<u>54.946</u>	<u>(151)</u>	<u>(52.748)</u>	<u>867.712</u>

Consolidado	2018	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	2019
Terrenos	283.874	-	-	-	4.955	(4.916)	283.913
Edificações e Construções	249.003	15.712	-	(13.298)	5.362	(7.576)	249.203
Equipamentos e Instalações	1.202.926	108.142	(39)	(140.587)	37.019	(29.762)	1.177.699
Veículos	1.060	(301)	(30)	(209)	57	(62)	515
Móveis e Utensílios	4.542	692	(1)	(893)	322	(311)	4.351
Demais bens	4.323	4.688	(48)	(988)	-	-	7.975
Imobilizado em andamento	161.107	23.893	-	-	(3.430)	(14.509)	167.061
	<u>1.906.835</u>	<u>152.826</u>	<u>(118)</u>	<u>(155.975)</u>	<u>44.285</u>	<u>(57.136)</u>	<u>1.890.717</u>

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Consolidado	2019	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	2020
Terrenos	283.913	-	-	-	8.642	(2.087)	290.468
Edificações e Construções	249.203	11.591	-	(13.934)	10.765	(1.807)	255.818
Equipamentos e Instalações	1.177.699	119.969	(355)	(134.816)	58.289	(9.236)	1.211.550
Veículos	515	62	-	(175)	23	(35)	390
Móveis e Utensílios	4.351	1.503	-	(1.107)	652	(119)	5.280
Demais bens	7.975	5.525	(17)	(3.695)	568	-	10.356
Imobilizado em andamento	167.061	14.377	-	-	109	(5.725)	175.822
	<u>1.890.717</u>	<u>153.027</u>	<u>(372)</u>	<u>(153.727)</u>	<u>79.048</u>	<u>(19.009)</u>	<u>1.949.684</u>

O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e melhorias nas plantas produtivas da Companhia.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperação do valor contábil dos seus imobilizados de acordo com o requerido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. Também não houve mudança de estimativa na vida útil dos bens incluídos no ativo imobilizado da Companhia e suas controladas.

14. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Taxa anual de amortização		Líquido	
	2020	2019	2020	2019
Ágio	-	-	273.025	273.025
Direito de uso de Software	20%	20%	5.541	6.603
			<u>278.566</u>	<u>279.628</u>
			<u>275.709</u>	<u>275.944</u>
			<u>21.895</u>	<u>24.551</u>
			<u>297.604</u>	<u>300.495</u>

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

No exercício de 2013, a Unipar Participações S.A, antiga denominação da Unipar Carbocloro S.A., que não era operacional, adquiriu participação adicional de 50% no capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. ("Carbocloro"). Tendo em vista que a Unipar Participações S.A. já detinha outros 50% do capital da Carbocloro na data desta aquisição, a combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios apurando um ágio total no montante de R\$ 273.025. A Carbocloro foi incorporada pela Companhia em 30 de setembro de 2013. Os saldos não são amortizados e só podem ser reduzidos pela venda do ativo relacionado ou por *Impairment*.

A Companhia de acordo com o requerido CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" efetuou teste de recuperabilidade, baseado no valor em uso do ativo, utilizando projeções de fluxo de caixa pelo período de 10 anos que estão suportados por previsões de resultados aprovadas pela diretoria da Companhia, tendo como principais premissas a utilização da capacidade de fábrica, a expectativa de mercado para indicadores econômicos como taxa de câmbio, Selic, IGPM e IPCA. Nas projeções de fluxo de caixas foram aplicadas o WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) de 10% como taxas de descontos. As premissas utilizadas são consistentes com fontes de informação externas. O valor em uso excede o valor contábil na unidade geradora de caixa.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores nacionais	17.017	29.750	167.166	150.724
Fornecedores nacionais - imobilizado	10.412	1.649	25.115	7.044
Fornecedores nacionais - partes relacionadas	192	40	18.654	17.153
Fornecedores nacionais - risco sacado (1)	1.970	-	6.411	-
Fornecedores exterior	10.101	193	20.996	7.547
Fornecedores exterior - partes relacionadas	-	209	-	-
	39.692	31.841	238.342	182.468
Circulante	39.692	31.841	238.342	182.468

- (1) A Companhia e suas controladas firmaram contratos com bancos parceiros para estruturar com os seus fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. A operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia classifica na rubrica de Fornecedores.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
	Moeda	2020	2019	2020	2019
Em moeda nacional					
Debêntures - Carbocloro (2020: CDI + 1,25% a.a. 2019: CDI + 1,77% a.a.) (1)	R\$	337.653	356.140	337.653	356.140
Debêntures Investimentos - Carbocloro (CDI + 2,00% a.a.) (2)	R\$	-	50.010	-	50.010
Capital de Giro - Carbocloro (2020 - CDI + 2,78% a.a. - 2019 - CDI + 1,81% a.a.) (3)	R\$	316.382	196.579	316.382	196.579
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa AR (2020 - 35,50% 2019 - 56%a.a.) (4)	AR\$	-	-	1	6.147
BNDES - Carbocloro (TJLP + 2,33% a.a.) (5)	R\$	1.698	3.962	1.698	3.962
BNDES - Carbocloro (SELIC + 2,36% a.a.) (5)	R\$	2.139	4.856	2.139	4.856
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,40% a.a.) (6)	R\$	-	-	4.810	14.433
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,87% a.a.) (7)	R\$	-	-	21.662	16.832
BNDES - Indupa BR (IPCA + 2,14% a.a.) (7)	R\$	-	-	29.195	24.570
Em moeda estrangeira					
Capital de Giro (2020 - 6,25% a.a., 2019: 6,25% a.a.) (8)	US\$		-	-	4.019
		657.872	611.547	713.540	677.548
Circulante		325.894	151.547	340.730	177.566
Não circulante		331.978	460.000	372.810	499.982

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 28 de março de 2018, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 210.170 teve 93% do seu montante alongado por meio da 5ª emissão de debêntures em 10 de Junho de 2019, o valor principal não alongado, foi amortizado em 20 de março de 2020, o valor correspondente a 5ª emissão será amortizado em três parcelas anuais a partir de 12 de Junho de 2023. A 2ª série no valor de R\$ 139.830 será amortizada em duas parcelas anuais vencíveis em 20 de março de 2021 e 2022. Os juros são pagos semestralmente para ambas as emissões.
- (2) Debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em novembro de 2013 para a aquisição dos 50% de participação adicional no capital da Carbocloro, amortizadas semestralmente, liquidada no final para maio de 2020, garantidas por cessão fiduciária da totalidade dos valores referentes às distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidas pela Companhia aos acionistas controladores.
- (3) Captações destinadas a reforço de caixa da Companhia, livres de garantia, sendo, (i) R\$ 19.003 com juros pagos trimestralmente, valor principal a ser amortizado em cinco parcelas trimestrais a partir de dezembro de 2019, (ii) R\$ 24.756 com juros pagos semestralmente na carência, e valor principal a ser amortizado em quatro parcelas trimestrais a partir de março de 2020, (iii) empréstimo em dólares com swap para reais no montante de R\$ 109.172, valor atualizado na curva de R\$ 145.517 é contrabalanceado pelo ajuste positivo de swap no montante de R\$ 36.318 e despesas diferidas no montante de R\$ 2.261, de modo que o efeito líquido no passivo é de R\$ 106.938, com juros pagos trimestralmente, valor principal a ser amortizado em 9 parcelas trimestrais a partir de março 2021 e (iv) R\$ 81.428 com juros semestrais e valor principal em 18 de março de 2021 e (vii) R\$ 123.689 com principal e juros em 13 de abril 2021.
- (4) Empréstimos de curto prazo captados pela Indupa Argentina, em Pesos para capital de giro sem garantias.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

- (5) Captações destinadas à modernização da planta em Cubatão garantidas por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Companhia.
- (6) Captações destinadas à investimentos ambientais, projetos sociais, aquisições de máquinas e equipamentos nacionais para modernização da planta de Santo André. O empréstimo é garantido através de fiança bancária.
- (7) Captações destinadas à centralização e modernização da linha de produção de resinas de PVC da fábrica de Santo André, a garantia dessa operação é o aval da Unipar. A primeira liberação foi realizada em novembro de 2018 e a segunda liberação em dezembro de 2019.
- (8) Empréstimos em curto prazo captados pela Indupa Argentina em dólares para capital de giro, em grande parte, com lastro de exportação. Pré – financiamento de exportação.

O cronograma de amortização desses empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora	Consolidado
	2020	2020
2021	325.894	340.730
2022	117.809	127.381
2023	79.147	88.720
2024	67.511	77.084
2025	67.511	77.042
2026 em diante	-	2.583
	657.872	713.540

Certos empréstimos e financiamentos apresentam cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros e não financeiros (*covenants*). Indicadores estes, que são mensurados anualmente, conforme prazos estabelecidos em cada contrato. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com o atendimento dessas cláusulas.

17. Energia elétrica

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil possuem contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. Tais contratos, além de englobarem o preço da energia efetivamente contratada, contêm encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”).

No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia e a Indupa Brasil provisionam integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetuam os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor (CTEEP).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2020, os respectivos processos continuam em discussão.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao ano de 2019 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres ("ABRACE"). Não houve concessão de liminar e a sentença foi improcedente.

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil, por intermédio da ABRACE, ajuizou ação tendo por objeto a declaração de inexigibilidade do pagamento da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST relativa à indenização de que trata o artigo 15, §2º, da Lei nº 12.783/2013.

A liminar foi deferida parcialmente "para determinar que a ANEEL exclua a parcela dita de "remuneração" da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização". Sendo certo que a Companhia e sua controlada Indupa Brasil mantém provisão dos valores. A sentença foi improcedente. Em razão disso, a Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil já estão recolhendo os valores que deixaram de ser pagos em razão da liminar deferida.

18. Demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, suportadas pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classificam a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em "provável", "possível" e "remota".

Para as causas consideradas "prováveis" são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados líquidos dos depósitos judiciais atrelados aos processos, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fiscais	15.756	14.162	26.361	25.119
Trabalhistas e previdenciárias	19.775	19.866	39.912	44.089
Cíveis	10	1.003	5.077	5.265
Total	35.541	35.031	71.350	74.473
Depósitos judiciais fiscais	(11.159)	(11.046)	(17.543)	(17.645)
Depósitos judiciais trabalhistas	(5.990)	(5.020)	(13.077)	(15.436)
Depósitos judiciais cíveis	-	-	-	-
Total	(17.149)	(16.066)	(30.620)	(33.081)
	18.392	18.965	40.730	41.392
Circulante	2.831	-	4.999	-
Não Circulante	15.561	18.965	35.731	41.392

Movimentação das provisões para demandas judiciais está demonstrada a seguir:

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Controladora	2018	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	2019
Fiscais	24.651	900	(11.389)	-	-	14.162
Trabalhistas e previdenciárias	17.266	6.039	(3.439)	-	-	19.866
Cíveis	837	289	(123)	-	-	1.003
Depósitos Judiciais	(20.831)	(5.725)	4.238	6.521	(269)	(16.066)
	<u>21.923</u>	<u>1.503</u>	<u>(10.713)</u>	<u>6.521</u>	<u>(269)</u>	<u>18.965</u>

Controladora	2019	Adições	Baixas/ Reversão	Atualização monetária	2020
Fiscais	14.162	2.090	(496)	-	15.756
Trabalhistas e previdenciárias	19.866	2.198	(2.289)	-	19.775
Cíveis	1.003	-	(993)	-	10
Depósitos Judiciais	(16.066)	(3.724)	2.777	(136)	(17.149)
	<u>18.965</u>	<u>564</u>	<u>(1.001)</u>	<u>(136)</u>	<u>18.392</u>

Consolidado	2018	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	Ajustes de conversão	2019
Fiscais	28.955	8.476	(12.312)	-	-	-	25.119
Trabalhistas e previdenciárias	46.866	11.972	(13.424)	-	-	(1.325)	44.089
Cíveis	4.544	896	(175)	-	-	-	5.265
Depósitos Judiciais	(30.955)	(18.285)	9.971	6.457	(269)	-	(33.081)
	<u>49.410</u>	<u>3.059</u>	<u>(15.940)</u>	<u>6.457</u>	<u>(269)</u>	<u>(1.325)</u>	<u>41.392</u>

Consolidado	2019	Adições	Baixas/ Reversão	Atualização monetária	Ajustes de conversão	2020
Fiscais	25.119	2.458	(1.216)	-	-	26.361
Trabalhistas e previdenciárias	44.089	5.080	(8.853)	-	(404)	39.912
Cíveis	5.265	828	(1.016)	-	-	5.077
Depósitos Judiciais	(33.081)	(3.938)	6.535	(136)	-	(30.620)
	<u>41.392</u>	<u>4.428</u>	<u>(4.550)</u>	<u>(136)</u>	<u>(404)</u>	<u>40.730</u>

As principais demandas judiciais e respectivos honorários, quando aplicáveis, estão descritas a seguir:

Na Controladora

a) Demandas fiscais

i. Processos fiscais – Prováveis

São compostos por diversos processos relacionados com disputas relativas a PIS, COFINS, INSS e IPTU, entre outros, que totalizam o montante de R\$ 11.644 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 11.965 em 31 de dezembro de 2019), avaliados como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionados.

ii. Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2020 o montante dessas provisões é de R\$ 4.112 (R\$ 2.196 em 31 de dezembro de 2019).

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

iii. Demais processos fiscais – Possíveis

São compostos principalmente por disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal, processos judiciais da ex-controlada Goyana, exigência de débito de IOF sobre operações de créditos com coligadas, indedutibilidade de despesas para fins de imposto de renda e contribuição social e exigência de débitos de PIS e COFINS, entre outros que totalizam o montante de R\$ 31.856 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 32.644 em 31 de dezembro de 2019). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos avalia a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre gratificações, horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 18.856 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 19.848 em 31 de dezembro de 2019) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 39.329 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 21.844 em 31 de dezembro de 2019).

ii. Demais processos trabalhistas

Esta rubrica é composta de ações judiciais de natureza trabalhista, referente às discussões de ex-funcionários da ex-investida, que totalizam o montante de R\$ 1.963 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2019). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências. Além disso a Companhia possui cláusula de regresso de valores relacionados a estas causas baseadas no contrato de desinvestimento.

iii. Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2020 o montante dessas provisões é de R\$ 918 (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2019).

c) Demandas Cíveis

i. Reintegração de Ex-funcionário em Plano de Saúde – Provável

Refere-se a ação judicial pela qual ex-empregado requer a reativação de seu antigo seguro e a devolução da quantia paga à operadora atual. O montante desta ação representava R\$ 397, sendo assim o processo foi quitado em 17 de dezembro de 2020 (R\$ 935 em 31 de dezembro de 2019).

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

ii. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2020 o montante dessas provisões é de R\$ 10 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2019).

d) Demandas judiciais ambientais

i. Demanda judiciais não mensuráveis

O Ministério Público Federal (“MPF”) requereu, através de ação civil pública, a reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental, com pagamento de indenização. O processo foi extinto, em 1ª instância, sem resolução de mérito. O MPF interpôs recurso de apelação, sendo reformada a decisão para que se instaurasse a produção de provas. Após decisão das Instâncias Superiores (Superior Tribunal de Justiça – “STJ”) o processo retornou à Vara de origem para produção de provas e prolação de sentença. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 500. Contudo, na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

O Ministério Público Federal também distribuiu ação civil pública em face da Companhia requerendo a recuperação de eventuais danos ambientais, indenização de danos irreversíveis, implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online, bem como a manutenção do controle gerencial de mercúrio e sua destinação. A perícia foi realizada em 13 de julho de 2016, tendo o laudo pericial sido favorável a Companhia. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 20.000. Contudo na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

Na controlada Indupa Brasil

As principais demandas judiciais e respectivos honorários estão descritas a seguir:

a) Demandas fiscais

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)

Como consequência de hiperinflação no passado, foi regulamentada (a partir de dezembro de 1995) a reexpressão do valor dos bens do ativo imobilizado utilizando um índice obrigatório determinado pelo governo. Este índice foi mantido artificialmente em um menor valor durante 1991 em comparação com os índices de inflação de outras agências independentes. A Companhia reavaliou seus ativos por um índice maior no exercício de 1991, gerando assim uma depreciação anual maior para os exercícios fiscais futuros. A lei impositiva correspondente determinou que tais contribuições complementares sobre a depreciação que surge da diferença entre índices, deveriam ser consideradas como despesa dedutível somente para efeito de imposto de renda para um período de seis anos que começava em 1992. Porém, a Companhia decidiu considerar o montante desta diferença como despesa dedutível de imposto de renda e contribuição social no primeiro ano. Como resultado, as autoridades fiscais notificaram a Companhia posteriormente.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor total da causa é de R\$ 39.671 (R\$ 39.422 em 31 de dezembro de 2019). A causa, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, foi segregada de acordo

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

com as ações realizadas no pleito como provável, possível e remota. O montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como provável é de R\$ 2.086 (R\$ 2.072 em 31 de dezembro de 2019) e o montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como possível é de R\$ 34.230 (R\$ 34.015 em 31 de dezembro de 2019).

ii. IPTU prefeitura de Santo André

Trata-se da cobrança de IPTU, do exercício de 1991, referente aos imóveis localizados na cidade de Santo André, na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, km 38, s/nº. Após aproximadamente quinze anos de litígio, no primeiro trimestre de 2019, foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ desfavorável à Companhia. Por essa razão, a Companhia baseada na avaliação de seus consultores jurídicos reavaliou a probabilidade de perda da causa de possível para provável. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém uma provisão no montante de R\$ 6.152 (R\$ 6.273 em 31 de dezembro de 2019).

iii. Outros processos fiscais prováveis

Disputas no montante de R\$ 229 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 488 em 31 de dezembro de 2019), basicamente representada por processo relativo a imposto municipal, avaliadas como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionadas.

iv. Demais processos fiscais (possíveis):

Além do processo descrito no item “i”, a Companhia possui disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 29.963 (R\$ 29.614 em 31 de dezembro 2019), Auto de Infração questionando a utilização do prejuízo fiscal de 2009 no montante de R\$ 39.580 (R\$ 39.580 em 31 de dezembro de 2019) e outros processos que montam R\$ 6.051 (R\$ 4.440 em 31 de dezembro de 2019).

Com isso o montante de R\$109.824 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 107.649 em 31 de dezembro de 2019) foi considerado pela Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, como probabilidade de perda possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

v. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2020 o montante dessas provisões é de R\$ 2.138 (R\$ 2.123 em 31 de dezembro de 2019).

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos Trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre danos materiais e morais, doença ocupacional, terceirização, gratificações por desempenho e equiparação salarial. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 13.655 em 31

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

de dezembro de 2020 (R\$ 19.189 em 31 de dezembro de 2019) e com a probabilidade perda possível o montante de R\$ 3.909 (R\$ 46.163 em 31 de dezembro de 2019).

c) Demandas judiciais cíveis

i. Demandas judiciais Cíveis prováveis

Basicamente referem-se aos honorários de sucumbências de processos de recuperação de créditos de clientes inadimplentes.

A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 5.067 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.262 em 31 de dezembro de 2019) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 33.769 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 29.424 em 31 de dezembro de 2019).

d) Ativo contingente – IPC 89 (Correção de Balanço)

Após trânsito em julgado favorável, a Companhia protocolou na receita federal o valor de R\$ 45.250, referente ao processo do IPC 89 (Correção de balanço). O valor referente o IRPJ no valor de R\$ 34.819 já foi deferido e a Companhia registrou e compensou com os impostos a recolher. O montante referente CSLL no valor de R\$ 10.430 foi deferido em janeiro de 2021 e será compensado no decorrer do exercício a findar em 31 de dezembro de 2021.

Na controlada Indupa Argentina

a) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos trabalhistas e previdenciários – Prováveis

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre diferenças indenizatórias e doença ocupacional, para os quais a controlada baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 6.482 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5.034 em 31 de dezembro de 2019).

19. Passivo ambiental

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais.

Em cumprimento a estas políticas, a Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

	Consolidado	
	2020	2019
Passivo ambiental	19.073	20.108
Circulante	14.492	13.542
Não circulante	4.581	6.566

Movimentação das provisões para passivo ambiental

Consolidado	2018	Adições	Reversões	Utilização	Ajustes de conversão	2019
Passivo ambiental	21.868	6.334	(241)	(7.685)	(168)	20.108

Consolidado	2019	Adições	Utilização	Ajustes de conversão	2020
Passivo ambiental	20.108	12.360	(13.370)	(25)	19.073

As áreas impactadas na adição da provisão ambiental passam por um acompanhamento pela área responsável da Companhia junto com os responsáveis da controladora anterior (Solvay). Adicionalmente, parte destes valores são reembolsáveis pela antiga controladora e estes recebíveis estão registrados na Unipar Carbocloro.

No montante provisionado existe uma área que está sendo avaliada junto a “CETESB” e poderá sofrer alterações em seus valores mediante estudos de reavaliação previsto para conclusão em 12 de julho de 2021.

20. Débito com terceiros

Corresponde às dívidas da Indupa Argentina e da Indupa Brasil com a Solvay Vinyls Holding A.G. relacionada com a aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C, no montante de US\$ 136 milhões sobre a qual incide encargos de 3% a.a. Os juros dessas dívidas vêm sendo pontualmente pagos e a amortização do principal está dividida em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026. Essas dívidas possuem cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros e cláusulas não financeiras (*covenants* e *negative covenants*).

Em 06 de outubro de 2020, a Solvay Vinyls notificou por via postal, ter iniciado pleito de cobrança imediata dessas dívidas em uma corte estadual no estado de Nova Iorque, EUA, alegando quebra de cláusulas contratuais (*covenants*) acessórias e não financeiras por não recebimento de informações públicas. Em resposta, as tomadoras, assessoradas pelos seus advogados, apresentaram tempestivamente um recurso (denominado *motion to dismiss*) junto à corte para improcedência imediata e descontinuidade de eventual ação judicial que venha a ser formada.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia entende que as tomadoras estavam adimplentes com o atendimento dos contratos.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes dos impostos	464.489	270.704	601.157	256.610
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota nominal combinada	(157.926)	(92.039)	(204.393)	(87.247)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	65.840	(11.091)	(797)	(2.213)
Diferença da alíquota nominal para controlada na Argentina	-	-	4.376	(1.140)
Encargos indedutíveis em controlada na Argentina (1)	-	-	(19.099)	(41.225)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (2)	-	-	(11.437)	(18.292)
Outros	(5.285)	(626)	(9.590)	(3.644)
Total créditos de diferenças permanentes	60.555	(11.717)	(36.547)	(66.514)
Efeito no ano de créditos tributários não reconhecidos				
Crédito tributário IRPJ sobre correção de balanço do ano de 1989	-	-	9.450	-
Créditos tributários não reconhecidos em anos anteriores				
Prejuízos fiscais	548	6.557	548	69.509
Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado	(96.823)	(97.199)	(230.942)	(84.252)
Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL	20,85%	35,91%	38,42%	32,83%
IRPJ e CSLL correntes	(85.103)	(99.888)	(201.786)	(129.289)
IRPJ e CSLL diferidos	(11.720)	2.689	(38.606)	45.037
IRPJ Crédito tributário IPC 89	-	-	9.450	-
Total da (despesa)/ receita de IR e CSLL	(96.823)	(97.199)	(230.942)	(84.252)

(1) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela indedutibilidade dos encargos de atualização monetária do AFAC convertido em mútuo.

(2) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela correção monetária dos itens do Patrimônio Líquido da Indupa Argentina.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, sobre a base negativa da contribuição social e sobre as diferenças temporárias apuradas entre o lucro contábil e o lucro tributável. As alíquotas desses impostos para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias. Para determinação desse reconhecimento, a Companhia utiliza como parâmetros conforme o CPC 32. Esta norma indica que os montantes a serem recuperados devem ser determinados com base em projeções de resultados tributáveis futuros. Como qualquer estimativa, estas projeções são elaboradas e

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

fundamentadas com base em premissas internas e em hipóteses para cenários econômicos futuros que podem, com o passar do tempo, sofrer alterações.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto diferido ativo				
Demandas judiciais	12.084	11.911	22.055	23.610
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	7.303
Ágio a amortizar	10.933	14.909	10.933	14.909
Valor justo de instrumentos financeiros	2.583	3.875	2.583	3.875
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (1)	27.120	34.858	178.787	203.990
Passivo ambiental	-	-	6.340	6.731
Obrigação com benefícios a empregados (IAS 19) (6)	1.488	1.620	18.469	16.503
Provisão de encargos de energia elétrica	29.759	29.437	47.057	46.617
Outros	6.434	1.637	19.384	11.110
Total do imposto diferido ativo	90.401	98.247	305.608	334.648
Imposto diferido passivo				
Efeito sobre combinação de negócios (2)	(264.528)	(277.955)	(264.528)	(277.955)
Efeito da depreciação (contábil / fiscal) (3)	(81.948)	(81.064)	(145.881)	(136.007)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (4)	-	-	(62.333)	(55.710)
Atualizações Monetárias	(2.927)	(2.927)	(2.927)	(2.927)
Encargos capitalizados	(3.202)	(3.274)	(5.980)	(5.132)
Efeito tributário sobre o ganho pelos métodos de aplicação de equivalência patrimonial	(6.074)	(6.074)	(6.074)	(6.074)
Ajustes acumulados de conversão da Mais Valia Indupa Argentina	23.003	24.868	23.003	24.868
Variação Cambial - Regime de Caixa (5)	(15.829)	-	(15.829)	-
Total do imposto diferido passivo	(351.505)	(346.426)	(480.549)	(458.937)
Líquido Ativo (Passivo) de imposto diferido	(261.104)	(248.179)	(174.941)	(124.289)
Passivo de imposto diferido líquido	(261.104)	(248.179)	(317.912)	(296.628)
Ativo (Passivo) de imposto diferido líquido	-	-	142.971	172.339

- (1) Refere-se ao reconhecimento de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL da Companhia e de suas Controladas. No Consolidado, o relevante aumento no valor justifica-se pela utilização total do estoque de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL da Indupa Brasil, que passou a ser constituído como um ativo diferido a partir de 2018.
- (2) Na Combinação de negócios está contemplado o valor da Receita por Compra Vantajosa relativo à aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. no ano de 2016. Em 31 de dezembro de 2020, a Receita por Compra Vantajosa apresenta o montante de R\$ 597.767 e em 31 de dezembro de 2019 R\$ 630.830. Adicionalmente, na linha de combinação de negócios também está incluso o valor líquido da Mais Valia dos ativos relativos à aquisição da Carbocloro no ano de 2013. Em 31 de dezembro de 2020 o montante desta Mais Valia é de R\$ 180.255 e em 31 de dezembro de 2019 R\$ 186.685.
- (3) A diferença de depreciação evidenciada ocorre em função da vida útil contábil baseada em laudo de avaliação ser maior do que a vida útil fiscal.
- (4) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela indedutibilidade dos encargos de atualização monetária do AFAC convertido em mútuo.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

- (5) Alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, de competência para caixa no decorrer do ano de 2020, em virtude da elevada oscilação da taxa de câmbio ocorrida no mês de março. A mudança de regime se baseia na Instrução Normativa nº 1.700/2017 artigos 155 e 156.
- (6) Adicionalmente sobre a obrigação com benefícios a empregados registrado no Patrimônio Líquido, temos IR/CS diferido em 31 de dezembro de 2020 na controladora o valor de R\$ 150 (e em 31 de dezembro de 2019 R\$ 565) e no consolidado R\$ 1.224.

A Companhia realiza anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e, à medida que for provável que no futuro haverá lucros tributáveis suficientes para a realização do ativo fiscal diferido não contabilizado, a Companhia o registrará contabilmente.

A Companhia ainda possui uma parcela de prejuízos fiscais não operacionais para os quais não foi reconhecido ativo fiscal diferido. O valor total destes prejuízos fiscais não operacionais em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 525.257 (R\$ 525.257 em 31 de dezembro de 2019).

A controlada Indupa Brasil não possui prejuízos fiscais operacionais e base negativa de contribuição social para os quais ainda não tenha sido reconhecido ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2020.

22. Obrigações com benefícios aos empregados

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Plano de pensão	-	-	2.029	1.558
Plano de saúde	4.377	4.765	44.900	42.516
Benefícios rescisórios	-	-	8.214	5.129
Provisão para gratificação por tempo de serviço	-	-	1.175	1.047
Total	4.377	4.765	56.318	50.250

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e contribuições definidas a seus empregados que tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefícios definidos são calculados por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxa de juros, inflação, aumento dos benefícios futuros, contribuições de colaboradores ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para as patrocinadoras. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- a) Volatilidade dos ativos

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit que necessitará de equacionamento.

b) Variação na rentabilidade dos títulos

Uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

c) Risco de inflação

Algumas obrigações dos planos de benefícios são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. A maior parte dos ativos dos planos ou não são afetados ou tem uma pequena correlação com a inflação, o que significa que uma alta de inflação resultará também em alta do déficit.

d) Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

e) Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas levam em conta tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade e são estabelecidas pelos atuários de acordo com o perfil dos colaboradores.

Na Controladora

A Companhia oferece aos seus colaboradores um plano de previdência complementar que são executados pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"), entidade de previdência complementar fechada dotada de autonomia administrativa.

a) Plano de contribuição definida

São custeados pelos participantes e pela patrocinadora e são administrados pela Carboprev. Durante o exercício de 2020, a Companhia contribuiu para esses fundos com R\$ 2.600 (R\$ 2.538 no exercício de 2019), sendo esse montante registrado como despesa. Uma vez pagas essas contribuições a Companhia não têm mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas estão a seguir descritas:

	2020	2019
Taxa de desconto nominal	6,48% a 6,79% a.a.	7,52% a 7,77% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,25 % a.a.	4,25 % a.a.
Taxa nominal do benefício	3,25 % a.a.	4,25 % a.a.
Inflação médica	6,86 % a.a.	7,90 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

c) Plano de aposentadoria

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2020 é de 88 (89 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente o número de assistidos é de 82.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

A posição atuarial do plano em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	Controladora	
	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais	71.886	70.662
Valor justo dos ativos	(100.674)	(98.047)
Superávit	(28.788)	(27.385)
Efeito do teto do ativo	28.788	27.385
Passivo atuarial líquido	-	-

Não se espera que o superávit apresentado traga benefícios econômicos e, portanto, a Companhia não pode reconhecê-lo como um ativo atuarial líquido, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2020	2019
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	70.661	60.274
Custo financeiro	5.125	5.671
Perdas atuariais - experiência	863	(52)
Perdas/ ganhos atuariais - premissas financeiras	369	9.902
Benefícios pagos sobre ativos do plano	(5.132)	(5.134)
Saldo em 31 de dezembro	71.886	70.661

A movimentação do valor justo dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2020	2019
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício anterior	98.047	82.404
Receitas de juros sobre os ativos do plano	457	12.786
Retorno esperado sobre os ativos do plano	7.191	7.850
Contribuições do empregador	110	141
Benefícios pagos	(5.132)	(5.134)
Saldo em 31 de dezembro	100.673	98.047

A movimentação do passivo atuarial líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2020	2019
Custo de serviço corrente e juros sobre ativo líquido	(6)	(8)
Contribuições da patrocinadora	(110)	(141)
Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de teto do ativo no período	116	149
Passivo atuarial líquido	-	-

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício de 2020 é de R\$ 6 e a projeção para o exercício seguinte é de receita atuarial de R\$ 6.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

d) Plano de Saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores um benefício de saúde pós-aposentadoria de 2 anos, quando, de forma cumulativa ele tenha o seu contrato de trabalho rescindido e já esteja aposentado pela previdência oficial.

Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2020 é de 481 (384 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente o número de assistidos é de 13.

A movimentação do passivo atuarial desse benefício nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é apresentada a seguir:

	Controladora	
	2020	2019
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	4.766	3.467
Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido e custo de serviço passado	661	468
Contribuições da patrocinadora	(491)	(682)
Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas atuariais e variação de teto do ativo no período	(559)	1.513
	4.377	4.766

As despesas de custos de serviço e financeiro desse benefício reconhecidas no exercício de 2020 é de R\$ 661 e a projeção para estas despesas no exercício seguinte é de R\$ 664.

Análise de sensibilidade dos benefícios definidos

Descrição da premissa	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 2020	
		Plano de previdência	Plano de saúde
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(3.073)	168
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	3.319	230
Taxa de reajuste de benefício	Aumento de 0,5%	3.192	-
Taxa de reajuste de benefício	Redução de 0,5%	(2.979)	-
Taxa da inflação médica	Aumento de 1%	-	260
Taxa da inflação médica	Redução de 1%	-	191
Tábua de mortalidade (idade)	Aumento de +1	(2.357)	145
Tábua de mortalidade (idade)	Redução de -1	2.358	198

Na Indupa Brasil

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Brasil patrocina um plano de contribuição definida custeado pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas, utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão a seguir descritas:

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

	2020	2019
Taxa de desconto nominal	6,08% a 6,26% a.a.	7,38% a 9,06% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,25% a.a.	3,90% a 4,75% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	3,77% a.a.	4,77 % a.a.
Inflação médica	3,25% a.a.	4,25% a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de pensão

A controlada mantém um plano de pensão para ex-colaboradores, contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de 2.

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.028 (R\$ 1.558 em dezembro de 2019).

d) Plano de Saúde

A controlada oferece um plano de assistência pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2020 é de 147 (140 em 31 de dezembro de 2019).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2020 é de R\$40.523 (R\$ 37.751 em 31 de dezembro de 2019).

e) Gratificações de tempo de casa

A controlada oferece a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2020 é de 313 (294 em 31 de dezembro de 2019).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.175 (R\$1.047 em 31 de dezembro de 2019).

f) Benefícios rescisórios

A controlada proporciona benefício de indenização adicional por desligamento para determinados colaboradores. As definições dos montantes do benefício estão vinculadas ao tempo de trabalho. Esses benefícios são contabilizados como obrigações de benefício definido e o passivo atuarial.

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.771 (R\$782 em 31 de dezembro de 2019).

As projeções de despesas de custos de serviço e financeiro, dos benefícios citados acima, para o exercício seguinte está descrita a seguir:

	2021
Plano de Pensão	116
Plano de saúde	2.889
Benefícios Rescisórios	350
Gratificação por tempo de casa	205
	<u>3.560</u>

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Na Indupa Argentina

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela BNP (*Fideicomisso Optimum*). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Plano de benefício definido

As principais hipóteses econômicas e biométricas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão a seguir descritas:

	2020	2019
Taxa de desconto nominal	31,04 % a.a.	18,80 % a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	17,00 % a.a.	10,00 % a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	17,59 % a.a.	10,55 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de benefício por desligamento, invalidez ou morte

A controlada proporciona um benefício de indenização em caso de desligamento, invalidez ou morte. Em caso de desligamento a elegibilidade é a partir dos 65 anos para homens e 60 para mulheres. O montante do benefício a ser pago em parcela única varia entre três a seis salários mensais dependendo do motivo da elegibilidade. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2020 é de 563 (532 em 31 de dezembro de 2019). Esse benefício é contabilizado como uma obrigação de benefício definido e o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 5.308 (R\$ 4.499 em 31 de dezembro de 2019). A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro desse plano de benefício para o exercício seguinte é de R\$ 1.801.

23. Capital social

a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação de seu Conselho de Administração, até o valor de R\$ 840.000.

b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 699.002, composto por ações nominativas escriturais, com a seguinte distribuição:

	Controladora	
	Quantidade de ações	
	(milhares)	
	2020	2019
Ações ordinárias	33.007	35.252
Ações preferenciais Classe A	2.467	2.812
Ações preferenciais Classe B	58.958	63.616
	94.432	101.680

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre a parcela de capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 25.100 ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 (3.233.943 ações em 31 de dezembro de 2019) no valor contábil de R\$ 1.154 (R\$ 101.459 em 31 de dezembro de 2019). O valor de mercado destas ações em 31 de dezembro 2020 representava R\$ 1.225 (R\$ 115.536 em 31 de dezembro 2019).

Entre 01 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou recompra de 4.743.600 ações ao preço médio ponderado de R\$ 30,40 por ação, totalizando R\$ 144.201. As ações foram adquiridas através do programa de recompra aprovado pela Administração em 09 de novembro de 2018 e aditado em 13 de maio de 2019 e 2º programa de recompra aprovado pela Administração em 13 de maio de 2020 e aditado em 17 de julho de 2020 e 11 de novembro de 2020, com objetivo de permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado.

Em 12 de fevereiro de 2020, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 3.862.569 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 790.504 ações ordinárias; (ii) 123.503 ações preferencias classe "A"; e (iii) 2.948.562 ações preferenciais classe "B".

Em 09 de julho de 2020, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 2.201.300 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 758.400 ações ordinárias; (ii) 78.500 ações preferencias classe "A"; e (iii) 1.364.400 ações preferenciais classe "B".

Em 06 de outubro de 2020, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 1.184.000 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 695.400 ações ordinárias; (ii) 70.200 ações preferencias classe "A"; e (iii) 418.400 ações preferenciais classe "B". Tais cancelamentos não implicaram em alteração do valor de seu capital social.

A movimentação detalhada das ações de tesouraria está demonstrada a seguir:

Ações em tesouraria	Nº ações em 2018	Recompras	Bonificação	Cancelamento	Nº ações em 2019
Ações ordinárias	147.258	320.671	31.333	165.658	333.604
Ações preferências - A	6.106	92.902	5.201	11.606	92.603
Ações preferências - B	3.542.894	2.960.870	117.466	3.813.494	2.807.736
Total	3.696.258	3.374.443	154.000	3.990.758	3.233.943

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Ações em tesouraria	Nº ações em 2019	Recompras	Cancelamento	Outorga (i)	Nº ações em 2020
Ações ordinárias	333.604	1.910.700	2.244.304	-	-
Ações preferências - A	92.603	204.700	272.203	-	25.100
Ações preferências - B	2.807.736	2.628.200	4.731.362	704.574	-
Total	3.233.943	4.743.600	7.247.869	704.574	25.100

i. Transações com pagamentos em ações

Plano de ações restritas

No dia 28 de janeiro de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o plano de outorga de ações restritas ("Plano de Outorga"), que consiste na entrega de ações preferências da Companhia às pessoas elegíveis, conforme definido pelo Conselho de Administração, que administra Plano de Outorga.

A outorga de ações restritas é realizada mediante a celebração de contrato entre a Companhia e cada participante. O Plano foi criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos Participantes na Companhia, bem como ao reconhecimento dos serviços prestados pelos Participantes à Companhia, visto que, sujeito ao cumprimento de determinadas condições estabelecidas pelo Conselho de Administração, os Participantes farão jus ao recebimento de Ações Restritas.

Em conformidade com o Plano de Outorga, durante o período findo em 30 de setembro de 2020 foram outorgadas 704.574 ações preferenciais de classe B da Companhia. O efeito no resultado para o período findo em 30 setembro de 2020 foi de R\$ 24.770, reconhecidos na controladora na rubrica de "Despesas administrativas". Abaixo seguem movimentações:

	31 de dezembro 2020		
	Ações restritas		
	Valor Justo (em reais)	Preço do exercício (em reais)	Quantidade (em unidades)
Saldo inicial do exercício	-	-	-
Movimentações			
Concedidas	24.770	35,16	704.574
Exercidas	(24.770)	35,16	(704.574)
Saldo Final no período	-	-	-

24. Reservas de lucros

	Reserva legal	Reserva Especial para Dividendos	Reserva para investimento	Total
Em 31 de dezembro de 2018	83.100	83.100	706.030	872.230
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	500	500
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(44.191)	(44.191)
Aumento do Capital Social	-	-	(224.587)	(224.587)
Constituição de Reservas	8.675	8.675	114.947	132.297
Em 31 de dezembro de 2019	91.775	91.775	552.699	736.249
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	7.738	7.738
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(219.736)	(219.736)
Outorga de ações	-	-	3	3
Constituição de Reservas	18.383	18.383	243.579	280.345
Em 31 de dezembro de 2020	110.158	110.158	584.283	804.599

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

a) Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até atingir o limite de 20% do capital social, de acordo com a legislação societária.

b) Reserva especial para dividendos – estatutária

Constituída com base no estatuto social da Companhia, à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, que não poderá exceder 20% do capital social e tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar, se aplicável, o pagamento antecipado do dividendo obrigatório. Eventuais reversões devido ao pagamento antecipado de dividendo obrigatório devem ser recompostas.

Com base no ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia propôs dividendos adicionais a ser aprovado em sua próxima Assembleia Geral Ordinária no montante de R\$ 96.346, esta decisão tem a finalidade de distribuir o excedente de suas reservas de lucros que está superior ao capital social.

c) Reserva para investimentos – estatutária

Criada no exercício de 2014, a reserva para investimentos está prevista no estatuto social e tem por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

25. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	1.458.516	1.344.249	4.583.175	3.615.448
Mercado externo	6.880	14.724	270.492	237.454
	1.465.396	1.358.973	4.853.667	3.852.902
Impostos e outras deduções sobre vendas	(341.179)	(315.408)	(976.365)	(790.334)
Deduções sobre exportações - Argentina	-	-	(9.079)	(13.838)
Receita líquida de vendas	1.124.217	1.043.565	3.868.223	3.048.730

26. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Matérias-primas, insumos e materiais de uso e consumo	(428.872)	(410.868)	(1.885.593)	(1.662.483)
Despesa com salários, honorários, benefícios e encargos a empregados e administradores	(208.933)	(133.667)	(505.277)	(378.407)
Encargos de depreciação e amortização	(87.447)	(92.552)	(197.950)	(183.082)
Serviços de terceiros	(97.719)	(76.448)	(195.691)	(171.066)
Despesas com fretes de vendas	(51.689)	(55.740)	(157.765)	(140.592)
Outras	(15.851)	(33.407)	(148.140)	(130.080)
	(890.511)	(802.682)	(3.090.416)	(2.665.710)
Custo dos produtos vendidos	(630.311)	(596.203)	(2.533.636)	(2.231.876)
Despesas com vendas	(51.689)	(55.740)	(175.387)	(153.097)
Despesas administrativas	(208.511)	(150.739)	(381.393)	(280.737)
	(890.511)	(802.682)	(3.090.416)	(2.665.710)

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

A Companhia e sua controlada Indupa Brasil mantêm um acordo de longo prazo para compras/fornecimento de matéria-prima que determina quantidades anuais mínimas e máximas a preços que são ajustados periodicamente. A estimativa anual de desembolso atinge cerca de R\$ 632.407. A Companhia monitora e controla mensalmente as quantidades consumidas e registra temporalmente os compromissos recorrentes das quantidades mínimas e máximas deste contrato.

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Reversão (constituição) para demandas judiciais	(3.951)	3.726	(8.310)	(3.751)
Reversão (constituição) de provisão para passivo ambiental	-	-	(12.256)	(6.083)
Reversão (constituição) de provisão para reestruturação	-	-	-	(1.581)
Reversão (constituição) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.771	2.127	3.992	(897)
Reversão (constituição) de provisão para encargos sobre energia elétrica	-	10.333	-	10.333
(Reversão) constituição para demanda judicial ativa	27	35.150	27	35.150
Reembolso de passivos ambientais e demandas judiciais (1)	9.691	-	9.691	-
Títulos a receber, baixados como incobráveis	(5.454)	(1.951)	(5.725)	(1.499)
Outros custos de bens e direitos alienados	-	-	(2.814)	(5.677)
Despesas operacionais com Covid-19	(2.494)	-	(3.953)	-
Outras receitas não correntes	1.600	-	1.600	-
Outras despesas com investimentos (2)	(3.706)	(5.895)	(3.706)	(5.895)
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.170)	(168)	(5.491)	918
Total de outras receitas (despesas) operacionais	(2.686)	43.322	(26.945)	21.018

- (1) Esta rubrica constitui ao direito adquirido de reembolso de passivos ambientais e demandas judiciais sobre responsabilidade da antiga controladora da Indupa Brasil e Indupa Argentina.
- (2) Refere-se a despesas de consultoria relacionada a celebração do contrato de investimento com a AES Tiete, pagas a parte relacionada conforme mencionado na nota explicativa 11.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita financeira				
Receitas de equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	13.559	32.157	29.342	39.363
Juros sobre créditos com empresas relacionadas	5.679	15.831	-	-
Variações cambiais e monetárias ativas	54.110	38.419	69.860	47.072
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	-	-	20.701	45.579
Outras receitas financeiras	1.376	1.708	20.229	8.143
	74.724	88.115	140.132	140.157
Despesa financeira				
Juros e demais encargos sobre empréstimos e débitos com terceiros	(30.902)	(64.399)	(66.157)	(101.296)
Variações cambiais e monetárias passivas	(1.269)	(973)	(203.456)	(164.367)
Outras despesas financeiras	(2.731)	(3.625)	(17.882)	(15.415)
	(34.902)	(68.997)	(287.495)	(281.078)
Resultado financeiro líquido	39.822	19.118	(147.363)	(140.921)

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

29. Resultado por ação - básico

O resultado básico por ação é calculado pela divisão entre o resultado atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria, nota 23 (d). Não há efeito dilutivo no resultado atribuível aos acionistas.

Tipo de ação	2020		
	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	120.421	33.268	3,6197
Ações Preferenciais Classe A	10.382	2.607	3,9824
Ações Preferenciais Classe B	236.863	59.488	3,9817
Total	367.666	95.363	

Tipo de ação	2019		
	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	57.033	32.741	1,7420
Ações Preferenciais Classe A	4.966	2.591	1,9162
Ações Preferenciais Classe B	111.506	58.192	1,9162
Total	173.505	93.524	

30. Dividendos

Em 12 de março de 2020, a Administração propôs a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 41.208.

Em 11 de novembro de 2020 o Conselho de Administração aprovou a distribuição antecipada de dividendos no valor total de R\$ 72.000 a serem pagos a partir de 26 de novembro de 2020.

a) Dividendos propostos do exercício

	2020	2019
Lucro líquido ao final do exercício	367.666	173.505
(-) Constituição de reserva legal - Nota 24 (a)	(18.383)	(8.675)
Lucro líquido realizado	349.283	164.830
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado)	87.321	41.208
Dividendos propostos	87.321	41.208
Saldo remanescente a destinar	261.962	123.622
(-) Reserva especial de dividendos - Nota 24 (b)	(18.383)	(8.675)
(-) Reserva para investimentos - Nota 24 (c)	(243.579)	(114.947)

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

b) Dividendos a pagar

	2020	2019
Saldo Inicial	54.437	38.720
Reclassificação para Outros Compromissos a Pagar	-	(6)
Pagamentos	(40.434)	(24.985)
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	(7.738)	(500)
Dividendos intermediários pagos no ano	(70.127)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	87.321	41.208
Saldo final	23.459	54.437

Ultrapassado este limite, as demais classes de ações passam a receber dividendos, sendo que as ações preferenciais classe A sempre devem receber, no mínimo, 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

Ultrapassado o limite de pagamento mínimo de dividendos às ações preferenciais classe A, as ações preferenciais classe B e ordinárias passam a receber dividendos. Neste caso, os dividendos pagos às ações preferenciais classe B devem ser 10% superiores aos dividendos pagos às ações ordinárias.

Seguindo as regras estatutárias, os dividendos por ação propostos a cada classe são os seguintes:

Dividendos propostos por tipo de ação:

Tipo de ação	Dividendo por ação
ON	0,8685
PNA	0,9553
PNB	0,9553

31. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

	Consolidado	
	2020	
	Valor segurado	Vigência
Patrimonial	6.400.000	27/12/2020 à 27/12/2021
Transportes	3.771.029	30/06/2020 à 30/06/2021

32. Gestão de risco e instrumentos financeiros

32.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, o risco da taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

O programa de gestão de risco da Unipar se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Toda e qualquer operação de *hedge* ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos, identificada pela tesouraria, com o intuito de proteger a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

32.2. Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, e mudanças de taxa de juros.

a) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às taxas de juros de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Os financiamentos com juros indexados ao TJLP captados junto ao BNDES, com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos, são compreendidos pela administração da Companhia como risco de volatilidade baixa.

Os demais indexadores que a Administração entende que apresentam maiores riscos de exposição a taxa de juros em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, e estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro estão demonstrados a seguir de forma líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa CDI				
Caixa e Equivalentes de caixa	370.201	285.839	653.045	299.798
Aplicações financeiras	52.646	129.581	188.908	213.158
Empréstimos e financiamentos	(654.035)	(602.728)	(654.035)	(602.728)
Total	(231.188)	(187.308)	187.918	(89.772)
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa IPCA				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(29.195)	(24.570)
Total	-	-	(29.195)	(24.570)
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa SELIC				
Empréstimos e financiamentos	(2.319)	(4.856)	(2.319)	(4.856)
Total	(2.319)	(4.856)	(2.319)	(4.856)

Análise de sensibilidade da taxa de juros

Para fins de análise de sensibilidade dos riscos de taxas de juros a Companhia utilizou, para cenários prováveis nas transações indexadas as taxas extraídas do relatório FOCUS de 08 de janeiro de 2021.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

A análise foi feita para o horizonte de três meses e é exposta a variação no resultado considerando as exposições líquidas informadas.

Os cenários foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente em relação à expectativa provável.

Controladora		Taxa Cenário Atual	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição de contratos	Risco		Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado
CDI	Aumento/ (Redução)	1,90%	3,25%	(824)	4,06%	(1.319)	4,88%	(1.805)
SELIC	Aumento/ (Redução)	2,00%	3,25%	(6)	4,06%	(9)	4,88%	(13)
				(830)		(1.328)		(1.818)

Consolidado		Taxa Cenário Atual	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição de contratos	Risco		Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado
CDI	Aumento/ (Redução)	1,90%	3,25%	502	2,44%	203	1,63%	(104)
IPCA	Aumento/ (Redução)	0,00%	3,34%	(80)	4,18%	(25)	5,01%	35
SELIC	Aumento/ (Redução)	2,00%	3,25%	(6)	4,06%	(9)	4,88%	(13)
				416		169		(82)

b) Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão suscetíveis a este risco em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial refere-se principalmente às variações do dólar norte-americano.

Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições ao câmbio, tanto para ativos e passivos lastreados e indexados às moedas estrangeiras quanto para instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através do monitoramento de taxas de câmbio e curvas de mercado.

A Companhia entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição cambial em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 demonstrados a seguir, estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro e são representativas da exposição incorrida durante o exercício.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)				
Caixa e Equivalentes de caixa	-	-	5	15
Empréstimos de curto e longo prazo	-	-	68	(3.324)
Débito com terceiros	-	-	(711.270)	(551.586)
Contas a receber de clientes	-	928	150.331	115.693
Créditos com empresas ligadas	213.500	161.226	10	-
Outros ativos circulantes	157	1.099	2.526	3.868
Fornecedores	(9.366)	(399)	(81.998)	(20.693)
Outros passivos circulantes	(4)	(3)	(1.008)	(494)
Outros passivos não circulantes	-	-	(1.678)	-
Total	204.287	162.851	(643.014)	(456.521)

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Análise de sensibilidade da taxa cambial

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial, a Companhia utilizou a taxa PTAX Venda válida para 15 de janeiro de 2021, divulgada no Banco Central para o cenário provável.

A análise foi feita para o horizonte de três meses sobre os saldos expostos de forma líquida e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurando o diferencial de juros e variação cambial para cada um dos cenários projetados.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)

Controladora			Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	5,1967	5,2714	2.937	6,4959	47.453	7,7951	97.801
Consolidado			Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	5,1967	5,2714	(9.243)	6,4959	(149.363)	7,7951	(307.839)

32.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito principalmente em relação às suas aplicações financeiras e suas contas a receber de clientes.

Depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez classificados como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Todos os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito.

As contas a receber de clientes representam valores devidos pelos clientes da Unipar e suas controladas, relacionados à venda de seus produtos. O risco sobre estes montantes é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia.

Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa.

32.4. Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores divulgados no quadro abaixo apresentam o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Controladora				
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos	325.894	117.809	214.169	-
Fornecedores	39.692	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019				
Empréstimos	151.547	123.576	336.424	-
Fornecedores	31.841	-	-	-
Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos	340.730	127.381	242.846	2.583
Débito com terceiros	1.950	-	395.443	315.572
Fornecedores	238.342	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019				
Empréstimos	177.567	135.124	364.857	-
Débito com terceiros	300	-	330.833	220.555
Fornecedores	182.468	-	-	-

32.5. Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira relacionado com o patrimônio líquido.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e de longo prazo), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a nenhuma exigência externa sobre o capital.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, podem ser assim demonstrados:

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Total dos empréstimos (Nota 15)	657.872	611.547	713.540	677.548
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(371.734)	(286.994)	(924.852)	(301.525)
Menos - aplicações financeiras (Nota 6)	(52.646)	(129.581)	(188.908)	(213.158)
Dívida líquida (Ativos) financeiros líquidos	233.492	194.972	(400.220)	162.865
Total do patrimônio líquido (1)	1.725.007	1.473.053	1.725.007	1.473.053
Índice de alavancagem financeira - %	13,54	13,24	(23,20)	11,06
Menos - Créditos com empresas ligadas (Nota 11)	(213.500)	(161.226)	-	-
Dívida líquida com créditos empresas ligadas	19.992	33.746	(400.220)	162.865
Índice de alavancagem financeira créditos com empresas ligadas - %	1,16	2,29	(23,20)	11,06
Débitos com terceiros (Nota 19)	-	-	712.965	551.688
Dívida líquida com débitos com terceiros	233.492	194.972	312.745	714.553
Índice de alavancagem financeira com débitos com terceiros - %	13,54	13,24	18,13	48,51

(1) Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores.

32.6. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (menos a perda por *Impairment*) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- As mensurações do valor justo do Nível 1, são aquelas resultantes de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- As mensurações do valor justo do Nível 2 são aquelas resultantes de outras Informações, que não sejam preços cotados incluídas no nível 1 que observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplos, como preços) ou indiretamente (por exemplo, resultante dos preços); e
- A mensuração do valor justo do Nível 3 são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, dadas suas características de curto prazo, são próximas ao seu valor justo.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa	5	371.734	286.994	924.852	301.525
Aplicações financeiras	6	52.646	129.581	188.908	213.158
Contas a receber	7	133.776	130.696	534.092	381.822
Total		558.156	547.271	1.647.852	896.505
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos	16	(657.872)	(611.547)	(713.540)	(677.548)
Débito com terceiros	20	-	-	(712.965)	(551.688)
Fornecedores	15	(39.692)	(31.841)	(238.342)	(182.468)
Energia elétrica	17	(105.696)	(101.890)	(185.386)	(174.180)
Outros passivos	-	(24.417)	(11.722)	(78.260)	(47.853)
Total		(827.677)	(757.000)	(1.928.493)	(1.633.737)

Instrumentos financeiros - Swap

Com objetivo de eliminar o risco cambial do dólar americano, em uma operação de empréstimo, em 31 de dezembro de 2020 foi realizada uma operação de “swap” para trocar o indexador para CDI e que para fins de melhor apresentação, está divulgada na rubrica “Empréstimos e Financiamentos”, conforme nota explicativa nº 16.

Em 31 de dezembro de 2020								Controladora
Tipo de investimento	Data de início	Data de vencimento	Nocional	Taxa ativa	Taxa passiva	Valor justo		R\$
						Ponta ativa	Ponta passiva	
Swap	29/03/2019	03/04/2023	109.172	USD	CDI	145.539	110.848	34.691

Em 31 de dezembro de 2019								Controladora
Tipo de investimento	Data de início	Data de vencimento	Nocional	Taxa ativa	Taxa passiva	Valor justo		R\$
						Ponta ativa	Ponta passiva	
Swap	29/03/2019	03/04/2023	109.172	USD	CDI	113.756	112.076	1.680

33. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

Transações ocorridas sem desembolso de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Transações ocorridas no período na compra de ativo imobilizado	10.412	1.649	25.115	7.044
Aquisição de investimento em controlada em conjunto	9.573	-	9.573	-

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes

Correção de balanço IPC89

Em janeiro de 2021 o pedido de habilitação de crédito decorrente de decisão judicial transitado em julgado foi deferido pela Receita Federal no valor de R\$ 11.142. O crédito trata de CSLL e tem por objetivo a correção monetária das demonstrações financeiras, relativamente ao ano-base de 1.989, exercício de 1.990. A diferença no índice de correção utilizado pelo poder público, resultou no aumento da carga tributária indevidamente. Este valor será registrado na rubrica de impostos a recuperar e será compensado com impostos federais dentro do primeiro trimestre de 2021.

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Administração da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Unipar”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

PERFIL

A Unipar Carbocloro S.A. (B3: UNIP3, UNIP5 e UNIP6), (Fitch Ratings: AA(bra)) (“Unipar”, “Companhia”), é uma empresa de origem brasileira, constituída em 28 de maio de 1969 com atuação no segmento químico e petroquímico através de suas três unidades produtivas localizadas estrategicamente em Cubatão (SP/Brasil), Santo André (SP/Brasil), e Bahía Blanca (Argentina) para atender à demanda do Brasil e de outros países. A Unipar também possui participação na Solalban, empresa de geração de energia na Argentina e na Tucano Holding, empresa de geração eólica de energia no Brasil.

Com atuação em setores de capital intensivo, a Unipar, desde sua fundação, contribui com o desenvolvimento industrial do Brasil, tendo o mercado de capitais e bancário como fontes de recursos financeiros e busca continuamente geração de valor aos seus acionistas e demais stakeholders. A empresa se destaca como a maior produtora de cloro/soda da América do Sul e a segunda maior na produção de PVC (policloreto de vinila), produzindo, também, o hipoclorito de sódio, ácido clorídrico, além do dicloroetano e o monocloreto de vinila, ambos utilizados exclusivamente na produção do PVC. Os produtos da Unipar são insumos para as indústrias têxteis, de papel e celulose, alimentos, bebidas, remédios, construção civil, cateteres, bolsas de sangue e de soro, desinfetantes e tratamento de água, dentre outros.

A empresa conta com cerca de 1.400 colaboradores e possui as certificações internacionais ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e o Atuação Responsável® para suas três plantas, tendo sido pioneira em questões de segurança e proteção ambiental. A Companhia busca assegurar transparência e equidade na divulgação de suas informações e está comprometida com as boas práticas de governança corporativa.

DESTAQUES 2020

O ano de 2020 foi marcado pela crise sem precedentes ocasionada pela doença causada pelo coronavírus Covid-19, o qual ainda se reflete em 2021. Neste cenário, a Unipar, como um dos principais fornecedores da América do Sul de produtos essenciais como cloro e seus derivados, soda cáustica e PVC, manteve, ao longo de 2020, suas três fábricas em operação, de modo a permitir a continuidade de atividade de seus clientes, muitos dos quais inseridos em segmentos fundamentais no combate ao contágio pelo coronavírus.

Em março de 2020, a Companhia criou comitê interno não estatutário, sendo definidas e implantadas ações voltadas aos colaboradores (campanhas de prevenção, implantação de protocolos de preservação da saúde, fornecimento de kits de higiene, etc), ações voltadas para a continuidade das operações (protocolos de acesso às instalações, revezamento de turnos de operação com contingente reduzido, implantação de trabalho remoto para os colaboradores cujas atividades permitam), captação de capital de giro como medida de proteção de caixa face à grande incerteza vigente à época, além de ações voltadas à comunidade (doação conjunta com empresas parceiras de produtos de higiene e limpeza e doação de respiradores). Neste momento, a Unipar continua com suas três plantas em operação, mantendo todos os protocolos de saúde e segurança de seus colaboradores e terceiros e medidas de prevenção necessárias.

No campo econômico, após o maior impacto da pandemia de Covid-19 no 2T20, o cenário econômico mundial vem se caracterizando a partir do 2º semestre de 2020 por ritmo de recuperação, com visões otimistas em função do início da vacinação em várias partes do mundo, apesar da recorrente preocupação com as novas variantes do vírus.

O desempenho da economia brasileira, vem se caracterizando por fortes contrastes desde setembro/2020. Se por um lado a produção e as vendas mostraram reação positiva ao choque adverso inicial causado pela pandemia, por outro se observa uma recuperação desigual entre setores, com a indústria e o comércio em níveis médios acima do período pré-crise e os serviços ainda significativamente abaixo. A recuperação a atividade da econômica ainda é vista com cautela pela maioria dos analistas de mercado. Há um consenso de que tal recuperação se dará de forma gradual e lenta, face algumas questões fundamentais ainda carentes de maior visibilidade nesse contexto: o crescimento do número de casos de Covid-19 (requerendo ações restritivas de distanciamento social em diversos municípios), a implementação efetiva e continuada de programa nacional de vacinação, a possibilidade de retomada de programa de auxílio emergencial e seus impactos no equilíbrio das contas públicas, além da agenda de votação de reformas estruturantes pelo Congresso.

Assim como em outros países, as preocupações com os casos de infecção com Covid-19 na Argentina levaram à manutenção das medidas restritivas de circulação de pessoas e fechamento de fronteiras em grande parte do ano, tendo como ponto positivo o início da vacinação ainda em 2020. No entanto, também permanece um cenário ainda de incerteza quanto ao prosseguimento de programa de vacinação em função da baixa disponibilidade de vacinas, o que pode retardar o movimento de flexibilização das medidas de distanciamento social, fundamentais para um melhor desempenho da economia.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O principal indicador operacional das plantas da Unipar é sua utilização da capacidade instalada, que para o ano de 2020 foi superior em relação ao ano anterior. Contudo, observou-se uma queda relevante no 2º trimestre de 2020, cuja recuperação se deu no 2º semestre do ano. Na planta de Cubatão, produtora de cloro/soda, a utilização da capacidade instalada em 2020 foi de 82%, 7 pontos percentuais acima de 2019. Nas unidades de Santo André e Bahía Blanca, produtoras de cloro/soda e também de PVC, os índices de utilização média de capacidade foram de 78%, 6 pontos percentuais acima da utilização de 2019, e de utilização de 65%, em linha com a utilização em 2019, respectivamente.

Segundo dados divulgados pela ABICLOR, a utilização de capacidade de cloro/soda no Brasil atingiu 53% em 2020, com recuo de 3 p.p. frente a 2019. Os volumes de produção de cloro e soda cáustica em 2020 mostraram queda da ordem de 8% frente ao ano anterior.

Em relação aos preços internacionais dos produtos comercializados pela Unipar, o preço médio de exportação da soda cáustica (base US Gulf Coast) registrou queda de 16% em 2020 frente a 2019, refletindo a condição de baixa demanda verificada de forma mais acentuada no 2º semestre do ano. Para o PVC, a demanda no mercado norte-americano, a exemplo do que se verificou nas demais regiões, apresentou-se aquecida, impulsionada sobretudo pelo setor de construção civil. Pelo lado da oferta, observou-se uma restrição da produção local, com algumas plantas fora de operação por força maior / manutenção. Dessa forma, o preço médio de exportação do PVC (base US Gulf Coast), em 2020, mostrou crescimento de 17% frente ao ano anterior.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida Consolidada no 4T20 foi de R\$ 3.868,2 milhões, 26,9% superior ao ano de 2019, resultante do aumento no volume de vendas e do preço internacional de PVC, além do incremento do comercializado de soda/cloro e derivados.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

Em 2020, o CPV foi de R\$ 2.533,6 milhões, aumento de 13,5% em relação a 2019, decorrente, principalmente, do crescimento do volume de vendas de soda cáustica e PVC e do custo dos principais insumos, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar americano, cujo impacto afeta parcialmente o CPV.

DESPESAS E EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As Despesas com Vendas Consolidadas, em 2020, registraram R\$ 175,4 milhões, 14,6% superior em relação a 2019, em função do maior volume de vendas no acumulado do ano. As Despesas Gerais e Administrativas Consolidadas totalizaram R\$ 381,4 milhões no ano, 35,9% superior a 2019, decorrente do exercício do plano de outorga de ações ocorrido no 1T20, que correspondeu a uma despesa de R\$ 48,0 milhões (com efeito caixa de R\$ 24,0 milhões), de despesas pontuais com honorários advocatícios e serviços de consultoria relacionadas aos movimentos estratégicos da Companhia. As Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas Consolidadas corresponderam a uma despesa de R\$ 26,9 milhões em 2020, enquanto 2019 registrou uma receita de R\$ 21,0 milhões, devido, principalmente, ao registro de ativo contingente referente à ação frente à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. no 4T19. O Resultado de Equivalência Patrimonial Consolidado foi negativo em R\$ 2,3 milhões em 2020, referente ao resultado da participação na empresa de energia Solalban, impactado pela aplicação do ajuste por hiperinflação da Argentina (IAS 29).

EBITDA (calculado de acordo com a instrução CVM Nº 527/12)

Em 2020, o EBITDA Consolidado foi de R\$ 946,5 milhões, superior em 63,0% em relação aos R\$ R\$ 580,6 milhões registrados em 2019, devido, principalmente aos resultados operacionais da Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido Consolidado, em 2020, foi negativo em R\$ 147,4 milhões, 4,6% superior a 2019, impactado pela variação cambial R\$/US\$.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido Consolidado foi de R\$ 370,2 milhões em 2020, 114,8% superior a 2019, decorrente, principalmente, do aumento da receita e, consequentemente do lucro bruto.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentava Dívida Líquida Consolidada, com saldo negativo em R\$ 400,2 milhões. Em 2020, a Companhia amortizou a 1ª série da 4ª emissão de debêntures, 2ª emissão de debêntures e 2ª emissão de NPs, conforme cronograma original, tendo

realizado, em contrapartida, a captação de R\$ 203 milhões, buscando a preservação da liquidez financeira durante o período de pandemia. Neste período, a Companhia deu continuidade ao programa de recompra de ações no mercado que representou uma alocação de recursos de R\$ 1,2 milhão no 4T20 e de R\$ 144,2 milhões em 2020.

Com a aquisição da Unipar Argentina, a Companhia assumiu um débito com terceiros no montante de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls Holding AG, sobre a qual incide encargos de 3% a.a. e será amortizada em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

DESEMPENHO ESG

Desde o início de suas atividades, a Unipar demonstra o comprometimento com a preservação do meio ambiente e com a saúde e segurança de seus colaboradores e da comunidade vizinha às suas fábricas, além do compromisso de transparência com seus acionistas. O conceito ESG (Ambiental, Social e Governança) tem se tornado cada vez mais primordial para a perenidade das empresas e a Unipar, por estar inserida no setor químico, traz esses conceitos desde sua criação buscando evolução e aprimoramento diários. Por exemplo, nos anos 70, antes da criação de uma legislação específica para o meio ambiente, a Companhia lançou seu Programa de Gerenciamento Ambiental em Cubatão/SP, que consiste em um conjunto de medidas adequadas para o tratamento de todos os efluentes gerados em suas atividades. Tais medidas também foram disseminadas nas outras plantas adquiridas posteriormente.

Abaixo, são apresentadas algumas ações mais recentes da Companhia:

SUSTENTABILIDADE

- O programa Fábrica Aberta, lançado em 1985 na unidade de Cubatão, que permite conhecer uma indústria química e ver na prática como se fabrica o cloro e seus derivados, a soda cáustica e o PVC e aprender como se trabalha com segurança preservando o meio ambiente. Mais que um programa de visitas, o Fábrica Aberta é uma postura de transparência que a Unipar vem adotando ao longo dos anos. Em 2018, o Programa foi implantado também nas fábricas de Santo André/SP e Bahía Blanca (Argentina), mantendo as mesmas premissas adotadas na unidade de Cubatão. Desde 1985, mais de 125 mil pessoas puderam conhecer as instalações industriais da Unipar através de visitas. Atualmente, o programa está suspenso devido à pandemia, mas retornará assim que possível. Para que os interessados possam continuar conhecendo os negócios da Unipar, foi lançado em fevereiro/2021, o Tour Virtual nas fábricas que pode ser acessado no link <https://www.unipar.com/tour-virtual-pt/>
- A promoção do crescimento econômico e processos produtivos sustentáveis passa pelo investimento em geração de energia limpa para consumo nas plantas da Unipar. O acordo de investimento para constituição de uma Joint Venture com a AES Tietê para geração de energia eólica no Estado da Bahia assegurará a produção e o consumo responsável de um dos principais insumos da Unipar. Em 03 de setembro de 2020, a Unipar concluiu a constituição da joint venture (JV) de controle compartilhado com a AES Tietê para a construção de uma fazenda eólica de geração com capacidade instalada de 155 MW, equivalentes a 78 MW médios de energia assegurada, sendo que 60 MW médios foram comercializados por meio de um contrato com prazo de 20 anos (PPA) firmado entre JV e Unipar. Em fevereiro de 2021, o INEMA concedeu a Licença de Instalação que autoriza o início das obras do complexo, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2022 e início da entrega da energia partir de 2023.

CERTIFICAÇÕES

- No mês de setembro/2020, a Unipar finalizou o processo de auditoria de integração das certificações conduzido pelo órgão certificador ABS Quality Evaluations com auditorias nas três plantas e nos dois escritórios administrativos. Desta maneira, a Unipar passou ter uma

certificação integrada ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e Atuação Responsável em todas as localidades da empresa, o que fortalece o compromisso na gestão de seus ativos.

- Em novembro/2020, a Unipar foi reconhecida pelas práticas ambientais, de saúde e segurança dos colaboradores, direitos humanos, ética e responsabilidade social pela auditoria externa “Together for Sustainability (TfS)”, que foi conduzida pela certificadora SGS do Brasil na fábrica de Santo André. O reconhecimento coloca a Unipar em condição e destaque para a venda de produtos e serviços a grandes clientes, demonstrando o compromisso com a sustentabilidade.

COMUNIDADE

- Cerca de 10 projetos sociais nas regiões de Cubatão/SP e Santo André/SP foram selecionados para receber apoio da Unipar, dentre os quais se destacam (i) Projeto Pescar: em parceria com a Fundação Projeto Pescar e com o objetivo de promover a educação socioprofissional como vetor de transformação na realidade de jovens entre 16 e 19 anos da região de Santo André, o Projeto Pescar selecionou 20 jovens que irão desenvolver conhecimentos técnicos, pessoais e de cidadania, abrindo oportunidade, também, aos colaboradores da Unipar de se tornarem voluntários no compartilhamento de conhecimentos técnicos e experiência de vida; (ii) projeto Primeiros Acordes, da Escola de Música de Rio Grande da Serra que vai oferecer atividades de cultura e música para mais de 60 jovens, dando a oportunidade de se desenvolverem na música, além de criar uma orquestra para difundir a música instrumental, democratizando o acesso a bens culturais; (iii) projetos Judô Social Nery IV que vai oferecer atividades para mais de 130 jovens na região de Ribeirão Pires/SP e Bom de Bola, Bom na Escola que irá atender cerca de 120 jovens nas regiões carentes de Cubatão/SP, ambos na premissa de promover a prática da cidadania e diminuição no enfrentamento de riscos sociais, dois projetos de atividades esportivas.
- Com o intuito de implementar uma cultura de desenvolvimento com foco na perpetuidade do negócio, o Programa de Desenvolvimento de Novos Engenheiros selecionou, neste ano, 8 engenheiros recém-formados para ingressar nas áreas operacionais da Unipar. O programa é pensado para que o profissional se especialize tecnicamente e seja estimulado a adquirir uma visão sistêmica da organização em permanente imersão nos valores da empresa.
- O Conselho Comunitário Consultivo Unipar (CCC), iniciativa existente desde 2004 em Cubatão/SP e desde 2019 em Santo André/SP e Bahía Blanca/Argentina, transformou seus encontros que desenvolvem projetos voltados para as comunidades no entorno de suas unidades fabris em Diálogos Virtuais – uma série de lives com os membros do CCC, colaboradores e especialistas em assuntos importantes, como segurança, saúde mental e saneamento básico.

MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2020, as ações ordinárias (UNIP3), preferenciais “A” (UNIP5) e preferenciais “B” (UNIP6) estavam cotadas respectivamente em R\$ 48,90, R\$ 48,80 e R\$ 51,19, apresentando variações de +41,2%, +42,5% e +49,3% em relação a 31 de dezembro de 2019. Em 11 de novembro de 2020, foi aprovado o 2º aditamento ao 2º Programa de Recompra de Ações, cujo prazo se encerra em 13 de novembro de 2021 e contempla os três tipos/classes de ações da Unipar nos seguintes limites de quantidades: 2.130.030 ONs, 320.127 PNAs e 6.249.926 PNBs. O objetivo do programa é a maximização da geração de valor para os acionistas, com incremento de liquidez. Para atendimento ao percentual limite de 10% das ações em circulação mantidas em tesouraria, conforme ICVM 567, em 09 de julho de 2020, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 2.201.300 ações e, em 06 de outubro, o cancelamento de 1.184.000 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 25.100 ações PNA em tesouraria.

DIVIDENDOS PROPOSTOS

Para o exercício de 2020, houve a deliberação de dividendos intermediários aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2020 no valor total de R\$ 72,0 milhões. A Assembleia Geral Ordinária prevista para 20 de abril de 2021 irá deliberar, dentre outros assuntos, o pagamento de dividendos complementares no montante de R\$ 15,3 milhões que, somados aos R\$ 72,0 milhões já pagos, perfazem 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, está sendo proposta a distribuição de R\$ 96,4 milhões referentes a reserva de lucros a realizar para adequação de tais reservas em relação ao capital social. Sendo assim, o montante total proposto para distribuição de dividendos é de R\$ 111,7 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

O respeito aos princípios de independência profissional é parte integrante das políticas da Companhia para contratação de serviços de auditoria independente. Estes princípios internacionalmente aceitos consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 381/2003, informamos que durante o exercício de 2018 foram contratados apenas serviços de auditoria e revisão das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, arquivadas na CVM.

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

A ADMINISTRAÇÃO

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com estas demonstrações financeiras.

São Paulo, 17 de março de 2021

Maurício Parolin Russomanno
Diretor Presidente

Christian Eduard Carraresi Schnitzlein
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcello Diegues Zappia
Diretor

Rodrigo Cannaval
Diretor

Declaração da Diretoria sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

São Paulo, 17 de março de 2021

Maurício Parolin Russomanno
Diretor Presidente

Christian Eduard Carraresi Schnitzlein
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcello Diegues Zappia
Diretor

Rodrigo Cannaval
Diretor

Parecer do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria analisaram as Demonstrações Financeiras da Unipar Carbocloro S.A., relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, com as correspondentes Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos emitidos em 17 de março de 2021, e o Parecer do Conselho Fiscal, emitido em 16 de março de 2021.

Foram discutidos e esclarecidos pela Diretoria todos os assuntos levantados pelos membros do Comitê de Auditoria conforme ata de reunião realizada em 17 de março de 2021.

A Diretoria da Companhia informou, ainda, não haver sido requeridos pela Auditoria Independente ajustes nas Demonstrações Financeiras que, nos termos de seu regimento, devessem ser comunicadas ao Comitê de Auditoria, bem como a inexistência de divergência entre os Auditores Independentes e a Administração que demandasse a atuação deste Comitê, informação essa confirmada em reuniões realizadas pelo coordenador do comitê de auditoria com os auditores externos durante o processo de acompanhamento dos trabalhos de auditoria.

Em razão do acima exposto, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que os documentos acima elencados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendam a aprovação, sem ressalvas, destes documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 17 de março de 2021.

Bruno Soares Uchino
Coordenador

Humberto Rapussi
Membro

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163, incisos II, III e VII, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise (i) do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do parecer da empresa de auditoria independente Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia; e (ii) da Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020 elaborada pela Diretoria, incluindo distribuição de dividendos. O Conselho Fiscal concluiu que tais documentos e proposta foram regularmente elaboradas e, portanto, recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, bem como opinam favoravelmente à aprovação do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.”

São Paulo, 16 de março de 2021.

João Cláudio Zola
Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Henrique Zukanovich Funchal
Conselheiro

Clovis Hideaki Ikeda
Conselheiro

Silvio de Sousa Pinheiro
Conselheiro

Edilson São Leandro
Conselheiro

ANEXO II
COMENTÁRIOS DOS DIRETORES DA COMPANHIA, CONFORME INFORMAÇÕES
APRESENTADAS NO ITENS 10.1 A 10.9 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, NOS
TERMOS DO ARTIGO 9º, INCISO III, DA ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)

10 – Comentário dos diretores

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Unipar” ou “Controladora”) referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins da Instrução nº 480, de 7 de dezembro 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme alterada (“Instrução CVM nº 480/2009”), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela CVM e conforme as International Financial Reporting Standards (“IFRS”).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia (“Diretoria”) entende que a Unipar possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazos. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução de seu plano de negócios.

Para acompanhamento das condições financeiras, a Companhia monitora sua *performance* operacional, seus *covenants* e sua estrutura de capital com base, dentre outros, no indicador Dívida Líquida sobre o LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização (que é a tradução da expressão *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – EBITDA) e no índice de alavancagem financeira.

Segundo a CVM, o LAJIDA (EBITDA) corresponde ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. Esta definição de EBITDA encontra-se no artigo 3º, inciso I, da Instrução da CVM nº 527, de 5 de outubro de 2012 (“Instrução CVM nº 527/2012”).

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos com instituições financeiras (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Nas seções abaixo é detalhado o comportamento de cada um destes itens.

Em 2018, a Companhia (i) realizou sua 4ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 350,0 milhões, com rating AA-(bra) / Fitch Ratings, (ii) obteve financiamento bancário no valor de R\$ 111,8 milhões, e (iii) obteve a liberação de R\$ 17,3 milhões, referente ao financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), sendo que, ao final de 2018, a alavancagem financeira era de 12% devido, principalmente, ao crescimento representativo de caixa e aplicações financeiras em relação a dezembro de 2017.

Em 2019, a Companhia (i) realizou sua 5ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 201,0 milhões, como resultado de sua estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures, (ii) contratou financiamento bancário de R\$ 108,0 milhões, e (iii) recebeu liberação de financiamento do BNDES, no valor de R\$ 22,8 milhões, sendo que, ao final de 2019, a alavancagem financeira era de 11%. Em dezembro de 2019, o *rating* da Companhia e de suas 4ª e 5ª emissões de debêntures foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings.

Em 2020, dado o ambiente provocado pela pandemia da Covid-19, a Companhia (i) realizou a captação de R\$ 203,0 milhões por meio de financiamentos bancários, buscando a preservação da liquidez financeira durante este período; e (ii) recebeu a liberação de R\$ 10,4 milhões do BNDES. Em contrapartida, amortizou as debêntures da 1ª série de sua 4ª emissão, as debêntures de sua 2ª emissão e as Notas Promissórias de sua 2ª emissão, conforme cronograma original. Em dezembro de 2020, o *rating* da Companhia e de suas 4ª e 5ª emissões de debêntures foi afirmado em AA(bra) / Fitch Ratings.

Na tabela abaixo, é apresentado o índice de alavancagem financeira. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentava dívida líquida consolidada, tendo a dívida bruta aumentado em 5,3% em relação a 2019, com valor total de R\$ 713,5 milhões, e caixa/equivalente de caixa/aplicações financeiras aumentado 116,4% em relação a 2019, atingindo o montante R\$ 1.113,8 milhões, totalizando um saldo negativo de dívida líquida consolidada no valor de R\$ 400,2 milhões. Ao longo de 2019, houve amortização líquida de empréstimos de capital de giro e de debêntures no valor de R\$ 350,3 milhões, com redução de caixa/equivalente de caixa/aplicações financeiras de R\$ 346,8 milhões, redução de 40,3% em relação a 2018. A dívida líquida consolidada em 2018 era de R\$ 166,4 milhões, redução de 62,1% em relação a 2017, que era de R\$ 438,6 milhões, sendo tal redução afetada pelo aumento de saldo de caixa em relação a dezembro/2017 e compensado, parcialmente, (i) pela 4ª emissão de debêntures pela Controladora, no valor de R\$ 350,0 milhões, em março de 2018 e (ii) pela contratação de financiamento bancário de R\$ 117,8 milhões, reduzindo, também o índice de alavancagem financeira de 44% para 11%.

Índice de Alavancagem Financeira Consolidado (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	713.540	677.548	1.027.846
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	<i>924.852</i>	<i>301.525</i>	<i>201.542</i>
<i>Aplicações financeiras</i>	<i>188.908</i>	<i>213.158</i>	<i>659.939</i>
Dívida líquida	(400.220)	162.865	166.365
Total do patrimônio líquido ¹	1.725.007	1.473.053	1.347.520
Índice de alavancagem financeira	-23%	11%	12%

Abaixo encontra-se o cálculo do EBITDA e indicador dívida líquida/EBITDA, tomando como base o EBITDA Consolidado calculado conforme a Instrução CVM nº 527/2012.

EBITDA Consolidado (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Lucro Líquido	370.215	172.358	547.440
(+) Imposto de renda e contribuição social	230.942	84.252	129.297
(+) Resultado financeiro líquido	147.363	140.921	153.905
(+) Depreciação e amortização	197.951	183.080	176.380
EBITDA	946.471	580.611	1.007.022
Dívida líquida Consolidada	(400.220)	162.865	166.365
Dívida líquida/EBITDA	-	0,28x	0,17x

O EBITDA (calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012), em 2020, foi de R\$ 946,5 milhões, 63,0% superior ao registrado em 2019, devido, principalmente, ao aumento da receita em função do aumento no volume de vendas e do preço internacional do PVC, com consequente aumento do lucro líquido da Companhia. Em 2019, o EBITDA foi de R\$ 580,6 milhões, inferior em 42,3% em relação aos R\$ 1.007,0 milhões de 2018, decorrente, principalmente, da queda na receita e aumento dos preços dos insumos e matérias-primas.

Índices de liquidez

Índices de Liquidez - Consolidado		2020	2019	2018
Corrente	Ativo circulante / Passivo circulante	1,54	1,54	1,42
Geral	(Ativo circ. + Ativo realiz. a LP) / (Pass. circ. + Passivo não circ.)	0,79	0,68	0,70

Em 2020, o índice de liquidez corrente consolidado se manteve igual ao ano de 2019, tendo o índice de liquidez geral aumentado de 0,68 para 0,79, decorrente, principalmente, do aumento do montante disponível em caixa na Companhia. Em 2018, os índices eram de 1,42 para a liquidez corrente e de 0,70 para a liquidez geral.

b. Estrutura de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia. A seguir é demonstrada a composição do capital social e a gestão das estruturas que financiam as operações da Companhia.

As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e pelo acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras.

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 94.432.872 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. Em 31 de dezembro de

2019, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 101.680.741 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 91.145.679 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. As alterações no capital social ao longo dos períodos foram decorrentes de bonificações, cancelamento de ações em tesouraria recompradas através do programa de recompra de ações e de conversões de ações preferenciais da classe A em igual número de ações preferenciais da classe B, em atendimento às solicitações de acionistas detentores de ações preferenciais classe “A”, considerando a faculdade prevista no Artigo 7º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia.

Capital Social	2020	Part.	2019	Part.	2018	Part.
Ordinárias	33.007.970	35%	35.252.274	35%	30.381.893	33%
Preferenciais Classe “A”	2.466.991	3%	2.812.040	3%	2.529.502	3%
Preferenciais Classe “B”	58.957.911	62%	63.616.427	62%	58.234.284	64%
Capital Social Total	94.432.872	100%	101.680.741	100%	91.145.679	100%

Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira, conforme apresentado no item 10.1.a acima.

A tabela abaixo demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Estrutura de Capital - Consolidado	2020	AV	2019	AV	2018	AV
Passivo exigível – capital de terceiros	2.769.258	62%	2.235.598	60%	2.596.688	64%
Patrimônio líquido – capital próprio	1.725.007	38%	1.473.053	40%	1.445.942	36%
Exigível / PL	1,61	-	1,50	-	1,80	-
Total do passivo – capital total	4.494.267	100%	3.708.653	100%	4.042.632	100%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, sua posição de liquidez e a tendência de geração de caixa consistente apresentada pelos negócios de soda, cloro, derivados de cloro e policloreto de vinila (“PVC”), entendemos que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros atualmente assumidos, cumprindo com suas obrigações presentes e futuras e aproveitando oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir.

As fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e da capacidade de tomar empréstimos no mercado. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender às suas atuais necessidades, incluindo capital de giro, capital para investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos consolidados das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram de R\$ 924,9 milhões e R\$ 188,9 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos consolidados das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram, respectivamente, de R\$ 301,5 milhões e de R\$ 213,2 milhões, enquanto que em 31 de dezembro de 2018

foram, respectivamente, de R\$ 201,5 milhões e de R\$ 659,9 milhões.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por meio de vendas a uma ampla base de clientes, com avaliação continuada do crédito e, quando necessário, obtenção de garantias pessoais/corporativas, como, por exemplo, seguro de crédito, carta de crédito, fiança bancária, dentre outras.

Ademais, a Companhia contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual, historicamente, vem se mostrando suficiente para cobrir as perdas com títulos incobráveis.

Em relação à compra de insumos e demais pagamentos relacionados à sua operação, a Companhia busca, sempre que possível, alinhar os prazos de pagamentos aos fornecedores com os recebimentos de seus clientes e, quando necessário, a Companhia também utiliza operações de financiamento para reforço de caixa e para garantir o pagamento de suas obrigações.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As necessidades de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia têm sido supridas por meio da geração de caixa operacional e captações de contratos financeiros de curto e longo prazos.

Com a aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C., a Companhia assumiu, por meio de suas controladas, um débito com terceiros no montante de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls Holding AG, sobre a qual incide encargos de 3% ao ano. Tal dívida será amortizada em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

Em 2020, a Companhia realizou a captação de R\$ 203,0 milhões em financiamentos bancários, buscando a preservação da liquidez financeira durante o período de pandemia. Em contrapartida, amortizou as debêntures da 1ª série de sua 4ª emissão, as debêntures de sua 2ª emissão e as notas promissórias de sua 2ª emissão, conforme cronograma de pagamento original das emissões.

Em junho de 2019, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 201,0 milhões, compondo a estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures para aumento do prazo médio e redução do custo do endividamento, de modo que seu rating foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings em dezembro de 2019.

Em 2018, a Companhia realizou sua 4ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 350,0 milhões, com rating AA-(bra) / Fitch Ratings, assim como contratou financiamento bancário de R\$ 111,8 milhões e firmou contrato de financiamento com o BNDES para modernização da planta de PVC a unidade de Santo André (Unipar Indupa do Brasil S.A.), no montante total de R\$ 63,5 milhões, dos quais R\$ 22,8 milhões foram liberados em 2019 e R\$ 17,3 milhões liberados em 2018.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos financeiro e operacional e as captações realizadas nos últimos anos.

A Companhia mantém, adicionalmente, linhas de créditos com bancos para financiar eventuais necessidades de capital de giro, investimentos em ativos não-circulantes de curto e longo prazos e

manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que a Diretoria da Companhia acredita ser apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Conforme mencionado anteriormente, a Diretoria da Companhia possui estratégias e controle severo sobre os níveis de endividamento líquido do grupo, fundamental para o sucesso do planejamento estratégico e para perpetuidade e sucesso de seus negócios. Com base nas estratégias e no plano de negócio, a Companhia entende que possui uma estrutura de endividamento adequada, devidamente segregada entre curto e longo prazos, que permite uma confortável situação de caixa, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento do plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, as diversas linhas de créditos com bancos não possuem qualquer tipo de concentração ou dependência com instituições financeiras.

A Companhia encerrou os exercícios de 2020, 2019 e 2018 com saldos de capital de terceiros consolidados de R\$ 2,8 milhões, R\$ 2,2 bilhões e R\$ 2,6 bilhões, respectivamente. Destes montantes, os empréstimos e financiamentos brutos consolidados representavam R\$ 713,5 milhões, R\$ 677,5 milhões e R\$ 1.027,8 milhões, respectivamente.

Endividamento total

Endividamento - Consolidado (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de					
	2020	AV	2019	AV	2018	AV
Passivo circulante	1.220.159	44%	782.357	35%	1.129.665	44%
Empréstimos e financiamentos	340.730	12%	177.566	8%	477.918	18%
Outros	879.429	32%	604.791	27%	651.747	26%
Passivo não circulante	1.549.099	56%	1.450.521	65%	1.467.023	56%
Empréstimos e financiamentos	372.810	13%	499.982	22%	549.928	21%
Outros	1.176.289	42%	950.539	43%	917.095	35%
Passivo total	2.769.258	100%	2.232.878	100%	2.596.688	100%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, a abertura dos empréstimos e financiamentos da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	Moeda	Indexador ¹	Saldo em 31 de dezembro de		
			2020	2019	2018
BNDES	R\$	TJLP + 1,40% a.a.	4.810	14.433	21.237
BNDES	R\$	IPCA + 2,14% a.a.	29.195	24.570	10.037
BNDES	R\$	TJLP + 1,87% a.a.	21.662	16.832	7.308
BNDES	R\$	SELIC + 2,36% a.a.	2.139	4.856	7.200
BNDES	R\$	TJLP + 2,23% a.a.	1.698	3.962	6.206
Capital de giro	USD	6,25% a.a.	-	4.019	29.996
Capital de giro	AR\$	65,08% a.a.	-	-	10.895

Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	Moeda	Indexador ¹	Saldo em 31 de dezembro de		
			2020	2019	2018
Capital de giro	AR\$	56,00%	1	6.147	9.086
Capital de giro	AR\$	51,39%	-	-	59
Capital de giro	R\$	CDI + 1,25% a.a.	106.938	108.047	-
Capital de giro	R\$	CDI + 3,50% a.a.	81.229	-	-
Capital de giro	R\$	CDI + 3,58% a.a.	128.215	-	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 2,50% a.a.	-	-	112.923
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 3,62% a.a.	-	-	74.625
Cédula de crédito bancário	R\$	8,10% a.a.	-	-	46.177
Comprar	R\$	8,23% a.a.	-	-	23.592
Debêntures - 2ª emissão	R\$	CDI + 2,00% a.a.	-	50.010	151.872
Debêntures - 3ª emissão	R\$	CDI + 3,50% a.a.	-	-	51.862
Debêntures - 4ª emissão	R\$	CDI + 2,15% a.a.	138.862	155.805	356.058
Debêntures - 5ª emissão	R\$	CDI + 1,25% a.a.	198.791	200.335	-
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 2,50% a.a.	-	49.734	49.902
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 3,65% a.a.	-	-	9.308
Notas promissórias	R\$	CDI + 2,50% a.a.	-	38.798	49.503
Total			713.540	677.548	1.027.847

¹Indexadores referentes ao último período apresentado

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, exceto pelas relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantinha qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no subitem (i) acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

A Companhia esclarece que não há qualquer grau de subordinação entre as suas dívidas bancárias contraídas durante os três últimos exercícios sociais, exceto por aquelas dívidas com garantia real, as quais gozam de preferência sobre outras dívidas em caso de falência, até o limite da garantia real constituída. O modo de pagamento de cada uma das dívidas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

Em 31 de dezembro de 2020, a totalidade do saldo dos financiamentos da Controladora junto ao BNDES para modernização da planta da unidade de Cubatão equivalia a R\$ 3,8 milhões (R\$ 8,8 milhões em 2019) e é garantida por terrenos, edificações e equipamentos da Controladora, sendo os únicos financiamentos contratados com garantia real. Para a modernização da planta de PVC da unidade de Santo André, o saldo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 34,0 milhões (R\$ 23,4 milhões em 2019).

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor

vem cumprindo essas restrições

A Companhia assumiu certos compromissos (*covenants*) relacionados a contratos de financiamentos, estabelecendo obrigações quanto à manutenção de índices financeiros, como demonstrado na tabela abaixo. Esses compromissos são usuais em operações de mesma natureza e não limitam a capacidade de condução dos negócios da Companhia. Abaixo está apresentado o resumo das garantias e dos *covenants* consolidados das linhas de financiamento da Companhia.

Credor	Indexador	Saldo em 31/12/2020 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
BNDES	TJLP + 1,40% a.a.	4.810	Fiança bancária	Sem covenants financeiros
BNDES	IPCA + 2,14% a.a.	29.195	Aval da Companhia	Sem covenants financeiros
BNDES	TJLP + 1,87% a.a.	21.662	Aval da Companhia	Sem covenants financeiros
BNDES	SELIC + 2,36% a.a.	2.139	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente $\geq 0,8$; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
BNDES	TJLP + 2,23% a.a.	1.698	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente $\geq 0,8$; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
Debêntures 4ª emissão	CDI + 2,15% a.a.	138.862	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures 5ª emissão	CDI + 1,25% a.a.	198.791	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.

¹ EBITDA, conforme instrumento de escritura particular da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia, de 22 de março de 2018, bem como instrumento de escritura particular da 5ª emissão de debêntures

simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia, de junho de 2019, corresponde ao lucro operacional consolidado da Companhia adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações; e excluindo-se (a) receitas não operacionais; e (b) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

A não observância dos indicadores relacionados na coluna *covenants* acarreta o vencimento antecipado da dívida. Até o presente momento, a Companhia está adimplente com os compromissos assumidos em seus contratos.

Em 2020, não houve correspondente ao indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia dado que dívida líquida estava negativa em R\$ 400,2 milhões. Em 2019, o indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia foi de 0,28x e, em 2018, o indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia foi de 0,17x.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um saldo ainda não utilizado/liberado de cerca de R\$ 17,8 milhões, referentes aos contratos de financiamentos já contratados com o BNDES.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Demonstrações de Resultado	Consolidado							
(R\$ mil)	2020	AV	2019	AV	2018	AV	AH 2020 x 2019	AH 2019 x 2018
Receita operacional líquida	3.868.223	100%	3.048.730	100%	3.469.133	100%	27%	-12%
Custo dos produtos vendidos – CPV	(2.533.636)	65%	(2.231.876)	73%	(2.209.155)	64%	14%	1%
Lucro bruto	1.334.587	35%	816.854	27%	1.259.978	36%	63%	-35%
Margem bruta	35%	-	27%	-	36%	-	8 p.p.	-9 p.p.
Despesas com vendas	(175.387)	5%	(153.097)	5%	(151.203)	4%	15%	1%
Despesas gerais e administrativas	(381.393)	10%	(280.737)	9%	(247.578)	7%	36%	13%
Resultado de equivalência patrimonial	(2.342)	-	(6.507)	-	941	-	-64%	-
Outras receitas (despesas) oper, líquidas	(26.945)	-1%	21.018	1%	(31.496)	1%	-	-
Lucro antes do resultado financeiro	748.520	19%	397.531	13%	830.642	24%	88%	-52%
Resultado financeiro líquido	(147.363)	4%	(140.921)	5%	(153.905)	4%	5%	-8%
Lucro antes do IR e CSLL	601.157	16%	256.610	8%	676.737	20%	134%	-62%
Provisão para IR e CSLL	(230.942)	6%	(84.252)	3%	(129.297)	4%	174%	-35%
Lucro (prejuízo) líquido	370.215	10%	172.358	6%	547.440	16%	115%	-69%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada, em 2020, foi de R\$ 3.868,2 milhões, 26,9% superior ao ano de 2019, resultante do aumento no volume de vendas e do preço internacional de PVC, além do incremento

do comercializado de soda/cloro e derivados. Em 2019, a receita operacional líquida foi de R\$ 3.048,7 milhões, redução de 12% em relação a 2018, sendo tal variação decorrente, principalmente, da queda relevante nos preços médios de venda da soda cáustica, nos volumes comercializados, bem como na menor utilização da capacidade das plantas de PVC e seu efeito negativo no preço. Em 2018, a receita líquida consolidada foi de R\$ 3.469,1 milhões, superior em 15% em relação a 2017, variação decorrente, principalmente, do aumento dos preços médios de venda, refletindo o comportamento do preço da soda no mercado internacional, além do efeito do crescimento da taxa média do câmbio.

Custo dos produtos vendidos – CPV

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 2.533,6 milhões, crescimento de 13,5% em relação a 2019, resultante, principalmente, do aumento do volume de vendas de soda cáustica e PVC e do custo dos principais insumos, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, cujo impacto afeta parcialmente o CPV. Em 2019, o CPV foi de R\$ 2.231,9 milhões, apresentando aumento de 1,0% em relação a 2018. O aumento do preço dos insumos e matérias-primas, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, foi o principal responsável pelo crescimento no CPV no ano de 2019, parcialmente compensado pela reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no Brasil no 2º semestre de 2018, devido à uniformização de critérios e sistemas. Em 2018, o CPV consolidado foi de R\$ 2.209,1 milhões, crescimento de 4% em relação a 2017, sendo tal variação influenciada pelo aumento nos preços dos insumos e matérias-primas, principalmente do etileno, gás natural e sal.

Lucro bruto e margem bruta

O lucro bruto consolidado foi de R\$ 1.334,6 milhões, crescimento de 63,4% em relação a 2019, devido, principalmente, ao crescimento da receita. Tal lucro bruto corresponde a uma margem de 35% em relação à receita líquida. Em 2019, o lucro bruto consolidado foi de R\$ 816,9 milhões em 2019, com uma margem bruta de 27%, sendo tal redução de 35% em relação a 2018 decorrente, principalmente, da queda da receita. Em 2018, o lucro bruto foi de R\$ 1.260,0 milhões, representando aumento de 39% em relação a 2017, decorrente de um crescimento da receita superior ao crescimento do CPV.

Despesas com vendas

As despesas com vendas consolidadas foram de R\$ 175,4 milhões, 14,6% superior em relação a 2019, em função do maior volume de vendas no acumulado do ano. As despesas com vendas somaram R\$ 153,1 milhões em 2019, aumento de 1% em relação a 2018, em função, principalmente, da utilização da tabela nacional de frete divulgada pela ANTT. Em 2018, as despesas com vendas foram de R\$ 151,2 milhões, redução de 14% em relação a 2017, reflexo do menor volume de vendas na unidade de Cubatão.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas consolidadas foram de R\$ 381,4 milhões, 35,9% superior a 2019, decorrente do exercício do plano de outorga de ações ocorrido no 1T20, que correspondeu a uma despesa de R\$ 48,0 milhões (com efeito caixa de R\$ 24,0 milhões), de despesas pontuais com honorários advocatícios e serviços de consultoria relacionadas ao fechamento do processo de constituição da Tucano Holdings. As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 280,7 milhões em 2019, aumento de 13% em relação a 2018, sendo tal aumento resultante, sobretudo, da reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no Brasil no montante de R\$ 30,8 milhões. Em

2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 247,6 milhões, crescimento de 25% em relação a 2017. Tal variação foi resultante, principalmente, do incremento da amortização da mais valia, decorrente da revisão da estimativa de vida útil dos bens da controlada Unipar Indupa S.A.I.C., que gerou uma despesa de R\$ 29,0 milhões em 2018, bônus atrelados a superação da meta EBITDA da Companhia e incentivos culturais com benefício fiscal.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, em 2020, registraram uma despesa de R\$ 26,9 milhões, enquanto 2019 registrou uma receita de R\$ 21,0 milhões, devido, principalmente, ao registro de ativo contingente referente à ação frente à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. no quarto trimestre de 2019. Em 2018, a despesa foi de R\$ 31,5 milhões, redução de 69% em relação a 2017, devido, principalmente, à receita referente ao ajuste de preço de aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. de R\$ 48,9 milhões no primeiro trimestre de 2018, reversão de provisão de empréstimo antigo com acordo homologado no terceiro trimestre de 2018, no valor de R\$ 23,0 milhões e provisão para reestruturação constituída no início de 2017 para consolidação da Unipar Indupa S.A.I.C., sem correspondência em 2018, parcialmente compensado pela constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 46,3 milhões de clientes, em especial, na Argentina.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial consolidado foi negativo em R\$ 2,3 milhões em 2020, referente ao resultado da participação na empresa de energia Solalban, impactado pela aplicação do ajuste por hiperinflação da Argentina (IAS 29). Em 2019, tal resultado foi negativo em R\$ 6,5 milhões e, em 2018, foi de R\$ 0,9 milhão positivo.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido, em 2020, foi negativo em R\$ 147,4 milhões, 4,6% superior a 2019, impactado pela variação cambial R\$/US\$. Em 2019, tal resultado foi negativo em R\$ 140,9 milhões, redução de 8,4% em relação a 2018 devido, principalmente, ao impacto da desvalorização do câmbio na dívida com terceiros, cujo efeito foi parcialmente compensado pelo efeito da aplicação do IAS 29 referente à hiperinflação na Argentina. Em 2018, o resultado foi de R\$ 153,9 milhões negativos, crescimento de 64% em relação a 2017, sendo tal variação explicada, principalmente, pela variação cambial sobre débitos com terceiros. Esta exposição em moeda estrangeira é controlada pela Companhia, que tem cerca de 80% de sua receita atrelada à mesma moeda, absorvendo assim impactos negativos sobre este débito. Estas despesas financeiras foram parcialmente compensadas pela receita do efeito de aplicação da hiperinflação na Argentina.

Provisão para IR e CSLL

Exceto quanto à equivalência patrimonial, que não gera efeitos de Imposto de Renda (“IR”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), todos os demais fatores listados anteriormente contribuem para explicar a variação na despesa de IR e CSLL especialmente o lucro. Adicionalmente, há o impacto das constituições de créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em 2020, a provisão para IR e CSLL foi de R\$ 230,9 milhões e de R\$ 84,3 milhões em 2019 e de R\$ 129,3 milhões em 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

Ativo (R\$ mil)	Consolidado						AH 2020	AH 2019
	2020	AV	2019	AV	2018	AV	x 2019	x 2018
Circulante	1.880.619	42%	1.207.780	32%	1.600.103	39%	56%	-25%
Caixa e equivalentes de caixa	924.852	21%	301.525	8%	201.542	5%	207%	50%
Aplicações financeiras	188.908	4%	213.158	6%	659.939	16%	-11%	-68%
Contas a receber de clientes	534.092	12%	381.822	10%	449.321	11%	40%	-15%
Impostos a recuperar	29.165	1%	48.858	1%	65.201	2%	-40%	-25%
Estoques	189.238	4%	209.591	6%	198.621	5%	-10%	6%
Despesa antecipada	1.876	-	2.479	-	2.018	-	-24%	23%
Outros ativos circulantes	12.488	-	50.347	1%	23.461	1%	-75%	115%
Não circulante	2.627.678	58%	2.511.041	68%	2.442.527	60%	5%	3%
Ativo Realizável a Longo Prazo	313.429	7%	306.504	8%	223.849	6%	2%	37%
Impostos a recuperar	15.073	-	11.318	-	15.848	-	33%	-29%
Estoques	69.714	2%	52.923	1%	43.819	1%	32%	21%
Depósitos Judiciais	53.361	1%	47.305	1%	41.436	1%	13%	14%
IR e CSLL diferidos	142.971	3%	172.339	5%	100.123	2%	-17%	72%
Outros ativos não circulantes	32.310	1%	22.619	1%	22.623	1%	-	-
Investimentos	66.961	1%	13.325	-	12.594	-	403%	6%
Imobilizado	1.949.684	43%	1.890.717	51%	1.906.835	47%	3%	-1%
Intangível	297.604	7%	300.495	8%	299.249	7%	-1%	-
Total do ativo	4.508.297	100%	3.718.821	100%	4.042.630	100%	21%	-8%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do ativo e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

A conta de caixa e equivalentes de caixa consolidada somou, em 2020, o montante de R\$ 924,9 milhões, resultante, principalmente da geração de caixa operacional da Companhia. Em 2019, a conta de caixa e equivalentes de caixa somou R\$ 301,5 milhões dada a geração de caixa da Companhia. Em 2018, era de R\$ 201,5 milhões, devido à geração de caixa da Companhia e reforço de caixa através de emissão de debêntures.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, totalizavam R\$ 188,9 milhões, sendo 100% em cotas de fundos de investimento. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras somaram

R\$ 213,2 milhões (R\$ 127,3 milhões em cotas de fundos de investimentos e R\$ 85,9 milhões em certificados de depósitos bancários). Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras somaram R\$ 659,9 milhões (R\$ 599,3 milhões investimentos cotas de fundos, R\$ 58,6 milhões em certificados de depósitos bancários e R\$ 2 milhões em outros tipos de aplicações).

Contas a receber de clientes e estoques

O saldo de contas a receber de clientes consolidada somou R\$ 534,1 milhões em 2020, crescimento de 40% em relação ao ano de 2019 devido, principalmente, ao período de pandemia. O saldo de estoques ficou em R\$ 189,3 milhões em 2020. Em 2019, o saldo de contas a receber era de R\$ 381,8 milhões e o saldo de estoque de R\$ 209,6 milhões. Em 2018, o saldo de contas a receber era de R\$ 449,3 milhões e o saldo de estoque atingiu R\$ 198,6 milhões.

Impostos a recuperar

A conta de impostos a recuperar consolidado, em 2020, era de R\$ 29,2 milhões. Em 2019, o saldo de impostos a recuperar era de R\$ 48,9 milhões, sendo que, em 2018, o saldo de impostos a recuperar era de R\$ 65,2 milhões. Tal redução ocorreu devido, principalmente, pela compensação do imposto de renda e outros impostos em controlada.

Outros ativos circulantes

O saldo de outros ativos circulantes consolidado era de R\$ 12,5 milhões em 2020. Em 2019, o saldo de outros ativos circulantes consolidados foi de R\$ 50,3 milhões e de R\$ 23,6 milhões em 2018, dentro dos quais estão incluídos adiantamento a fornecedores e colaboradores e seguros.

Ativo não circulante

Impostos de renda e contribuição social diferidos

O saldo de IR e CSLL diferidos, em 2020, era de R\$ 143,0 milhões, abaixo do valor registrado em 2019 de R\$ 172,3 milhões devido, principalmente, ao efeito do término da compensação do prejuízo fiscal em controlada da Companhia. Em 2018, o esse mesmo saldo era de R\$ 100,1 milhões.

Investimentos

A conta de investimentos consolidado se refere à controlada indireta da Companhia Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país e, 2020, passou a incluir a joint venture de controle compartilhado para geração de energia eólica – Tucano Holdings. Em 2020, registrou R\$ 67,0 milhões, R\$ 13,3 milhões em 2019 e R\$ 12,6 milhões em 2018.

Imobilizado

O saldo da conta de imobilizado consolidada era de R\$ 1.949,7 milhões em 2020, aumento de 3% em relação ao saldo de R\$ 1.890,7 milhões em 2019, devido aos investimentos realizados no período, parcialmente compensados pela depreciação no mesmo período. Em 2018, o saldo era de R\$ 1,906,8 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado						AH 2020	AH 2019
	2020	AV	2019	AV	2018	AV	x 2019	x 2018
Circulante	1.220.159	27%	785.077	21%	1.129.665	28%	55%	-31%
Fornecedores	238.342	5%	182.468	5%	193.972	5%	31%	-6%
Empréstimos	340.730	8%	177.566	5%	477.918	12%	92%	-63%
Salários e encargos	120.632	3%	63.002	2%	89.780	2%	91%	-30%
Imposto de renda e contrib. social	117.336	3%	40.476	1%	57.572	1%	190%	-30%
Outros impostos e contrib. a pagar	97.870	2%	32.822	1%	30.182	1%	198%	9%
Dividendos a pagar	23.459	1%	54.437	1%	38.720	1%	-57%	41%
Energia Elétrica	185.386	4%	174.180	5%	181.562	4%	6%	-4%
Débito com terceiros	1.950	-	300	-	199	-	550%	51%
Passivo ambiental	19.491	-	13.542	-	4.522	-	44%	199%
Outros passivos circulantes	74.963	2%	46.284	1%	55.238	1%	62%	-16%
Não circulante	1.549.099	34%	1.450.521	39%	1.467.023	36%	7%	-1%
Empréstimos	372.810	8%	499.982	13%	549.928	13%	-25%	-9%
Salários e encargos sociais	3.779	-	4.315	-	2.498	-	-12%	73%
Outros impostos e contribuições a pagar	46.454	1%	-	-	386	-	-	-
IR e CSLL dif	317.912	7%	296.628	8%	273.968	7%	7%	8%
Obrigações com benef. empregados	56.318	1%	50.250	1%	43.200	1%	12%	16%
Demandas Judiciais	35.731	1%	41.392	1%	49.410	1%	-14%	-16%
Passivo ambiental	4.581	-	6.566	-	17.346	-	-30%	-62%
Débito com terceiros	711.015	16%	551.388	15%	530.287	13%	29%	4%
Outros passivos não circulantes	499	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	2.769.258	61%	2.235.598	60%	2.596.688	64%	24%	-14%
Patrimônio líquido	1.739.039	39%	1.483.223	40%	1.445.942	35%	17%	3%
Capital social	699.002	16%	699.002	19%	474.415	12%	-	47%
Ações em tesouraria	(1.154)	-	(101.459)	-3%	(33.221)	1%	-99%	205%
Reserva de lucros	804.599	18%	736.249	20%	872.230	22%	9%	-16%
Outros resultados abrangentes	222.560	5%	139.261	4%	34.096	1%	60%	308%
Participação dos acionistas não controladores	14.032	-	10.170	-	98.422	2%	38%	-90%
Total do passivo e patrimônio líquido	4.508.297	100%	3.718.821	100%	4.042.630	100%	21%	-8%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do passivo e do patrimônio líquido e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores consolidado, em 2020, era de R\$ 238,3 milhões, acima do valor de R\$ 182,5 milhões registrado em 2019 decorrente, principalmente, do maior volume de produção e vendas no ano. Em 2018, este saldo foi de R\$ 194,0 milhões.

Empréstimos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo somaram R\$ 340,7 milhões em 2020, aumento de 92% em relação a 2019, devido à captação de recursos financeiros para reforço de caixa. Em 2019, o saldo era de R\$ 177,6 milhões e de R\$ 477,9 milhões em 2018. A redução entre os anos de 2018 e 2019 foi devido à amortização de empréstimos de capital de giro e debêntures ao longo de 2019.

Salários e encargos

O saldo de salários e encargos, em 2020, atingiu o valor de R\$ 120,6 milhões devido, principalmente, ao aumento na provisão de salários e encargos, enquanto 2019 registrou um valor de R\$ 63,0 milhões. Em 2018, o saldo era de R\$ 89,8 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

A conta de IR e CSLL encerrou o ano de 2020 em R\$ 117,3 milhões, acima do valor de R\$ 40,5 milhões registrado em 2019, devido, principalmente, ao efeito do término da compensação do prejuízo fiscal em controlada da Companhia e de melhor resultado da Companhia no ano. Em 2018, o saldo era de R\$ 57,6 milhões.

Outros impostos e contribuições a pagar

O saldo de outros impostos e contribuições a pagar, em 2020, era de R\$ 97,9 milhões, acima do valor registrado em 2019 de R\$ 32,8 milhões, decorrente da adesão da Companhia, em 2020, ao parcelamento do ICMS regulamentado através de decreto devido ao período de pandemia. Em 2018, o saldo era de R\$ 30,2 milhões, em linha com o ano de 2019.

Dividendos a pagar

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não efetuou nenhum pagamento de juros sobre o capital próprio.

Para o exercício de 2020, houve a distribuição de dividendos intermediários, aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2020, no valor total de R\$ 72,0 milhões. O valor total apurado como dividendos obrigatórios (25%) para o exercício de 2020 é de R\$ 87,3 milhões, sendo que a distribuição dos R\$ 15,3 milhões remanescentes serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 20 de abril de 2020. Na mesma assembleia, também, será deliberado o pagamento de dividendos extraordinários no valor de R\$ 96,4 milhões, à conta de reserva de lucros a realizar. Sendo assim, o montante total proposto para distribuição total de dividendos do ano é de R\$ 183,7 milhões, dos quais \$ 72,0 milhões já foram pagos.

Para o exercício de 2019, foi apurado um dividendo obrigatório de R\$ 41,2 milhões, os quais foram deliberados através de Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de abril de 2020, nos termos e forma autorizados pelo artigo 2º da Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020, e pagos a partir de 22 de abril de 2020.

Em 2018, houve a deliberação de dividendos intermediários antecipado relativos ao exercício de 2018, de R\$ 100,0 milhões e uma deliberação de dividendos adicionais de lucros a realizar de exercícios anteriores no montante de R\$ 20,5 milhões. Para o exercício de 2018, foi apurado um dividendo obrigatório de R\$ 125,4 milhões, dos quais R\$ 100,0 milhões foram pagos em outubro de 2018 e o restante, em abril de 2019.

Energia elétrica

Em 2015, o saldo a pagar de energia elétrica da Controladora foi de R\$ 41 milhões, no qual houve um acréscimo no valor aproximado de R\$ 29 milhões. A publicação inicial dos valores da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), relativos ao período de agosto de 2015 a julho de 2016, indicava alta majoração destes encargos, o que levou a Companhia e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança do encargo com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”).

No início do terceiro trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia provisiona integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetua os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2020, os respectivos processos permaneciam em andamento.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao ano de 2019 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela ABRACE. Não houve concessão de liminar e a sentença foi improcedente.

A Companhia, por intermédio da ABRACE, ajuizou ação tendo por objeto a declaração de inexigibilidade do pagamento da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, relativa à indenização de que trata o artigo 15, §2º, da Lei nº 12.783/2013.

A liminar foi deferida parcialmente *“para determinar que a ANEEL exclua a parcela dita de “remuneração” da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização”*, sendo certo que a Companhia mantém provisão dos valores. A sentença foi improcedente. Em razão disso, a Companhia já está recolhendo os valores que deixaram de ser pagos em razão da liminar deferida. Referido pagamento vem sendo realizado

mensalmente na forma de um acréscimo na conta mensal de consumo.

Débitos com terceiros

Em 2020, conforme apontado no item 10.1.c, o débito com terceiros consolidado correspondia a parte da dívida da Controlada com Solvay Vinyls Holding AG no curto prazo, no valor de R\$ 2,0 milhões, referente a pagamento de juros (R\$ 300 mil em 2019 e R\$ 199 mil em 2018). As alterações nos saldos são decorrentes das variações cambiais, dado que o débito com terceiros é em moeda estrangeira (dólar norte-americano).

Passivo ambiental

O saldo de passivo ambiental consolidado, em 2020, era de R\$ 19,5 milhões e de R\$ 13,5 milhões em 2019. O aumento representativo ocorreu entre os anos 2018, cujo saldo era de R\$ 4,5 milhões, e 2019, devido à transferência entre curto e longo prazo de tal passivo.

Outros passivos circulantes

O saldo de outros passivos circulantes era de R\$ 75,0 milhões em 2020, R\$ 46,3 milhões em 2019 e de R\$ 55,2 milhões em 2018. Tais saldos são compostos, principalmente, por despesas alfandegárias, provisões de fretes e adiantamentos de clientes.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Em 2020, os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidados somaram R\$ 372,8 milhões, enquanto 2019 apresentou um saldo de R\$ 500,0 milhões e de R\$ 550,0 milhões em 2018. A variação foi decorrente da transferência de longo prazo para curto prazo de alguns financiamentos, parcialmente compensados por captações (capital de giro e debêntures) realizadas nestes anos.

Outros impostos e contribuições a pagar

Em 2020, o saldo de IR e CSLL era de R\$ 46,5 milhões, enquanto 2019 apresentava saldo zero e, em 2018, tinha saldo de R\$ 0,4 milhão. A constituição deste saldo em 2020 foi decorrente do parcelamento do ICMS realizado, com prazo de 5 anos.

IR e CSLL diferidos

Em 2020, 2019 e 2018, as principais movimentações desta rubrica foram a constituição de créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de anos anteriores, créditos de diferenças temporárias relacionadas a contingências, acréscimo dos saldos de impostos diferidos passivos, inerentes à diferença de taxas de depreciação contábil e fiscal, e utilização dos créditos fiscais relacionados à incorporação da Controlada Unipar Indupa S.A.I.C. Os saldos em 2020, 2019 e 2018 foram de R\$ 317,9 milhões, R\$ 296,6 milhões e R\$ 274,0 milhões, respectivamente.

Obrigações com benefícios aos empregados

Em 2020, o saldo da conta de obrigações com benefícios aos empregados era de R\$ 56,3 milhões e de R\$ 50,3 milhões em 2019 e de R\$ 43,2 milhões em 2018. A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como

taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto etc. Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Demandas judiciais

Em 2020, o saldo de demandas judiciais consolidado era de R\$ 35,7 milhões, enquanto, em 2019, era de R\$ 41,4 milhões e, em 2018, era de R\$ 49,4 milhões. A Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classifica a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em “provável”, “possível” e “remota”. Para as causas consideradas “prováveis” são constituídas provisões.

Débitos com terceiros

Em 2020, o débito consolidado correspondia à dívida da Controlada com a Solvay Vinyls Holding AG, conforme explicado no item 10.1.c, o qual, no longo prazo, era de R\$ 711,0 milhões. Em 2019, era de R\$ 551,4 milhões e, em 2018, de R\$ 530,3 milhões. As alterações nos saldos são decorrentes das variações cambiais, dado que o débito com terceiros é em moeda estrangeira (dólar norte-americano).

Passivo ambiental

O saldo de passivo ambiental consolidado, em 2020, era de R\$ 4,6 milhões. Em 2019, era de R\$ 6,6 milhões e de R\$ 17,3 milhões em 2018, sendo tal variação decorrente da transferência de saldos do longo para o curto prazo.

FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de Caixa (R\$ mil)	Consolidado			AH 2020 x	AH 2019 x
	2020	2019	2018	2019	2018
Caixa líquido nas atividades operacionais	1.068.636	454.991	892.266	135%	-49%
Caixa líquido nas atividades de investimento	(151.062)	292.134	(536.321)	-	-
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(288.158)	(754.980)	(235.681)	-62%	204%
Efeito var. cambial sobre caixa e equiv. de caixa	(6.089)	107.838	2.719	-	3.866%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	623.327	99.983	122.983	523%	-19%

Atividades operacionais

Em 2020, o caixa líquido consolidado gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 1.068,6 milhões, 135% acima do valor gerado em 2019 (R\$ 455,0 milhões), resultante do aumento da receita consolidada com aumento no volume de vendas e do preço internacional do PVC, além do incremento da comercialização de soda/cloro. Na comparação 2019 x 2018, houve queda na geração líquida, sendo tal redução resultante de queda na receita e preço de venda dos produtos da Unipar.

Atividades de investimentos

Em 2020, o caixa líquido consolidado gerado nas atividades de investimento foi negativo em R\$ 151,1 milhões com aporte de capital em empresa investida (Tucano Holdings) e aplicações em imobilizado e intangíveis. Em 2019, a geração foi positiva em R\$ 292,1 milhões, devido, principalmente, às aplicações

financeiras líquidas de resgate no período, enquanto que, em 2018, foram aplicados R\$ 536,3 milhões.

Atividades de financiamento

Em 2020, foram aplicados R\$ 288,2 milhões nas atividades de financiamento devido à amortização de debêntures, empréstimos e notas promissórias, pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos e recompra de ações de própria emissão, parcialmente compensados pela captação de R\$ 203,0 milhões em financiamento bancário para fazer frente a possíveis necessidades financeiras provenientes da pandemia. Em 2019, houve a aplicação de R\$ 716,8 milhões nas atividades de financiamento devido ao relevante montante de amortização de empréstimos e debêntures e pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos. Em 2018, o desembolso foi de R\$ 235,7 milhões.

10.2 – Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro e derivados de cloro, soda cáustica e PVC, através de três plantas localizadas nos municípios de Cubatão (SP-Brasil), Santo André (SP-Brasil) e Bahía Blanca (Argentina), sendo sua receita composta por estes três produtos e seus derivados.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida consolidada da Companhia para os períodos indicados:

Receita Líquida (R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
	Receita	% da Receita	Receita	% da Receita	Receita	% da Receita
	Líquida	Líquida	Líquida	Líquida	Líquida	Líquida
Produção de soda, cloro e derivados de cloro e PVC	3.868.223	100,0%	3.048.730	100,0%	3.469.133	100,0%

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos últimos três exercícios sociais estão descritos no item 10.1 desse Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é decorrente da condição oferta-demanda, basicamente, no mercado interno, responsável pela quase totalidade do destino de vendas.

Apesar de, em algumas situações, ser possível repassar efeitos de inflação aos preços de venda, não há uma indexação preponderante e direta dos preços de venda a índices de inflação.

Aproximadamente 80% da receita operacional da Companhia é referenciada à cotação dos preços da soda cáustica e PVC no mercado internacional em dólar norte-americano e o restante, à cotação de preços no mercado interno em real.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O resultado das operações pode ser afetado pela inflação, dado que, mesmo as receitas não estando indexadas diretamente aos índices de inflação (IGP-M, INPC, IPC-A etc.), os custos operacionais tendem a acompanhar tais índices.

Em relação à exposição cambial, é válido destacar a influência do etileno, item primordial no processo de produção do PVC, que tem referência em dólares norte-americanos. Sendo assim, pode haver variação nos preços desta matéria-prima em virtude de oscilações de moeda estrangeira, assim como no sal, em

menor escala. Cerca de 30% do custo dos produtos vendidos está atrelado ao dólar norte-americano. A Companhia possui uma estratégia defensiva de gerenciamento de risco de variação cambial, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia.

Com relação à exposição a taxas de juros, grande parte da dívida da Companhia está indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), conforme demonstrado no item 10.1 acima. Neste sentido, variações positivas ou negativas nesta taxa podem afetar o resultado financeiro de forma significativa, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia. A Companhia possui, também, um débito com terceiros em moeda estrangeira no valor de US\$ 136,0 milhões, conforme descrito no item 10.1.d acima.

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em setembro de 2020 a Companhia concluiu a formação de joint venture com a AES Tietê Energia S.A. (“AES Tietê”), através da aquisição de 50% das ações da Tucano Holdings III (“Tucano Holdings”) com controle compartilhado com a AES Tietê. O Acordo de Investimento tem o objetivo a geração total de 155 MW de energia eólica, equivalentes a 78 MW médios de energia assegurada. A fazenda eólica está em construção e faz parte do complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia.

Em 2019, dando continuidade ao processo de aquisição em etapas, a Unipar lançou uma segunda oferta pública para aquisição de até a totalidade das demais ações em circulação, representativas do capital social da Unipar Indupa S.A.I.C, com finalidade de cancelamento do registro de companhia aberta (“OPA”). A operação foi aprovada pela Comissão Nacional de Valores (“CNV”), iniciada em 14 de agosto de 2019 e finalizada em 30 de dezembro de 2019. Com adesão à oferta e aquisições no mercado, a OPA resultou em uma aquisição total de 44.200.801 ações ordinárias representativas de 10,68% do capital. O valor pago aos acionistas, decorrentes da OPA, foi efetuado em 29 de novembro de 2019, ao preço de AR\$ 25,01 (pesos argentinos) por ação. Com o resultado das etapas de aquisição, a Companhia passou a deter um total de 407.823.544 ações do total de 414.283.186 ações, o que representa um percentual de participação de 98,4% (87,7% em 31 de dezembro de 2018) do capital votante da controlada.

c. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou às suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases presentes no parecer do auditor nos últimos três exercícios sociais.

10.5 – Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando os resultados reais forem conhecidos são apresentadas abaixo:

Tributos

Os tributos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Pode haver casos em que as normas fiscais não são suficientemente claras em relação à sua aplicação. Adicionalmente, o resultado de julgamentos em tribunais superiores pode criar jurisprudência que difira do tratamento tributário atualmente adotado pela Companhia. Também há a possibilidade de as próprias autoridades fiscais emitirem orientações posteriores que esclareçam a aplicação de alguns tributos. Entre outras, estas são situações que podem levar a Companhia a alterar suas estimativas em relação ao pagamento de tributos.

Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade, etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto, etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria / desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia, na medida em que impacta o valor dos custos de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada, níveis de manutenção, desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

Provisões para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem como às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *Impairment* são os ativos imobilizado e intangível.

Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

Passivo Ambiental (recuperação ambiental)

A Companhia está exposta a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais. Em cumprimento às suas políticas internas sobre as questões ambientais, a Companhia se utiliza de especialistas para desenvolver estudos necessários para este fim.

A política contábil sobre este assunto é constituir um passivo quando este for possível de ser medido com certa razoabilidade. As características dos riscos envolvidos exigem estudos detalhados e a conclusão destes estudos é essencial para se estimar adequadamente os valores a serem desembolsados.

As controladas Unipar Indupa do Brasil S.A e Unipar Indupa S.A.I.C. têm custos estimados de recuperação ambiental em áreas específicas e continuam investigando outras áreas em suas plantas, para identificar, caso existam, danos ambientais causados por suas operações, conforme previsto no item 4.3 do Formulário de Referência da Companhia.

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv. Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10.7 – Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. Natureza e o propósito da operação**
- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10.8 – Plano de negócios

a. Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O atual programa de investimentos contempla basicamente a implantação de projetos voltados para a continuidade operacional e manutenção das instalações fabris, além das ações focadas na manutenção e aperfeiçoamento dos padrões de segurança operacional, preservação ambiental e saúde ocupacional.

Não há planos formais, aprovados por órgãos da Administração, definindo ações específicas que prevejam investimentos ou desinvestimentos relevantes na Controladora. Encontra-se, atualmente, em análise pela Companhia, o projeto de troca do processo de produção via células de mercúrio por células de membrana, principalmente no tocante ao montante de investimento necessário e data do início da operação.

Em novembro/2019, a Companhia divulgou a projeção de investimento (Capex) a ser dispendido para a construção de parque eólico no Nordeste, em parceria com AES Tietê Energia S.A., no montante total de R\$ 620,0 milhões, na qual a Companhia possui 50% de participação das ações da Tucano Holding III S.A.. O acordo de investimento foi celebrado em 3 de setembro de 2020, por meio do qual a Companhia adquiriu sua participação pelo montante de R\$ 40,1 milhões, dos quais R\$ 30,5 milhões foram pagos em dinheiro na data da assinatura do acordo e o saldo remanescente, de R\$ 9,6 milhões, serão pagos nos doze meses seguintes.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A responsabilidade de identificação e escolha das fontes de financiamento a custos atrativos é uma atribuição da Administração da Companhia. Na presente data, as principais fontes de financiamento da Companhia são geração de caixa operacional, capital do acionista e capital de terceiros por meio de financiamentos bancários e mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Além das informações já divulgadas sobre investimentos, não há informações complementares a divulgar.

c. Novos produtos e serviços:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados:

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10.9 – Outros fatores com influência relevante

A Companhia esclarece que não possui despesas com publicidade, patrocínios e convênios relevantes.

ANEXO III

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, CONTENDO, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-1-II DA ICVM 481/09, NOS TERMOS DO ARTIGO 9º, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

A Administração da Companhia disponibiliza abaixo as informações exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução nº 480, de 7 de dezembro 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme alterada (“ICVM nº 480/09”).

1. Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 367.666.128,17 (trezentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, cento e vinte e oito reais e dezessete centavos).

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Os dividendos obrigatórios (“Dividendos Obrigatórios”) e extraordinários (“Dividendos Extraordinários”) propostos (“Dividendos”) pela Administração totalizam R\$ 183.667.114,38 (cento e oitenta e três milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, cento e quatorze reais e trinta e oito centavos), sendo R\$ 1,8265297179 para cada ação ordinária, R\$ 2,0091826898 para cada ação preferencial classe “A” e R\$ 2,0091826898 para cada ação preferencial classe “B”.¹

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Os Dividendos Obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido ajustado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Se considerar os Dividendos Extraordinários, que serão distribuídos à conta de reserva de lucros a realizar para adequação da conta reserva, os Dividendos correspondem a 52,58% (cinquenta e dois inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento) do lucro líquido ajustado do exercício de 31 de dezembro de 2020, observado, todavia, que os Dividendos Extraordinários serão distribuídos com base nos lucros de outros exercícios, além do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

4. Montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A distribuição de Dividendos Extraordinários, à conta reserva de lucros a realizar para adequação da conta reserva, corresponde a R\$ 96.346.408,94 (noventa e seis milhões, trezentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e oito reais e noventa e quatro centavos), sendo R\$ 0,9582678608 para cada ação ordinária, R\$ 1,0540946469 para cada ação preferencial classe “A” e R\$ 1,0540946469 para cada ação preferencial classe “B”.²

¹ Os valores unitários correspondem à soma dos valores unitários calculados à época do pagamento dos dividendos antecipados e valores unitários calculados com base no Capital Social e quantidade de ações em tesouraria na data desta proposta (17 de março de 2021) para os dividendos a pagar.

² Valores unitários com base no Capital Social e quantidade de ações em tesouraria na data desta proposta (17 de março de 2021). Até a data de pagamento dos dividendos declarados, a proporção de ações preferenciais classe A e preferenciais classe B poderão ser alteradas em decorrência de conversões previstas no Estatuto Social da Companhia. Conforme artigo 30, §4º, da Lei das S.A., as ações em tesouraria não têm direito a dividendos e sua quantidade poderá ser alterada dado o Programa de Recompra de Ações de própria emissão aprovado em Conselho de Administração em 13 de maio de 2020.

5. Informações, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados, sobre:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:**

O valor bruto do total de Dividendos Obrigatórios a serem distribuídos com base no exercício de 2020, deduzidos dos valores já antecipados em 2020, é de R\$ 15.320.705,44 (quinze milhões, trezentos e vinte mil, setecentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos), sendo o valor unitário por ação de cada espécie e classe conforme abaixo:

- R\$ 0,1523807663 por ação ordinária, equivalente a R\$ 5.029.779,76 (cinco milhões, vinte e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos)²;
- R\$ 0,1676188430 por ação preferencial classe “A”, equivalente a R\$ 407.010,57 (quatrocentos e sete mil, dez reais e cinquenta e sete centavos)²;
- R\$ 0,1676188430 por ação preferencial classe “B”, equivalente a R\$ 9.883.915,11 (nove milhões, oitocentos e oitenta e três mil, novecentos e quinze reais e onze centavos).²

O valor bruto total de Dividendos Extraordinários é de R\$ 96.346.408,94 (noventa e seis milhões, trezentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e oito reais e noventa e quatro centavos), sendo o valor unitário por ação de cada espécie e classe conforme abaixo:

- R\$ 0,9582678608 por ação ordinária, equivalente a R\$ 31.630.476,80 (trinta e um milhões, seiscentos e trinta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta centavos)²;
- R\$ 1,0540946469 por ação preferencial classe “A”, equivalente a R\$ 2.559.543,13 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e quarenta e três reais e treze centavos)²;
- R\$ 1,0540946469 por ação preferencial classe “B”, equivalente a R\$ 62.156.389,01 (sessenta e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e nove reais e um centavo).²

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Caso aprovados na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) de 20 de abril de 2021, os Dividendos mencionados na alínea “a” deste item 5 e os Dividendos Extraordinários serão pagos à vista por meio de crédito em conta corrente, a partir do dia 30 de abril de 2021.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Não há incidência de atualização e juros sobre os Dividendos a serem declarados na AGO.

² Valores unitários com base no Capital Social e quantidade de ações em tesouraria na data desta proposta (17 de março de 2021). Até a data de pagamento dos dividendos declarados, a proporção de ações preferenciais classe A e preferenciais classe B poderão ser alteradas em decorrência de conversões previstas no Estatuto Social da Companhia. Conforme artigo 30, §4º, da Lei das S.A., as ações em tesouraria não têm direito a dividendos e sua quantidade poderá ser alterada dado o Programa de Recompra de Ações de própria emissão aprovado em Conselho de Administração em 13 de maio de 2020.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Os Dividendos propostos deverão ser aprovados na AGO de 20 de abril de 2021, sendo essa mesma data considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento dos Dividendos mencionados na alínea “a” do item 5, acima e Dividendos Extraordinários. Desta forma, as ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos a partir do dia 22 de abril de 2021.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Do total dos Dividendos Obrigatórios, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado apurado no exercício social de 2020, R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais) foram declarados antecipadamente em 11 de novembro de 2020 na 652ª Reunião do Conselho de Administração como dividendos intermediários do lucro do exercício, e já pagos e distribuídos entre as espécies e classes de ações da seguinte maneira: (i) R\$ 23.629.781,57 (vinte e três milhões, seiscentos e vinte e nove mil, setecentos e oitenta e um reais e cinquenta e sete centavos) às ações ordinárias, correspondente a um dividendo de R\$ 0,7158810908 por ação ordinária; (ii) R\$ 2.000.043,41 (dois milhões, quarenta e três reais e quarenta e um centavos) às ações preferenciais classe “A”, correspondente a R\$ 0,7874691999 por ação preferencial classe “A”; e (iii) R\$ 46.370.175,02 (quarenta e seis milhões, trezentos e setenta mil, cento e setenta e cinco reais e dois centavos) às ações preferenciais classe “B”, correspondente a R\$ 0,7874691999 para cada ação preferencial classe “B”.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os pagamentos dos Dividendos antecipados, declarados em 11 de novembro de 2020, foram pagos a partir de 26 de novembro de 2020.

7. Tabela comparativa sobre:

a. O lucro líquido do exercício dos 3 (três) exercícios anteriores por ação de cada espécie e classe:

(Valores em R\$)	2020	2019	2018
Lucro líquido do exercício	367.666.128,17	173.504.704,06	528.040.314,24
Lucro líquido do exercício por ação			
<i>Ordinárias</i>	<i>3,6197</i>	<i>1,7420</i>	<i>5,6674</i>
<i>Preferenciais classe “A”</i>	<i>3,9824</i>	<i>1,9162</i>	<i>6,2342</i>
<i>Preferenciais classe “B”</i>	<i>3,9817</i>	<i>1,9162</i>	<i>6,2342</i>

b. Os dividendos e juros sobre capital próprio (“JCPs”) distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores por ação de cada espécie e classe:

	Ordinárias		Preferenciais classe “A”		Preferenciais classe “B”	
	Dividendos	JCPs	Dividendos	JCPs	Dividendos	JCPs
2020	1,8265	-	2,0092	-	2,0092	-
2019	0,3940	-	0,7146	-	0,4334	-
2018	1,6784	-	1,8463	-	1,8463	-

8. Informações sobre a destinação de lucros à reserva legal, a saber:

a. Montante destinado à reserva legal:

Em 31 de dezembro de 2020, o montante destinado à reserva legal foi de R\$ 18.383.306,41 (dezoito milhões, trezentos e oitenta e três mil, trezentos e seis reais e quarenta e um centavos).

b. Forma de cálculo da reserva legal:

Conforme inciso III do artigo 32 do Estatuto Social, 5% (cinco por cento) do lucro do exercício será destinado para formação de fundo de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

9. Com relação às ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrição da forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

As ações preferenciais classe “A” têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituído por esta classe de ação, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% (cento e dez por cento) do atribuído a cada ação ordinária. As ações preferenciais classe “B” têm direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária. Ainda, o Estatuto Social prevê o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, não cumulativo, que equivale a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.. O dividendo obrigatório compreende o dividendo prioritário das ações preferenciais classe “A”. Se o montante do dividendo obrigatório exceder dos dividendos prioritários das ações preferenciais classe “A”, o excesso será aplicado na seguinte ordem: (a) pagamento de dividendo às ações ordinárias e às ações preferenciais classe “B” até 10% (dez por cento) calculado sobre a parcela do capital social constituída pelas ações ordinárias e pelas ações preferenciais classe “B”, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, observado os direitos e vantagens atribuídos a cada espécie de ações; e (b) distribuição do dividendo adicional a todas ações, ordinárias e preferenciais, observados os direitos e vantagens atribuídos a cada espécie de ações.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

No ano de 2020, o lucro líquido apurado é suficiente para efetuar o pagamento integral dos dividendos mínimos.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo prioritário não é cumulativo.

d. Informações a respeito do valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:

O valor global total dos Dividendos Obrigatórios, a serem pagos pelas classes “A” e “B” de ações preferenciais é de R\$ 58.661.144,11 (cinquenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil, cento e quarenta e quatro reais e onze centavos), dos quais R\$ 48.370.218,43 (quarenta e oito milhões, trezentos e setenta mil, duzentos e dezoito reais e quarenta e três centavos) já foram pagos, sendo o valor global por cada classe de ações preferenciais conforme abaixo:

- R\$ 2.407.053,98 (dois milhões, quatrocentos e sete mil, cinquenta e três reais e noventa e oito centavos) para as ações preferenciais classe “A”, sendo que R\$ 2.000.043,41 (dois milhões, quarenta e três reais e quarenta e um centavos) já foram pagos e R\$ 407.010,57 (quatrocentos e sete mil, dez reais e cinquenta e sete centavos) serão pagos após a AGO; e
- R\$ 56.254.090,13 (cinquenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, noventa reais e treze centavos) para as ações preferenciais classe “B”, sendo que R\$ 46.370.175,02 (quarenta e seis milhões, trezentos e setenta mil, cento e setenta e cinco reais e dois centavos) já foram pagos e R\$ 9.883.915,11 (nove milhões, oitocentos e oitenta e três mil, novecentos e quinze reais e onze centavos) serão pagos após a AGO.

e. Informações a respeito dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O valor dos Dividendos Obrigatórios por ação preferencial de cada classe é:

- R\$ 0,9550880429 por preferencial classe “A”, dos quais R\$ 0,7874691999 já foram pagos e R\$ 0,1676188430 serão pagos após a AGO; e
- R\$ 0,9550880429 por preferencial classe “B”, dos quais R\$ 0,7874691999 já foram pagos e R\$ 0,1676188430 serão pagos após a AGO.

10. Com relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrição da forma de cálculo prevista no Estatuto Social:

O artigo 33 do Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A..

b. Informações a respeito de o dividendo obrigatório estar ou não sendo pago integralmente

Em 2020, está sendo proposto o pagamento do Dividendo Obrigatório em sua totalidade, assim como Dividendos Extraordinários.

c. Informações a respeito do montante eventualmente retido em razão da situação financeira da companhia

Nenhum montante foi retido em razão da situação financeira da Companhia.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

a. Montante da retenção:

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de retenção de dividendos obrigatórios.

b. Descrição, pormenorizada, da situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de retenção de dividendos obrigatórios.

c. Justificativa da retenção dos dividendos:

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de retenção de dividendos obrigatórios.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Montante destinado à reserva:

Não aplicável. Não há proposta de destinação do lucro líquido para reserva de contingências.

b. Identificação da perda considerada provável e sua causa:

Não aplicável. Não há proposta de destinação do lucro líquido para reserva de contingências.

c. Razão pela qual a perda foi considerada provável:

Não aplicável. Não há proposta de destinação do lucro líquido para reserva de contingências.

d. Justificativa da constituição da reserva:

Não aplicável. Não há proposta de destinação do lucro líquido para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Montante destinado para reserva de lucros a realizar:

Não aplicável. Não há proposta de destinação do lucro líquido para reserva de lucros a realizar.

b. Natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva:

Não aplicável. Não há proposta de destinação do lucro líquido para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrição das cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

Conforme inciso V do artigo 32 do Estatuto Social, 5% (cinco por cento) do lucro do exercício será destinado para constituição de reserva especial para dividendos. Ainda, nos termos do inciso VI do artigo 32 do Estatuto Social, o saldo restante do lucro do exercício, respeitado o eventual registro de lucros na reserva de lucros a realizar, será levado à reserva para investimentos, com a finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro. Nos termos do parágrafo 5º do artigo 32 do Estatuto Social, o saldo da reserva especial para dividendos, da reserva para investimentos e das demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderão ultrapassar o valor do capital social.

b. Montante destinado à reserva:

Se propõe destinar para constituição de reserva especial para dividendos o montante R\$ 18.383.306,41 (dezoito milhões, trezentos e oitenta e três mil, trezentos e seis reais e quarenta e um centavos) e o montante de R\$ 243.578.809,91 (duzentos e quarenta e três milhões, quinhentos e setenta e oito mil, oitocentos e nove reais e noventa e um centavos) à reserva para investimentos.

c. Descrição de como o montante foi calculado:

Para fins de constituição da reserva especial para dividendos, o montante foi calculado conforme previsto em Estatuto Social, ou seja, 5% (cinco por cento) do lucro do exercício.

O montante destinado à reserva para investimentos foi calculado conforme tabela abaixo:

(Valores em R\$)

Lucro líquido do exercício	367.666.128,17
Constituição de reserva legal	(18.383.306,41)
Lucro líquido ajustado	349.282.821,76
Dividendo obrigatório	(87.320.705,44)
Constituição de reserva especial para dividendos	(18.383.306,41)
Constituição de reserva para investimentos	243.578.809,91

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Montante da retenção:

Não aplicável. Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Cópia do orçamento de capital:

Não é aplicável. Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Montante destinado à reserva de incentivos fiscais:

Não aplicável. Não há proposta de destinação de lucro líquido para reserva de incentivos fiscais.

b. Explicação da natureza da destinação:

Não aplicável. Não há proposta de destinação de lucro líquido para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO IV
INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS PARA OCUPAR OS CARGOS DE MEMBROS
EFETIVOS E SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, CONFORME
INFORMAÇÕES APRESENTADAS NOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE
REFERÊNCIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 10, INCISO I, DA ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)

12.5 – Composição e experiência profissional dos candidatos para Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	# de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo Indicado	Data de posse	Indicado controlador	% de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Membro independente					
CONSELHO FISCAL					
João Cláudio Zola	22/06/1947	Conselho Fiscal		Até a AGO de 2022	13
336.222.308-78	Contador	Membro de Conselho Fiscal efetivo		Sim	100%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Wilson dos Santos Furlan	21/04/1952	Conselho Fiscal		Até a AGO de 2022	5
639.778.348-00	Contador e Economista	Membro do Conselho Fiscal suplente		Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Clovis Hideaki Ikeda	23/09/1963	Conselho Fiscal		Até a AGO de 2022	3
049.392.408-60	Administrador de Empresas	Membro do Conselho Fiscal efetivo		Sim	100%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Adrian Lima da Hora	02/02/1964	Conselho Fiscal		Até a AGO de 2022	5
372.365.394-49	Administrador de Empresas	Membro do Conselho Fiscal suplente		Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Silvio de Sousa Pinheiro	21/09/1977	Conselho Fiscal		Até a AGO de 2022	2
671.730.715-34	Advogado	Membro do Conselho Fiscal efetivo		Sim	100%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Roberto Dutra	02/04/1949	Conselho Fiscal		Até a AGO de 2022	5
224.100.238-00	Economista	Membro do Conselho Fiscal suplente		Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**CONSELHO FISCAL, SE SOLICITADA A SUA INSTALAÇÃO**

João Cláudio Zola - 336.222.308-78

O Sr. João Cláudio Zola é Conselheiro Fiscal (titular) da Companhia desde abril de 2009, reeleito em julho de 2020. Foi Presidente do Conselho Fiscal da Companhia até fevereiro de 2013. Foi presidente do Conselho Fiscal da Vila Velha S.A. Foi membro titular do conselho fiscal da Quattor Participações S.A, Quattor Petroquímica S.A, Quattor Química S.A e Rio Polímeros S.A., de 2008 a 2010. Exerceu na Companhia, no período de 1976 a 2008, os cargos de Contador, Gerente de Contabilidade e Gerente de Controladoria, respectivamente. É Técnico em Contabilidade, Bacharel em Ciências Contábeis com Pós Graduação em Administração de Empresas.

O Sr. João Cláudio Zola informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Wilson dos Santos Furlan - 639.778.348-00

O Sr. Wilson dos Santos Furlan é Conselheiro Fiscal (suplente) da Companhia desde abril de 2017, reeleito em julho de 2020. Foi Gerente de Controladoria e Financeiro da Carbocloro S.A. Indústrias Químicas, onde trabalhou por 33 anos. É formado em Economia e Contabilidade pela Universidade São Judas e possui Especialização em Controladoria pela FGV.

O Sr. Wilson dos Santos Furlan informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Clovis Hideaki Ikeda – 049.392.408-60

O Sr. Clovis Hideaki Ikeda é Conselheiro Fiscal (titular) da Companhia desde abril de 2018, reeleito em julho de 2020. É também Sócio Gerente, desde maio de 2016, da empresa Olimpia Partners, firma independente de fusões aquisições e reestruturação de dívidas. Trabalhou no Banco Safra, desde outubro de 2014 até janeiro de 2016, como Diretor – International Trade Finance & FX. Entre janeiro de 2014 e outubro de 2014, foi Diretor – Produtos e Novos Negócios no Banco Fibra. Atuou como Diretor Executivo – Produtos Transacionais, desde 2009 até 2013, no Banco Santander. Formou-se em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Participou do Programa Avançado de Finanças (1998) na London Business School. Possui MBA Executivo pelo INSPER, atual denominação do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC.

O Sr. Clovis Hideaki Ikeda informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Adrian Lima da Hora - 372.365.394-49

O Sr. Adrian Lima da Hora é Conselheiro Fiscal (suplente) da Companhia desde abril de 2019, reeleito em julho de 2020, tendo ocupado a posição de Conselheiro Fiscal (efetivo) entre abril de 2017 e abril de 2019. Possui forte vivência na indústria de proteína animal (JBS, Rodopa e Seara), com background relevante no varejo (Bompreço) e em auditoria externa (Ernst & Young). Atuou como CFO, CAO e controller em grandes organizações multilocalizadas, sendo os últimos trabalhos de 2011 a 2015 como CAO da Rodopa Indústria e Comércio de Alimentos Ltda e de 2015 a 2016, como CFO da Seara Alimentos Ltda. Atuou como membro do Conselho de Administração da Inalca JBS e outras empresas na Itália e em Mônaco. Membro do Conselho Consultivo da Nutrimental S.A. Indústria e Comércio de Alimentos e do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A. Possui conhecimento do mercado de emissão de dívidas e de processos junto ao CADE. É fluente em inglês, italiano e espanhol. É formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco, com MBA intensivo na Ahold Retail Academy, Cornell (Estados Unidos) e na Provar - USP (Brasil).

O Sr. Adrian Lima da Hora informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Silvio de Sousa Pinheiro - 671.730.715-34

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

O Sr. Silvio de Sousa Pinheiro é Conselheiro Fiscal (efetivo) desde abril de 2019, reeleito em julho de 2020. Foi Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) entre dezembro/2016 e dezembro/2018; Secretário de Urbanismo do Município de Salvador (BA) de janeiro/2014 a maio/2016 e Superintendente de Controle e Ordenamento e Uso do Solo do Município de Salvador entre janeiro/2013 e dezembro/2014. Integrou o Grupo Unipar de maio/2011 a set/2016, como conselheiro fiscal e de administração. Sócio fundador do Escritório de Advocacia Humildes, Pinheiro, Lopes, Rosa e Caribé Advogados Associados. É formado em Direito pela Universidade Católica do Salvador, em 2001.

O Sr. Silvio de Sousa Pinheiro informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Roberto Dutra - 224.100.238-00

O Sr. Roberto Dutra é Conselheiro Fiscal (suplente) da Companhia desde abril de 2017, reeleito em julho de 2020. Foi Supervisor Contábil pela Carbocloro S.A. Indústrias Químicas, empresa no qual trabalhou por 29 anos. É Técnico em Contabilidade pelo Colégio D. Pedro II em 1977 e formado em Ciências Econômicas pelo IMES em 1979.

O Sr. Roberto Dutra informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

12.6 – Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Conselho Fiscal

Membro Titular	Total de reuniões realizadas após a posse até dezembro de 2020	% de participação nas reuniões realizadas
João Cláudio Zola	3	100%
Clovis Hideaki Ikeda	3	100%
Silvio de Sousa Pinheiro	3	100%

12.7/12.8 – Composição dos comitês

Não aplicável aos candidatos a membros do Conselho Fiscal apresentados.

12.8 – Participação de membros de comitês em reuniões realizadas pelo respectivo órgão

Não aplicável aos candidatos a membros do Conselho Fiscal apresentados.

12.9 – Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionada a administradores do emissor, controladas e controladores

Não aplicável pois, na data desta Proposta da Administração, não há qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º (segundo) grau entre qualquer candidato ao Conselho Fiscal e administradores da Companhia, suas controladas e controladores.

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não aplicável em relação aos atuais membros do Conselho Fiscal, apresentados como candidatos.

ANEXO V
PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E, CONFORME O
CASO, DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, CONFORME ITEM 13 DO
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 12, INCISO II, DA
ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua provação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A política de gestão de cargos e remuneração da Companhia visa aplicar critérios uniformes e princípios éticos para assegurar padrões de remuneração compatíveis com as responsabilidades profissionais em relação aos cargos ocupados na administração da Companhia.

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é baseada em estudo de mercado, conduzido por uma empresa de consultoria de gestão de negócios, Korn Ferry/Hay.

A remuneração do Conselho Fiscal observa o prescrito no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e é estabelecida em valor equivalente, no mínimo, a 10% da remuneração média mensal de cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um:

A remuneração paga aos administradores da Companhia é composta por: (i) remuneração fixa, que objetiva atrair e reter profissionais, reconhecendo experiência, formação e conhecimento do executivo, (ii) pacote de benefícios que visa garantir a competitividade das práticas de remuneração total, frente ao mercado de executivos, e (iii) remuneração variável, que visa reconhecer o desempenho individual do executivo e sua colaboração nos resultados da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa mensal, enquanto os diretores, além da remuneração fixa mensal, recebem os seguintes benefícios indiretos: previdência privada, assistência médica e seguro de vida em grupo. O Presidente do Conselho de Administração também tem o benefício de assistência médica.

Conforme disposição estatutária, a Diretoria da Companhia tem direito a uma participação no resultado do exercício, em valor até o teto aprovado no Programa de Remuneração Variável. O Programa de Remuneração Variável com Incentivos de Curto Prazo (“ICP”) é composto por metas individuais (4 a 5 metas negociadas entre a Diretoria e o Conselho de Administração), equivalente a 30% (trinta por cento), e o resultado global da empresa (EBITDA), equivalente a 70% (setenta por cento). Ainda como parte da remuneração variável, há um bônus adicional com Incentivos de Longo Prazo (“ILP”) com *vesting period* de 3 (três) anos e correspondente a 33,3% (trinta e três inteiros e três décimos por cento) do valor acumulado a cada ano.

O Conselho Fiscal, quando instalado, tem sua remuneração fixada em Assembleia Geral, equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da média da remuneração fixa mensal da Diretoria. Essa remuneração só se aplica aos membros titulares do referido órgão.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	98,5%	0%	1,5%	100%
Diretoria	73%	25,6%	1,4%	100%
Conselho Fiscal	99,8%	0%	0,2%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	97,9%	0%	2,1%	100%
Diretoria	32,6%	61,1%	6,3%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	97,9%	0%	2,1%	100%
Diretoria	24,6%	70,7%	4,7%	100%
Conselho Fiscal	100,0%	0%	0%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O Conselho de Administração estabelece a remuneração individual dos administradores, que poderá ser reajustada, respeitada a remuneração global e anual dos administradores fixada em Assembleia Geral, em consonância com o reajuste aprovado no dissídio da categoria dos empregados da Companhia ou com referenciais de mercado.

A Companhia adota metodologia sugerida por empresa de consultoria especializada externa, que permite o cálculo da remuneração dos administradores com base em variáveis como: linha de reporte, complexidade do cargo e *know-how* (conhecimentos técnico/prático e gerencial e habilidade de comunicação e influência) exigidos para desempenhar as funções naquele cargo. A avaliação dos administradores, para efeito da determinação de sua remuneração, é feita com base em sistema de

pontuação que permite uma comparação com o mercado geral de executivos (Pesquisa Top Exec para Diretores e Top Presidentes para o Presidente) e/ou do mercado selecionado com relação a empresas do mesmo setor econômico. Essa metodologia permite que as remunerações pagas aos ocupantes de posições executivas e de liderança da Companhia estejam de acordo com as remunerações pagas no mercado em geral e nas demais áreas internas da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A política de remuneração dos administradores da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e as práticas de mercado.

v. a existência de membros não remunerados e a razão para esse fato:

Não há membros da administração não remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para determinação da remuneração mensal dos Diretores, é considerado o valor do cargo por meio de sistema de avaliação de cargos e referências do mercado. Para o Conselho de Administração, além da comparação do mercado, são levados em consideração o “notório saber” e a experiência que os conselheiros agregam à Companhia.

Para determinação da remuneração variável dos Diretores, são considerados (i) o desempenho anual da Companhia, medido pelo EBITDA; e (ii) o atingimento de metas individuais previamente traçadas.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A metodologia utilizada pela Companhia para definição da remuneração a ser paga aos seus administradores em cada exercício social contempla o atingimento de metas econômico-financeiras.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:

A política de remuneração da Companhia é pautada em indicadores aprovados anualmente, e procura incentivar a Diretoria ao atingimento de metas previamente acordadas, de modo a buscar a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia e alinhar os interesses dos Diretores com os da Companhia. Tais metas são, usualmente, vinculadas à melhoria do resultado da Companhia.

A remuneração dos administradores visa sustentar os objetivos de curto, médio e longo prazo da Companhia, de modo compatível com o mercado.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não aplicável, visto que nenhum dos administradores recebe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores, diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não aplicável, visto que não existem acordos firmados pela Companhia nesse sentido.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:

i. órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório e de que forma participam

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração individual dos administradores é definida anualmente com base em estudo de mercado conduzido por uma empresa de consultoria de gestão de negócios, Korn Ferry/Hay.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

A Companhia adota metodologia sugerida por empresa de consultoria especializada externa, que permite o cálculo da remuneração dos seus administradores com base em variáveis como: (i) linha de reporte, (ii) complexidade do cargo, o que engloba abrangência de suas responsabilidades e dedicação ao cargo (exemplificativamente, se exclusiva ou não), e (iii) *know-how* (conhecimentos técnico/prático e gerencial e habilidade de comunicação e influência) exigidos para desempenhar as funções em determinado cargo.

A avaliação dos administradores, para efeito da determinação de sua remuneração, é feita com base em sistema de pontuação, que permite uma comparação com o mercado geral de executivos e/ou do mercado selecionado (empresas do mesmo setor econômico).

Essa metodologia permite que as remunerações pagas aos ocupantes de posições executivas e de liderança da Companhia estejam de acordo com as remunerações pagas no mercado em geral e nas demais áreas internas da Companhia.

iii. frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração:

As diretrizes adotadas pela Companhia para avaliação da adequação da política de remuneração, bem como os montantes a serem pagos são discutidos ao menos uma vez ao ano pelo Conselho de Administração, no contexto da proposta de remuneração da administração.

13.2 – Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal ⁽¹⁾	Total
Nº total de membros	7	4	5	16
Nº de membros remunerados	7	4	5	16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore*	7.532.460,00	4.867.482,00	662.129,00	13.062.072,00
Benefícios diretos e indiretos*	138.797,28	601.228,00	1.396,00	741.422,00
Participação em comitês*				
Outros*				
Descrição de outras remunerações fixas	1.506.492,00	973.496,00	132.425,00	2.612.414,00
Remuneração variável				
Bônus*	-	9.256.703,00	-	9.256.703,00
Participação de resultados*	-	-	-	-
Participação em reuniões*	-	-	-	-
Comissões*	-	-	-	-
Outros*	-	1.851.340,00	-	1.851.340,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Encargos INSS	-	Encargos INSS
Pós-emprego*	-	561.220,00	-	561.220,00

Cessação do cargo*	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções*	-	-	-	-
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração anual e global dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária.	
Total da remuneração*	9.177.749,00	18.111.472,00	795.952,00	28.085.175,00

⁽¹⁾ Caso, na AGO, seja solicitada instalação de Conselho Fiscal.

* Em reais.

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais Realizados				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,0	4,0	5,0	16,0
Nº de membros remunerados	7,0	4,0	5,0	16,0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore*	6.983.910,60	4.622.768,10	639.625,91	12.246.304,61
Benefícios diretos e indiretos*	124.764,04	393.698,28	1.279,74	519.758,32
Participação em comitês*	0	0	0	0
Outros*			126.207,22	10.543.648,45
Descrição de outras remunerações fixas	1.396.782,12	924.553,62	127.925,18	2.449.260,92
Remuneração variável				
Bônus*	0	6.156.791,03	0	6.156.791,03
Participação de resultados*	0	0	0	0
Participação em reuniões*	0	0	0	0
Comissões*	0	0	0	0
Outros*	0	500.000	0	500.00
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos patronais INSS	9.350.637,82	0	9.350.637,82
Pós-emprego*	0	492.871	0	492.871
Cessação do cargo*	0	40.096.398,06	0	40.096.398,06

Baseada em ações, incluindo opções*	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração global e anual dos administradores dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária.	
Total da remuneração*	8.505.456,76	62.537.717,90	768.847,09	71.812.021,75

* Em reais.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais Realizados				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,0	5,0	5,0	16,0
Nº de membros remunerados*	6,0	5,0	5,0	16,0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore*	6.114.179,20	5.549.212,76	628.546,40	12.291.938,36
Benefícios diretos e indiretos*	117.725,94	481.285,74	0	599.011,68
Participação em comitês*	0	0	0	0
Outros*	1.222.835,84	1.428.987,66	125.709,28	2.777.532,78
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS
Remuneração variável				
Bônus*	0	4.345.539,57	0	4.345.539,57
Participação de resultados*	0	0	0	0
Participação em reuniões*	0	0	0	0
Comissões*	0	0	0	0
Outros*	0	869.107,91	0	869.107,91
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Encargos patronais INSS	-	Encargos patronais INSS
Pós-emprego*	0	640.799,41	0	640.799,41
Cessação do cargo*	0	1.595.725,52	0	1.595.725,52

Baseada em ações, incluindo opções*	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração global e anual dos administradores dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária.	
Total da remuneração	7.454.740,98	14.910.658,57	754.255,68	23.119.655,23

* Em reais.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2018 - Valores Anuais Realizados				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,0	4,8	4,2	15,0
Nº de membros remunerados	6,0	4,8	4,2	15,0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore*	R\$ 4.800.000,00	R\$ 4.622.182,80	R\$ 533.948,78	R\$ 9.956.131,58
Benefícios diretos e indiretos*	R\$ 100.786,76	341.088,36	0	441.875,12
Participação em comitês*	0	0	0	0
Outros*	R\$ 960.000,00	924.436,56	106.789,76	1.991.226,32
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS	Encargos patronais INSS
Remuneração variável				
Bônus*	0	13.324.691,00	0	13.324.691,00
Participação de resultados*	0	0	0	0
Participação em reuniões*	0	0	0	0
Comissões*	0	0	0	0
Outros*	0	2.664.938,20	0	2.664.938,20
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Encargos patronais INSS	-	Encargos patronais INSS
Pós-emprego*	0	534.402,63	0	534.402,63
Cessação do cargo*	0	0	0	0

Baseada em ações, incluindo opções*	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração global e anual dos administradores dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária.	
Total da remuneração	5.860.786,76	22.441.739,55	640.738,54	28.913.264,85

* Em reais.

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ⁽¹⁾	Total
Nº total de membros	7	4	5	16
Nº de membros remunerados	7	4	5	16
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	3.758.143,00	-	3.758.143,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	11.108.044,00	-	11.108.044,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R\$)	-	8.631.640,00	-	8.631.640,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$)	-	10.849.962,67	-	10.849.962,67
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

(1) caso seja solicitada instalação do Conselho Fiscal.

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,0	4,0	5,0	16,0
Nº de membros remunerados	7,0	4,0	5,0	16,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	4.830.007,33	-	4.830.007,33
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	12.279.582,63	-	12.279.582,63
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R\$)	-	9.771.198,02	-	9.771.198,02
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$)	-	7.388.149,23	-	7.388.149,23
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,0	5,0	5,0	16,0
Nº de membros remunerados	6,0	5,0	5,0	16,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	4.594.863	-	4.594.863
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	13.264.607,17	-	13.264.607,17
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R\$)	-	11.340.447,85	-	11.340.447,85
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$)	-	5.214.647,48	-	5.214.647,48
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,0	4,2	4,8	15,0
Nº de membros remunerados	6,0	4,2	4,8	15,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	1.462.038	-	1.462.038
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$)	-	12.445.547	-	12.445.547
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R\$)	-	8.176.766	-	8.176.766
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$)	-	12.445.547	-	12.445.547
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia não possuía, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de janeiro de 2020, foi aprovado o Plano Outorga de Ações Restritas da Companhia (“Plano de Outorga” ou “Plano”).

a. Termos e condições gerais:

O Plano de Outorga será administrado pelo Conselho de Administração de acordo com seus termos e condições, observadas as restrições previstas em lei.

Sendo assim, o Conselho de Administração, por indicação do seu Presidente, terá poderes para eleger, a seu exclusivo critério, os respectivos Participantes do Plano, dentre os administradores da Companhia com dedicação exclusiva à Companhia e/ou às Subsidiárias que (i) estejam em processo de transição para ocupar cargo no Conselho de Administração; ou (ii) estejam em processo de desligamento –, ou seja, qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante ou demissão, renúncia ao cargo, destituição, substituição ou não reeleição como administrador sem vínculo de emprego e rescisão do contrato de prestação de serviços (“Desligamento”), desde que sem a violação a deveres e responsabilidades dos administradores previstos na legislação aplicável, no estatuto social da Companhia e no Plano (“Justa Causa”) e, a critério do Conselho de Administração, tenham completado satisfatoriamente seu ciclo de contribuição profissional na Companhia e/ou nas Subsidiárias (“Participantes”).

Caberá ao Conselho de Administração estabelecer o número de ações preferenciais de emissão da Companhia a serem objeto de outorga aos Participantes (“Ações Restritas”), sujeito aos limites e condições previstos no Plano de Outorga e em cada Contrato de Outorga de Ações Restritas a ser celebrado individualmente com cada Participante (“Contrato”).

O Plano de Outorga é criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência na Companhia dos Participantes, bem como ao reconhecimento dos serviços prestados à Companhia pelos Participantes.

b. Principais objetivos do plano:

O Plano tem como principais objetivos: (i) estabelecer regras para que os Participantes possam receber Ações Restritas; (ii) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas e da Companhia, ampliando o senso de propriedade, comprometimento e geração de valor dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco, atrelando o recebimento de ações de emissão da Companhia ao efetivo e satisfatório exercício das funções na Companhia, bem como ao cumprimento de determinadas metas e sempre a exclusivo critério do Conselho de Administração; e (iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes, dentro do contexto de uma companhia aberta.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

O Plano de Outorga é criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo

ao incremento do desempenho e permanência na Companhia dos Participantes, bem como ao reconhecimento dos serviços prestados à Companhia pelos Participantes.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor:

O Plano de Outorga visa a oferecer benefícios justos aos Participantes e que atendam aos interesses da Companhia.

O Plano tem por objetivo fortalecer a remuneração de longo prazo, oferecendo a possibilidade de retornos ainda mais atrativos, e, por outro lado, exige uma forte demonstração de comprometimento pelos Participantes na criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

Além disso, o Plano de Outorga contribui com a estratégia de retenção dos administradores da Companhia e das demais sociedades controladas ou que venham a ser controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, conforme critérios de elegibilidade a serem definidos pelo Conselho de Administração.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

Observadas as condições estabelecidas no Plano de Outorga, os Participantes poderão se tornar acionistas da Companhia, o que procura alinhar os interesses dos Participantes com os da Companhia, a curto, médio e longo prazos, na medida em que a potencial remuneração do Participante estará atrelada aos resultados da Companhia.

Adicionalmente, um dos objetivos do Plano é fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade dos Participantes, por meio de uma remuneração atrativa a longo prazo, respeitadas a elegibilidade aplicável e as demais condições do Plano.

f. Número máximo de ações abrangidas:

Sujeito às condições previstas no Plano de Outorga e no respectivo Contrato com cada Participante, o número máximo de Ações Restritas, que poderá ser concedido de acordo com o Plano, estará limitado a 704.574 (setecentas e quatro mil quinhentas e setenta e quatro) Ações Restritas (“Número Máximo de Ações Restritas”).

g. Número máximo de opções a serem outorgadas:

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do Plano.

h. Condições de aquisição de ações:

Sujeito à continuidade do vínculo estatutário do Participante com a Companhia durante todo o Período de Transição (conforme definido adiante), bem como o cumprimento pelo Participante de todos os termos e obrigações do Contrato, as Ações Restritas serão transferidas pela Companhia ao Participante, sem nenhum custo ao Participante, em até 30 (trinta) dias contados do término do referido Período de Transição, respeitadas as condições estabelecidas no Contrato e as disposições da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 567, de 17 de setembro de 2015 (“Instrução CVM 567”).

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

A outorga das Ações Restritas será realizada a título não oneroso aos Participantes, desde que observados os termos e condições do Plano de Outorga e dos respectivos Contratos.

Nesse contexto, o Plano não se trata de um plano de opção de compra de ações, nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedade por Ações.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício:

A Companhia terá o prazo de até 30 (trinta) dias contados do término do período entre a data de assinatura do Contrato pelo Participante e a data em que o Participante efetivamente receba Ações Restritas nos termos deste Plano (“Período de Transição”), respeitadas as condições estabelecidas no Plano e no Contrato.

k. Forma de liquidação:

Com o propósito de satisfazer o recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeita à lei e regulamentação aplicáveis, transferirá ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, nos termos da Instrução CVM 567.

Alternativamente, caso, a cada data de transferência das Ações Restritas, a Companhia não possua ações em tesouraria suficientes para satisfazer o recebimento das Ações Restritas pelos respectivos Participantes, a Companhia, conforme decisão do Conselho de Administração, poderá optar por diferir a entrega por até 30 (trinta) dias para adquirir as ações necessárias no mercado ou, ainda, adotar outras medidas substitutivas ou complementares.

l. Restrições à transferência das ações:

Exceto caso disposto de forma diversa no Contrato com cada Participante, o Participante somente poderá alienar, transferir, alugar, ceder, empenhar ou oferecer em garantia Ações Restritas de sua titularidade, conforme o cronograma abaixo:

Período	Ações Restritas Liberadas (%)	Ações Restritas Sujeitas ao <i>Lock-up</i> (%)
Entre a Data de Aquisição e a data correspondente ao 1º aniversário da Data de Aquisição	0	100
Após o 1º aniversário da Data de Aquisição	20	80
Após o 2º aniversário da Data de Aquisição	40	60
Após o 3º aniversário da Data de Aquisição	60	40
Após o 4º aniversário da Data de Aquisição	80	20
Após o 5º aniversário da Data de Aquisição	100	0

Na hipótese de qualquer evento que enseje uma alteração do atual controle societário da

Companhia a título oneroso, as Ações Restritas adquiridas pelo Participante que eventualmente ainda estejam sujeitas ao período de *lock-up*, ficarão livres e desembaraçadas para venda.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pelos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de janeiro de 2020, e permanecerá em vigor por prazo indeterminado, até que seja expressamente extinto por deliberação da Assembleia Geral de acionistas ou do Conselho de Administração, sendo certo que quando o Número Máximo de Ações Restritas seja alcançado (i.e. com a efetiva entrega da totalidade das Ações Restritas objeto do respectivo Contrato celebrado com cada Participante), não mais poderão haver outorgas nos termos do Plano.

Adicionalmente, o Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá suspender o Plano de Outorga ou rever suas condições, desde que não alterem os respectivos princípios básicos, especialmente quanto ao Número Máximo de Ações Restritas aprovados pela assembleia geral da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Observadas as demais cláusulas e condições deste Plano, nenhum Participante receberá Ações Restritas até que (i) o Participante tenha sido eleito para o Conselho de Administração e tenha renunciado ao seu cargo na Diretoria ou em órgão similar da Companhia ou, alternativamente, (ii) tenha cumprido as condições previamente fixadas e definidas nos respectivos Contratos, bem como tenha concluído seu processo de Desligamento, sem Justa Causa, ainda que não tenha sido eleito para o Conselho de Administração.

13.5 – Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

- a. Órgão:**
- b. Número total de membros:**
- c. Número de membros remunerados:**
- d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:**
 - i. data de outorga:**
 - ii. quantidade de opções outorgadas:**
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis:**
 - iv. prazo máximo para exercício das opções:**
 - v. prazo de restrição à transferência das ações:**
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
 - **em aberto no início do exercício social:**
 - **perdidas durante o exercício social:**
 - **exercidas durante o exercício social:**
 - **expiradas durante o exercício social:**
- e. Valor justo das opções na data de cada outorga:**
- f. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:**

A Companhia não possuía, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

O Plano de Outorga da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de janeiro de 2020, teve 100% de sua outorga realizada no ano de 2020, não tendo qualquer realização prevista para o exercício social corrente (2021), conforme tabelas a seguir:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2021)		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	7	4
Nº de membros remunerados	0	0
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das outorgas em aberto no início do exercício social	n/a	n/a
(b) Das outorgas perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das outorgas exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
(d) Das outorgas expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso da transferência efetiva de todas as ações outorgadas	n/a	n/a

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	7	4
Nº de membros remunerados	0	1
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das outorgas em aberto no início do exercício social	n/a	n/a
(b) Das outorgas perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das outorgas exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
(d) Das outorgas expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso da transferência efetiva de todas as ações outorgadas	n/a	n/a

A tabela a seguir apresenta as informações quantitativas em relação à outorga realizada no exercício social de 31/12/2020:

Outorga realizada para o exercício social de 2020		
Plano de Outorga de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de ações	n/a	704.574
Data da outorga	n/a	28/01/2020
Quantidade de ações outorgadas	n/a	704.574
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das ações	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	até 5 anos
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a

13.6 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

- a. Órgão:**
- b. Número de membros:**
- c. Número de membros remunerados:**
- d. Em relação às opções ainda não exercíveis:**
 - i. quantidade:**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis:**
 - iii. prazo máximo para exercício das opções:**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações:**
 - v. preço médio ponderado de exercício:**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social:**
- e. Em relação às opções exercíveis:**
 - i. quantidade:**
 - ii. prazo máximo para exercício das opções:**
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações:**
 - iv. preço médio ponderado de exercício:**
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social:**
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social:**

Não aplicável, tendo em vista que não havia, ao final do último exercício social, e não há, até a presente data, qualquer opção em aberto detida pela Diretoria da Companhia. Com relação ao Conselho de Administração, cumpre esclarecer que inexistia no último exercício social (e inexistia no exercício social corrente) plano de remuneração baseado em ações para seus membros.

13.7 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

- a. **Órgão:**
- b. **Número de membros:**
- c. **Número de membros remunerados:**
- d. **Em relação às opções exercidas informar:**
 - i. **número de ações:**
 - ii. **preço médio ponderado de exercício:**
 - iii. **valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas:**
- e. **Em relação às ações entregues informar:**
 - i. **número de ações:**
 - ii. **preço médio ponderado de aquisição:**
 - iii. **valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas:**

Os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia não recebem opções, pois não existem planos com esse modelo de outorga.

Não houve opções exercidas ou ações entregues, relativas à remuneração em ações do Conselho de Administração e da Diretoria nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

Em 2020, não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração.

Outorga realizada para o exercício social de 2020		
Plano de Outorga de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	7	4
Nº de membros remunerados	0	1
Opções exercidas		
Número de ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a

Ações entregues		
Número de ações entregues	0	704.574
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a

13.8 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 – método de precificação do valor das ações e das opções

- a. Modelo de precificação:**
- b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:**
- c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:**
- d. Forma de determinação da volatilidade esperada:**
- e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:**

Não aplicável, tendo em vista que a outorga das Ações Restritas foi realizada a título não oneroso aos Participantes, observados os termos e condições do Plano de Outorga e dos respectivos Contratos. Nesse contexto, o Plano não se trata de um plano de opção de compra de ações, nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedade por Ações.

13.9 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Não havia ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal na data de encerramento do último exercício social.

A tabela abaixo apresenta os valores mobiliários emitidos pela Companhia e detidos por membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal na data de encerramento do último exercício social (2020):

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
Valor Mobiliário	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Ações Ordinárias	4.593.290	0	6.000	4.599.290
Ações Preferenciais Classe A	509.771	0	0	509.771
Ações Preferenciais Classe B	13.923.590	0	33.610	13.957.200

13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A tabela abaixo apresenta os planos de previdência em vigor para Diretores da Companhia:

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	-	4	-
Nº de membros remunerados	-	4	-
Nome de plano	-	Carboprev	-
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	0	-
Condições para se aposentar antecipadamente	-	55 anos de idade e 3 anos de plano	-
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	1.303.633,37	-
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	-	-
Possibilidade e condições para resgate antecipado	-	O participante poderá resgatar 100% do saldo de conta composto somente pelas suas contribuições, perdendo o saldo referente às contribuições da Companhia em seu nome. Porém, a partir de 5 anos de vinculação ao Plano o participante também poderá resgatar o saldo de conta da empresa, com variação entre 10% a 80% do valor total depositado.	-

13.11 – Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
Valores anuais	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº total de membros	4,0	7,0	5,0
Nº de membros remunerados	4,0	7,0	5,0
Valor da maior remuneração (Reais)	7.978.221,00	5.468.409,00	160.308,00
Valor da menor remuneração (Reais)	3.121.844,00	618.223,00	158.911,00
Valor médio da remuneração (Reais)	4.527.868,00	1.311.107,00	159.190,00
Observação	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019			
Valores anuais	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,0	6,0	5,0
Nº de membros remunerados	5,0	6,0	5,0
Valor da maior remuneração (Reais)	8.119.896,63	4.506.233,46	150.851,14
Valor da menor remuneração (Reais)	3.063.725,14	589.701,50	150.851,14
Valor médio da remuneração (Reais)	2.982.131,71	1.242.456,83	150.851,14
Observação	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018			
Valores anuais	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº total de membros	4,2	6,0	4,8
Nº de membros remunerados	4,2	6,0	4,8
Valor da maior remuneração (Reais)	7.265.415,21	2.596.786,76	132.000,05
Valor da menor remuneração (Reais)	4.785.242,75	480.000,00	132.000,05
Valor médio da remuneração (Reais)	5.378.817,49	976.797,79	132.566,59
Observação	-	-	-

13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, exceto, neste último caso, pelos benefícios relacionados aos planos de previdência em vigor, descritos no item 13.10 acima.

13.13 – Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2020	2019	2018
Conselho de Administração	61,9%	59,8%	52,2%
Diretoria Executiva	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios.

13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do Conselho Fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia.

13.16 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item 13.